



Leandro Coelho de Aguiar

Cultura digital e fazer histórico:
estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de
informação e comunicação no ofício do historiador.

Dissertação de mestrado
Março de 2012



Leandro Coelho de Aguiar

CULTURA DIGITAL E FAZER HISTÓRICO:
estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no
ofício do historiador.

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro / Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nélide González de Gómez

Rio de Janeiro

2012

A282

Aguiar, Leandro Coelho de.

Cultura digital e fazer histórico: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador / Leandro Coelho de Aguiar. – 2012.

140 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Orientadora: Maria Nélida González de Gómez

1. Cultura Digital. 2. Fazer Historiográfico 3. Ciência e Tecnologia. I. Gonzalez de Gómez, Maria Nélida (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. III. Título.

CDU 025.5:316.3:930.1:316.77 (09)

LEANDRO COELHO DE AGUIAR

CULTURA DIGITAL E FAZER HISTÓRICO:

estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador.

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro / Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em: _____

Profª. Dra. Maria Nélide González de Gómez (Profª. e Pesquisadora do IBICT / MCT)

Profª. Dra. Sarita Albagli (Profª. e Pesquisadora do IBICT / MCT)

Profª. Dra. Célia Cristina da Silva Tavares (Profª. do PPGHS / UERJ)

Dedico esta dissertação a pessoa que,
mesmo em momentos tão difíceis
soube ser paciente e até perdoar.
A minha esposa,
Renata Regina Gouvêa Barbatho.
Que possamos estar juntos em muitas outras conquistas.

Dedico também,
aos meus pais e ao meu irmão.
Mesmo com todas as dificuldades,
sei que sempre poderei contar com vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Maria Nélide González de Gómez por me apresentar à Ciência da Informação. Pelo seu empenho e carinho com que me recebeu como seu orientando e por saber, nos momentos certos, cobrar os resultados, assim como, trazer palavras de serenidade em tempos de desespero (que não foram poucos).

As professoras Sarita Albagli e Maria Lúcia Maciel, ambas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Célia Cristina da Silva Tavares e Tânia Maria T. Bessone da Cruz, ambas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por aceitarem participar desta construção com suas sugestões e contribuições intelectuais.

Queria destacar a importância da professora Tânia, na qual foi a primeira a acreditar em meus projetos, mesmo quando estes ainda estavam apenas em esboço, e à professora Célia, pois foi graças a ela e seu empenho como pesquisadora que, ao me apresentar as histórias inquisitoriais, também me apresentou ao tema deste trabalho.

Também a todos os professores e funcionários do Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia, que sempre se mostraram solícito às minhas questões e necessidades, tanto acadêmicas quanto burocráticas, com destaque a funcionária Selma, que sempre me recebeu com muito carinho.

Por fim, agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, principalmente pelas conversas na hora dos cafezinhos e dos intervalos. E aos amigos do dia-a-dia que estiveram presentes nos momentos de lazer, dos quais não me permitiram enlouquecer.

Todos usam a internet.
Eu também.
Todos falam sobre a internet.
Eu também.

Em tal tópico o risco de ser banal é grande demais. Eu resolvi correr este risco, porque a revolução tecnológica que está ocorrendo perante nossos olhos e que modificou profundamente a existência, deve ser analisadas em suas aplicações.

Carlo Ginzburg

RESUMO

AGUIAR, Leandro Coelho de. **Cultura digital e fazer histórico**: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador. Rio de Janeiro, 2012. 140 f. Orientadora: Maria Nélida González de Gómez. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

Busca reconstruir no universo específico dos historiadores a apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação em formato digital, indagando as possibilidades que a escrita digital traz ao fazer historiográfico a partir da identificação e mapeamento dos projetos de pesquisas que envolvem a produção e apropriação de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) neste formato. Para isso, buscaram-se dois recursos analíticos frequentes na Ciência da Informação: um é o de “regime de informação” e o outro de “convergência digital”. Busca compreender as questões contemporâneas sobre a produção e a comunicação da informação envolvendo a convergência daquilo que se entende como tecnologia digital, demarcando seu contexto socioinformacional e tecnológico em que o historiador contemporâneo está socialmente incluído. Busca ainda analisar os trabalhos já publicados pelos historiadores acerca dos usos e apropriações das tecnologias digitais procurando assim identificar o início e os locais destes debates, as principais temáticas discutidas, objetivos, expectativas e mudanças dos discursos ao longo do tempo. Além disso, busca mapear os usos e apropriações das TICs digitais no ofício do historiador brasileiro, chamando atenção para o perfil destes historiadores e para os diferentes mecanismos tecnológicos.

Palavras-chave: Cultura Digital. Fazer Historiográfico. Ciência e Tecnologia.

AGUIAR, Leandro Coelho de. **Cultura digital e fazer histórico**: estudo dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador. Rio de Janeiro, 2012. 140 f. Orientadora: Maria Nélide González de Gómez. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

ABSTRACT

Tries to reconstruct the specific universe of historians the appropriation of new information and communication technologies (ICTs) in digital format, asking the possibilities that digital writing brings to the historiographical from the identification and mapping of research projects involving the production and appropriation of new technologies information and communication technologies in this format. To this end, two resources were sought analytical frequent in Information Science: one is that of "information system" and other "digital convergence". It seeks to understand contemporary issues on the production and communication of information involving the convergence of what is meant by digital technology, marking its socioinformacional and technological context in which the contemporary historian is socially inclusive. It also seeks to analyze the studies published by historians about the uses and appropriation of digital technologies thus seeking to identify the start and locations of these debates, the main themes discussed, objectives, expectations and statements of changes over time. Moreover, it seeks to map the use and appropriation of ICTs in the digital office of Brazilian historian, calling attention to the profile of these historians and for different technological mechanisms.

Keywords: Digital Culture. Make Historiography. Science and Technology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS	18
2.1 Questões contemporâneas sobre a produção e comunicação da informação e tecnologia digital	18
2.1.1 O papel da Ciência da Informação neste debate	21
2.2 Análise teórica conceitual	26
2.2.1 Tecnologias de Informação e Comunicação	26
2.2.2 A internet como uma “meta-tecnologia”	29
2.2.3 Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC) e o conceito de regime de informação	34
3 CULTURA DIGITAL E HISTÓRIA; UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA	39
3.1 Desvendando o debate	39
3.2 Breve histórico	42
3.3 A cultura digital e suas apropriações no fazer histórico	45
3.3.1 Os primeiros usos das TICs no fazer histórico	50
3.3.1.1 Os arquivos não oficiais	50
3.3.1.2 Arquivos e seus acervos digitalizados.	52
3.3.1.3 Redes de comunicações	53
3.4 A cultura digital e o “novo paradigma” historiográfico	56
3.4.1 A história global	58
3.4.2 História e memória/ documento	60
3.4.3 História e a concepção de tempo, espaço e narrativa histórica.	63
3.5 Os espaços de reflexões e debates na historiografia brasileira e mundial.	65
3.5.1 Espaços de debate: as Associações Nacionais de História e Computação.	67
3.5.1.1 <i>American Association for History and Computing (AAHC)</i>	67
3.5.1.2 <i>Association for History and Computing (AHC)</i>	67
3.5.1.3 Associação Brasileira de História e Computação (ABHC)	69
3.5.2 A Associação Nacional de História (ANPUH) e a atual (não) reflexão da cultura digital no fazer histórico.	71
3.6 A “evolução” dos termos: História e Computação, História e Informática, Digital History, Historiografia Digital e Cultura Digital.	74
4 A CULTURA DIGITAL NO OFÍCIO DO HISTORIADOR BRASILEIRO HOJE	76
4.1 Metodologia de pesquisa e o passo a passo da análise empírica.	79
4.1.1 Delimitações do universo pesquisado	79
4.1.2 O currículo Lattes como fonte	79
4.1.3 Procedimentos metodológicos junto aos currículos Lattes	83
4.2 Primeiras análises – características do universo pesquisado.	83
4.3 Mapeamento dos usos e apropriações nos projetos de pesquisas.	87

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**96****REFERÊNCIA****117****ANEXOS:**

Anexo 1 – Quadro cronológico

121

Anexo 2 – Listagem dos pesquisadores de produtividade em história do CNPq

Anexo 3 – Lista das 40 referências bibliográficas encontradas dos trabalhos sobre o tema de pesquisa produzidos no Brasil.

127**131****138**

LISTA DE TABELA

TABELA 1 _	Pesquisadores de produtividade em História divididos por termos-chave encontrados em seus currículos.	88
TABELA 2 _	Pesquisadores de produtividade 1 (PP1) e 2 (PP2) que tiveram termos-chave encontrados nos campos do currículo.	89
TABELA 3 _	Concentração de campos do currículo Lattes com termos-chave por pesquisador de produtividade 1 e 2.*	90
TABELA 4 _	Concentração de itens com termos-chave por campo entre pesquisadores de produtividade 1 e 2.	92
TABELA 5 _	Termos-chave encontrados de acordo com sua ação nos projetos.	96
TABELA 6 _	Quantidade dos termos-chave de acordo com as categorias criadas.	99
TABELA 7 _	Concentração por ano de início dos projetos com termos-chaves por tipo de ação e pesquisadores de produtividade 1 e 2.	106
TABELA 8 _	Pesquisadores e Projetos de pesquisas que fazem referência a criação de produtos tecnológicos divididos por PP1 e PP2.	108
TABELA 9 _	Concentração de projetos de pesquisa com pelo menos 1 produto tecnológico por pesquisadores de produtividade 1 e 2.	109

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 _	A influência de tecnologias analógicas	31
QUADRO 2 _	Influência de tecnologias digitais	31
QUADRO 3 _	Referência das bibliográficas cujos textos foram localizados.	40
QUADRO 4 _	Relação das Conferências da <i>Association of History and Computing</i> (AHC) e da <i>Association of History and Computing UK</i> (AHC-UK)	70
QUADRO 5 _	Relação das Conferências da Associação Brasileira de História e Computação (ABHC) e da Associação Brasileira de História e Informática (ABHI).	73
QUADRO 6 _	Listagem dos termos-chave encontrados e selecionados dentre os pesquisadores de produtividade Sênior, 1 e 2.	87
QUADRO 7 _	Listagem dos termos-chave divididos por categorias dentre os pesquisadores de produtividade Sênior, 1 e 2.	87
QUADRO 8 _	Produtos originados, por categorias, de acordo com os termos-chaves encontrados nos projetos de pesquisas dos pesquisadores de produtividade 1 e 2.	98
QUADRO 9 _	Centros, grupos, laboratórios e outras formas coletivas de pesquisa, citadas dos projetos de pesquisa dos pesquisadores.	109

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 _	Pesquisadores de produtividade em pesquisa do CNPq em História, triênio 2011-2013.	81
GRÁFICO 2 _	Pesquisadores de produtividade em pesquisa 1 do CNPq em História por nível de classificação, triênio 2011-2013.	81
GRAFICO 3 _	Pesquisadores de produtividade do CNPq Sênior, 1 e 2 distribuído por região do Brasil, triênio 2011-2013.	82
GRÁFICO 4 _	Projetos com termos-chave indicando a criação de produtos digitalizados.	107

1 INTRODUÇÃO

Como é a disciplina da história afetada pela digitalização da escrita? A digitalização é simplesmente um meio mais eficiente de armazenamento, reprodução e transmissão de documentos, cuja disponibilidade de espaço e tempo é maior para aplicação pelos historiadores de técnicas e métodos de investigação? Ou será que a digitalização causará uma alteração para os historiadores na constituição da verdade? (POSTER, 2003, p. 17)

A experiência do uso do computador aplicada à História vem se multiplicando no Brasil e no mundo. Desde os primeiros modelos demográficos e econômicos da década de 1960, passando pela explosão assistida pelo barateamento dos microcomputadores, o desenvolvimento de interfaces gráficas, o tratamento integrado de vários objetos (texto, gráficos, tabelas, imagens e sons) possibilitaram, assim, a geração de uma nova relação com esta tecnologia.

Como questão central, este trabalho indaga pelas possibilidades que a escrita digital traz ao fazer historiográfico, a partir da identificação e mapeamento dos projetos de pesquisas que envolvem a produção e a apropriação de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) em formato digital.

Nesta pesquisa, serão identificadas quatro figuras possíveis acerca da relação das novas tecnologias digitais de informação e comunicação junto à história: 1) o uso das TICs no auxílio ao trabalho de pesquisa do historiador, por exemplo, com as fontes digitalizadas e publicações em formato digital, ampliando a própria concepção de *fonte histórica*; 2) da produção de mecanismos metodológicos de *armazenamento e reprodução*, como os repositórios digitais e os sistemas informatizados voltados à pesquisa, ampliando a própria concepção e processos de produção de conhecimento histórico; 3) da construção de *espaços de reflexões e transmissões coletivas dentro da comunidade historiográfica*, como as, revistas digitais, os sites e os blogs; 4) por fim, *a influência das TICs no próprio fazer historiográfico*, do ponto de vista do debate epistemológico na historiografia contemporânea, como por exemplo na influência do entendimento dos conceitos de tempo e espaço, e do retorno de uma “história universal”, partindo da ideia de globalização.

A hipótese que amarra este trabalho é a de que a reconstrução das tematizações, abordagens, usos e aplicações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador oferece um panorama da presença da cultura digital na área da História, contribuindo, tanto na discussão acerca do assunto e na construção de um conhecimento

coletivo desta temática, quanto no próprio uso e apropriação metodológica e epistemológica destas tecnologias no fazer histórico.

Assim sendo, o objetivo geral será o de reconstruir, no universo específico dos historiadores, a dinâmica da produção e apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação em formato digital no contexto do que se acostumou denominar “sociedade de informação” e “sociedade do conhecimento”. Partindo assim de dois objetivos específicos: 1) numa perspectiva prática metodológica, identificar e mapear os projetos de pesquisas que envolvem a produção e apropriação de novas tecnologias de informação e comunicação em formato digital no fazer historiográfico; e 2) numa perspectiva paradigmática, identificar possíveis mudanças nas concepções de fazer histórico, partindo da perspectiva da produção tecnológica.

Este trabalho foi dividido do seguinte modo: a introdução, onde é apresentada a questão, hipótese e objetivos; três capítulos, onde são reunidos informações e argumentos em torno da hipótese e objetivos; e a considerações finais.

Entende-se que o historiador é “produto” de seu próprio tempo e de suas relações sociais, ou seja, suas falas, ações e questões são socialmente constituídas no tempo e no espaço em que vive. Pretendeu-se no primeiro capítulo, *Sociedade da Informação e do Conhecimento e as mudanças tecnológicas*, compreender as questões contemporâneas sobre a produção e comunicação da informação envolvendo a convergência daquilo que se entende como tecnologia digital, demarcando seu contexto socioinformacional e tecnológico em que o historiador contemporâneo está socialmente incluído. Tratar-se-ia de conceitos vistos como basilares ao desenvolvimento da sociedade, envolvendo as noções de tecnologia, comunicação, informação e conhecimento, seguindo duas direções: a primeira, uma concepção mais crítica acerca dos conceitos de sociedade da informação e do conhecimento; a segunda, uma linha mediadora entre os discursos vistos como radicais na questão da tecnologia e sociedade: por um lado, aqueles que veem a tecnologia como uma mola propulsora central das tendências e mudanças sociais mais profundas (determinismo tecnológico) e, por outro, aqueles que consideram a tecnologia como variável dependente e secundária no desenvolvimento social.

No segundo capítulo, *A Cultura Digital e História: uma discussão historiográfica*, analisamos os trabalhos já publicados pelos historiadores acerca dos usos e apropriações das tecnologias digitais, buscando assim identificar o início e os locais de debates, as principais temáticas discutidas, objetivos, expectativas e mudanças dos discursos ao longo do tempo.

Buscou-se também relacionar essas novas tecnologias com a noção de fonte e de fazer histórico, assim com identificar tais processos nas tendências da historiografia contemporânea. Procurou-se ainda identificar alguns dos espaços de reflexões e debates na historiografia brasileira e mundial que possuem ou possuíram certa representatividade dentro do meio acadêmico.

A Cultura Digital no ofício do historiador brasileiro hoje é o terceiro capítulo que se ocupa precisamente da pesquisa empírica, ou seja, do mapeamento dos usos e apropriações das TICs digitais no ofício do historiador brasileiro, chamando atenção ao perfil destes historiadores, aos diferentes mecanismos tecnológicos, observando seus diferentes usos e apropriações. Serão analisados os currículos Lattes dos pesquisadores de produtividade do CNPq, avaliando os projetos e pesquisas, suas linhas, as publicações e apresentações de trabalhos.

A escolha dos bolsistas de produtividade do CNPq como universo de pesquisa dar-se pelo fato destes representarem o mais alto nível de produtividade estabelecida pela mais importante agência de fomento a pesquisa do Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já a escolha da Plataforma Lattes como fonte deve-se a seu escopo e abrangência por se tratar de um instrumento de monitoramento das práticas de pesquisa no país, principalmente dos pesquisadores de produtividade do CNPq, tendo em vista que a atualização constante do currículo é uma exigência feita a estes pesquisadores.

Na última parte, *Considerações finais*, busca-se retornar ao debate do problema, confrontando-o com os resultados obtidos nas diferentes etapas da pesquisa, assim como discutir o cumprimento dos objetivos listados e, por fim, se as hipóteses iniciais foram confirmadas ou não, podendo também fazer indicativos de novos estudos, tanto que ajude a aprofundar temas discutidos superficialmente ou, até mesmo, de temas que não foram abordados, mas que foram, em algum momento desta, pontuados. Lembrando que esta pesquisa busca contribuir para o estudo epistemológico social e histórico das ciências humanas, no escopo e abrangência da Ciência da Informação.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS

2.1. Questões contemporâneas sobre a produção e comunicação da informação e a tecnologia digital

Meu caro Francesco, venho elogiando a época em que vivemos por conta da dádiva grandiosa, realmente divina, do novo tipo de escrita que há pouco nos foi trazida [...]. Por este motivo, fui levado a crer que em pouco tempo contaríamos com uma quantidade tão vasta de livros que obra alguma seria impossível de obter por conta de raridade ou alta de recursos [...]. Percebo, contudo – oh, esperanças falsas e tão humanas –, que as coisas tomaram um rumo bem diferente do que eu imaginava. Como agora qualquer um é livre [...], em geral desconsideram aquilo que ficaria melhor se fosse esquecido ou, melhor ainda, *apagado* de todos os livros. E, mesmo quando escrevem algo digno, distorcem e corrompem aquilo até um ponto em que bem melhor seria não dispor de tais [...] falsidades pelo mundo. (DARNTON, 2010, p. 15)

Esta citação poderia ser facilmente contextualizada nos tempos atuais, fazendo referência às transformações ocorridas com o advento das novas formas de escrita com as tecnologias digitais. Todavia, ela é de 1471, poucos anos após a invenção da imprensa por Gutenberg, momento que, como pode ser percebido, também trouxe dúvidas e questionamentos. Robert Darnton (2010) busca demonstrar que a relação dos modos eletrônicos de comunicação é tão revolucionária quanto a invenção da imprensa idealizada por Gutenberg, como pode ser observado no trecho da carta de Niccoló Peottista a Francesco Guarnerio onde são demonstradas tais dificuldades de assimilação da então nova tecnologia do século XV.

Tais medos persistiram até o “Século das Luzes”, por exemplo, no questionamento da própria ideia de verdade contida nos livros, como escreveu, no século XVIII, David Hume em *An Enquiry Concerning Human Understanding*,

Quando percorrermos bibliotecas, convencidos destes [epistemológicos] princípios, que destruição temos que fazer? Se tomarmos em nossas mãos qualquer volume de teologia ou metafísica da escola, por exemplo, perguntemos: Contém algum raciocínio abstrato acerca da quantidade ou número? Não. Contém algum raciocínio experimental relativo à matéria de facto e existência? Não. Contém então às chamadas, pois ele pode conter nada além de sofismas e ilusão. (HUME apud FLORIDI, 2002, p. 5. tradução livre).

Retornando em *A questão dos livros*, Darnton busca discutir a relação destas duas invenções, o livro e a internet, partindo, diga-se de passagem, de seus próprios receios em relação às mudanças observadas e presenciadas por ele enquanto diretor da Biblioteca de

Oxford, principalmente no que diz respeito ao projeto do Google de digitalização e disponibilização do acervo da dita biblioteca pela internet. Como ele mesmo descreve em sua introdução, trata-se de “um livro sobre livros, uma apologia descarada em favor das palavras impressa e seu passado, presente e futuro. É também uma discussão sobre o lugar dos livros no ambiente digital”. (DARNTON, 2010, p. 7)

Outro livro que permeia os mesmos objetos, mas visando um estudo com viés histórico acerca de mídia, é a obra *Uma história social da mídia*, de Burke e Briggs (2006), onde, como descreve o próprio subtítulo, “de Gutenberg à internet”, busca-se fazer uma contextualização e análise histórica da evolução das tecnologias de comunicação, dos processos e padrões destes usos e apropriações. Nesse caso, a imprensa criada por Gutenberg foi apenas o início da “revolução da comunicação”, que passou pela criação e avanços de inúmeras outras tecnologias, como a máquina a vapor e a eletricidade, até chegar à internet. De acordo com os próprios autores, “esta história se restringirá à comunicação de informação e entretenimento e ideias, sob a forma de palavras e imagens, por meio da fala, escrita, publicações, rádio, televisão e, mais recentemente, da internet.”. (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 11)

Um terceiro trabalho que vale a pena ser mencionado neste momento é o livro *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, escrito por Roger Chartier em 1977, traduzido para o português brasileiro em 1988 e com uma reimpressão mais elaborada, em 2009, feita em papel chouché, o que deu mais vida as gravuras que ilustram o excelente trabalho. Já no prólogo do livro, Chartier não nos deixa esquecer que “a primeira tentação é comparar a revolução eletrônica [e porque não digital] com a revolução de Gutenberg”, também fazendo lembrar que o texto eletrônico é visto hoje como uma revolução, mas que a história do livro já viu outras.

Mas o que têm haver essas três obras de autores de renome e mencionados anteriormente com a pesquisa realizada e descrita neste trabalho dissertativo? Para além de serem obras de historiadores renomados e cuja temática envolve de alguma forma a produção e divulgação de conhecimento em suas novas perspectivas junto das tecnologias digitais, neste momento, o objetivo principal seria chamar atenção para outro foco, o livro e suas prováveis relações de causa e efeito referentes aos possíveis usos e apropriações junto das novas tecnologias digitais.

O livro, enquanto objeto de estudo em relação com as novas tecnologias digitais disponíveis, possibilita análises múltiplas, passando por questões tecnológicas, econômicas,

políticas e socioculturais. É impossível, hoje, debater sobre o passado, o presente e o futuro do livro, sem debater um ou mais desses pontos. E é justamente o que esses autores conseguem fazer em seus respectivos trabalhos. Briggs e Burke, assim como Chartier, possibilitaram pensar o livro em sua vertente tecnológica, ou seja, o livro como um objeto tecnológico em meio a tantas outras tecnologias de comunicação criadas e recriadas (de acordo com suas apropriações) ao longo da história. Darnton possibilitou além de se pensar a questão da tecnologia através de e-books e dos ciberespaços, refletir outras, como as econômicas e políticas, tendo em vista, por exemplo, debates sobre direitos autorais de obras digitalizadas e as novas formas de distribuição e venda, através da substituição de estabelecimentos físicos por lojas virtuais.

Mas o ponto em comum entre esses autores e trabalhos que mais se aproxima do objetivo dessa pesquisa é a reflexão acerca da questão sociocultural envolvendo os livros e esses avanços tecnológicos.

Para Darnton,

...a história do livro [e sua relação com a digitalidade] é um dos campos mais vitais das ciências humanas. Talvez seu sucesso expresse um fascínio por um mundo que perdemos, agora que a internet faz o papel impresso parecer arcaico. [...] Hoje as pessoas sentem o chão se movendo sob seus pés, tomando o rumo de uma nova era que será determinada por inovações tecnológicas. [...] Uma geração ‘nascida digital’ está ‘sempre ligada’. [...] Parecem funcionar de maneira diferente dos mais velhos, cuja orientação em relação à máquina surge de outra zona do subconsciente. (DARNTON, 2010, p. 13).

De acordo com Briggs e Burke,

...alguns fenômenos da mídia são mais antigos do que em geral se imagina [...]. As séries atuais de televisão copiam o modelo das novelas radiofônicas, que, por sua vez, se moldam nas histórias em capítulos de revistas do século XIX [...] novas mídias seguem um padrão semelhante, não importando se o objeto é a televisão ou a internet. Elas nos remetem a debates antigos sobre os efeitos prejudiciais dos romances sobre os leitores e de peças teatrais sobre o público. [Assim sendo] Temos aqui essencialmente uma história social e cultural que inclui política, economia e – também [como não poderia faltar] – tecnologia. [...] O ‘quê’ (conteúdo), o ‘quem’ (controle) e o ‘para quem’ (audiência) têm o mesmo peso. ‘Onde’ também interessa. As relações dos diferentes grupos de pessoas sobre o que ouvem, veem ou leem exigem estudos permanentes. (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 12-15).

Através da leitura de Chartier, partindo de um pessimismo do autor, nas considerações do livro, Jean Lebrun observou que “a internet faz renascer o sonho de

universidade no qual toda a humanidade participa do intercâmbio de ideias. Mas suscita também a angústia de ver desaparecer a cultura do livro”. Para o próprio Chartier,

...é difícil empregar ainda o termo objeto [ao texto eletrônico]. Existe propriamente um objeto que é a tela sobre a qual o texto eletrônico é lido, mas este objeto não é mais manuseado diretamente, imediatamente, pelo leitor. [...] O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico [assim como todas as outras revoluções digitais] é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler. [Assim sendo] Esta encarnação do texto numa materialidade específica carrega as diferentes interpretações, compreensões e usos de seus diferentes públicos. [...] Aí temos que seguir Michel de Certeau, quando diz que o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção – uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção. (CHARTIER, 2009, p. 12-19. Grifo nosso).

Em *As tecnologias da inteligência* (2010), Pierre Levy consegue perceber que as novas maneiras de pensar e de conviver podem ser observadas em nossa sociedade em decorrência da informática, “as relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos”. (LEVY, 2010, p. 20)

Levy irá moldar a ideia de tecnologias intelectuais “aberta, conflituosa”, uma “história da própria inteligência”, onde “os coletivos [...] compostos de indivíduos, instituições e técnicas não são somente meios ou ambientes para o pensamento, mas sim seus verdadeiros sujeitos”. (LEVY, 2010, p. 20)

É ponto central desse trabalho dissertativo, a premissa de que, se o determinismo tecnológico não é mais predominante, pelo menos nas ciências sociais e humanas, torna-se importante observar estas relações coletivas, moldadas de diferentes formas e decorrentes de distintos grupos sociais.

2.1.1 O papel da Ciência da Informação neste debate

Com o objetivo de identificar as relações socioculturais envolvendo o advento da tecnologia digital no fazer historiográfico, deve-se compreender que a cultura digital afeta dois planos, tanto o domínio fenomênico de construção do objeto histórico, entende-se aí a cultura e a sociedade objetos da ciência histórica, como também o domínio epistemológico

da construção da própria escrita e do conhecimento histórico, e é neste contexto, mais próximo da concepção de uma mudança na escrita historiográfica, que a Ciência da Informação se faz como aporte teórico e metodológico.

Entendendo que a sociedade necessita refletir os seus próprios movimentos e abordar questões e perspectivas fundamentais ao entendimento dessas novas dinâmicas sociais, a Ciência da Informação, como área interdisciplinar passando por diferentes metodologias, caminhos e universos de ação, acaba por centrar suas reflexões no problema da integração e da articulação de diversos meios, saberes e linguagens de informação.

De acordo com Emir Suaiden, diretor do IBICT,

As sociedades contemporâneas têm no conhecimento, na comunicação e na informação, mais do que nunca, os princípios definidores de suas realizações científicas e educacionais, de seus ciclos produtivos e, especialmente, de sua qualidade de vida e bem-estar. Novas questões e demandas perpassam de modo transversal as tecnologias e a linguagem, a economia e a cultura. (SUAIDEN, 2011, p.7)

Essas novas dinâmicas socioculturais podem ser observadas em diferentes áreas, sendo abordadas por cada ciência segundo suas próprias perspectivas, sendo esta a justificativa desta pesquisa dentro da Ciência da Informação, que está intimamente interessada nas configurações sociais contemporâneas e nos mecanismos tecnológicos de auxílio à geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação e disseminação de informação.

É chamada atenção para o papel do IBICT e do seu Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, onde, nos últimos anos, ocorreram inúmeros eventos e publicações envolvendo a reflexão em torno da ideia de produção, comunicação de informação, mudanças tecnológicas e suas apropriações sociais¹.

¹ Dentre as duas linhas de pesquisa existentes no programa, destaca-se a Linha 2, *Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação*, que tem como foco os “estudos de ética e política de informação e das tecnologias da informação e comunicação na sociedade contemporânea [...] e condicionantes socioculturais e tecnológicos dos usos e da competência em informação”. O programa possui também um núcleo de pesquisa denominado “Laboratório Interdisciplinar Sobre Informação e Conhecimento” (Liinc) que é um “espaço interinstitucional e multidisciplinar [...] voltado para a reflexão crítica sobre informação, conhecimento e desenvolvimento, ante as transformações no mundo contemporâneo”. Dentre os eventos mais importantes realizados nos últimos anos, destacam-se: Seminário Organização da Informação em Língua Natural em Ambiente Virtual e Não Virtual (2011); Seminário: Tecnologias de informação e comunicação e desenvolvimento social (2011); Seminário Internacional "Revolução 2.0: da Crise do Capitalismo Global à Constituição do Comum" (2011); Seminário Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política (2011); Seminário Internacional 'Informação, Poder e Política: novas mediações tecnológicas e institucionais' (2009); Seminário Internacional "Cooperação Internacional na Era do Conhecimento" (2008); Seminário Internacional Seminário Internacional Desenvolvimento em questão: que Sociedade da Informação

Na definição já clássica que vem de 1960, a ciência da informação seria o estudo da geração, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação da informação. [...] Sua constituição como área interdisciplinar passa por diferentes caminhos em diferentes sociedades [...] de fato, considerada como ciência social, só pode construir seu objeto: (a) como um objeto de segundo nível a partir daquilo que nas configurações sociais contemporâneas se construa e defina como sendo da ordem da informação; (b) conforme as abordagens com que os saberes disciplinares e interdisciplinares entendem o ser social e suas vizinhanças ontológicas – o natural, o cultural, o psicológico, o linguístico –, bem como os modos com que aplicam e experimentam procedimentos metodológicos, constituem esferas de comunicação e reconhecimento crítico e tornando-se plausíveis de refletividade. (GONZÁLEZ DEGÓMEZ 2007, p. 149-150)

Esta última característica, de idealização de modelos e procedimentos metodológicos possibilitando maior refletividade sobre a construção social, tende a ser uma característica da Ciência da Informação enquanto uma ciência **social aplicada**. Tende ainda a contribuir na reflexão e desenvolvimento de quadros teórico-conceituais e base empírica que permite lidar com estas questões, que marcam profundamente esse início do século XXI, envolvendo a informação e as novas tecnologias digitais em suas mais diferentes abordagens e territórios.

Diante desse campo de reflexão e do papel do IBICT, quatro trabalhos podem exemplificar os debates e as tendências de reflexões realizadas nos últimos anos.

Informação e globalização na Era do Conhecimento, publicado em 1999 e organizado por Albagli e Lastres, duas pesquisadoras do PPGCI IBICT, onde buscou-se debater temas e questões que marcavam o momento em fins do século XX. De acordo com as organizadoras, devido à nítida carência de literatura a respeito desses temas no país e, como consequência, de debates e reflexões ambíguas e muitas das vezes conflitantes, devido principalmente a certa imatura reflexividade diante desse “boom” informacional e tecnológico, é que se idealizou este livro. Assim sendo, essa obra,

...dirige-se tanto para municiar e incrementar o debate acadêmico, nas diferentes áreas que se têm preocupado com esses temas, como também para informar um público mais amplo e diverso, desejoso de interpretações fundamentadas que o ajudem a melhor compreender - e intervir sobre. (ALBAGLI; LASTRES, 1999, p. 8)

e do Conhecimento? (2006). As últimas publicações envolvendo tais temáticas foram: “Informação e democracia” (2011); “Informação, conhecimento e poder” (2011); “*Information, Power, and Politics*” (2010); “Informação e desenvolvimento” (2007); “Informação e globalização na era do conhecimento” (1999). Os quatro trabalhos em português serão analisados mais à frente. Todas essas publicações estão na referência bibliográfica final desse trabalho. (Site do PPGCI IBICT UFRJ)

Nessa obra, tratou-se de debater alguns conceitos que estavam em voga no momento, o “boom” informacional com a ideia de “Era do Conhecimento” e “globalização”, propiciando noções de novas relações econômicas e de trabalho que envolvem a geração e a divulgação de informação e conhecimento. “Economia da informação”, “economia do conhecimento”, “comércio eletrônico”, “tecnoglobalismo”, “trabalho imaterial”, “capital informacional”, “neo-dependência”, estes são alguns dos termos recorrentes nos capítulos ao longo do livro.

Em 2007, foi publicado o trabalho *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*, organizado por Albagli e Maciel, ambas as professoras do PPGCI IBICT. Trata-se de um trabalho com parceria entre o IBICT e a UNESCO que teve como objetivo debater a importância e as reais ações sociais existentes ligadas ao acesso, ao conhecimento e a informação, envolvendo assim a ideia de “competência informacional”.

De acordo com suas organizadoras,

Esse debate ganha projeção a partir das transformações na base técnico-científica desde as últimas décadas do século XX, com o desenvolvimento de um conjunto de tecnologias ‘genéricas’, particularmente as tecnologias da informação e comunicação (TICs), viabilizando aplicações e inovações de diferentes tipos e em diversos campos e práticas da vida social. (ALBAGLI; MACIEL, 2007, p. 15)

Nessa obra, o foco não recai apenas no “trabalho e capital na era da informação”, mas passa a agregar a ideia de informação e conhecimento como foco de inovação, apropriação e desenvolvimento sociocultural, numa perspectiva mais ampla, para além da econômica.

Em 2011, foi lançado o trabalho *Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social*, também organizado por Albagli e Maciel. Esse trabalho já demonstra certa maturidade, principalmente tendo em vista que estende suas reflexões para as novas dinâmicas cognitivas e informacionais, relacionando-as com tradicionais e novas formas e estruturas de poder. De acordo com as organizadoras, “em que direção tais inovações representam mudanças de fato estruturais nos padrões de geração, acumulação e apropriação de riqueza e valor, bem como nas estruturas de poder, em diferentes esferas e escalas”. (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 9) Esse livro busca trazer “novas visões sobre alguns dos grandes eixos temáticos em que esse debate se tem dado”. (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 10) Alguns pontos que merecem destaque são:

- “i) Não apenas as dimensões política e econômica estão hoje inextricavelmente imbricadas nas relações entre informação e poder [mas também] a dimensão cultural, [as] dinâmicas intersubjetivas e da linguagem. [...]
- ii) [assisti-se a uma] reconfiguração do político, em que a adoção e a difusão generalizada das formas de comunicação digital, especialmente a internet, desempenham papel crucial, [...] recaí sobre as formas de apropriação e uso da informação e da sua comunicação.
- iii) [...] as tensões e o paradoxo entre a existência de novos meios técnicos, formas e práticas de compartilhamento e difusão da informação e conhecimento e da cultura, e a ampliação e o enrijecimento de barreiras jurídico-institucionais [leia-se direitos autorais] [...]
- iv) [...] a contradição ou os conflitos entre novas formas de mobilização e participação sociais potencializadas [pela digitalizadade] e que evidenciam diferentes formas e culturas de uso dos espaços sociodigitais [onde] a mera inclusão digital de segmentos excluídos [...] não é, entretanto, suficiente para enfrentar essas disparidades [...]
- v) [a conexão entre] economia de informação e a hegemonia do capital especulativo e financeiro em discussão as teorias e a maneira como se define valor no capitalismo contemporâneo, com implicações diretas no domínio do político.
- vi) as mediações tecnológicas e institucionais aparecem como elementos-chave [...] quando se consideram os campos de luta e disputa entre as forças, hoje em jogo, nas novas dinâmicas.
- vii) [necessidade de se incorporarem] outras abordagens [...] particularmente as perspectivas antropológicas e epistemológicas [...] não apenas de prover um arcabouço teórico-conceitual mais abrangente [...] como também incorporar o leque de atores e visões alternativas [...]
- viii) [...] uma visão não eurocêntrica e antropocêntrica é por sua vez ressaltada como sendo portadora de possíveis respostas alternativas e inovadoras [...] da democracia. (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 10-12)

Por fim, o trabalho organizado pelos professores e pesquisadores do PPGCHI IBICT Gómez e Lima, publicado em 2011, *Informação e Democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política*. Nessa obra, as ideias sobre “inclusão, rede e formações digitais dão visibilidade discursiva à dimensão informacional e epistêmica de questões atuais da ética e da democracia”. (SUAIDEN, 2011, p. 8) Trata-se de uma reflexão mais ampla, envolvendo concepções contemporâneas de produção e comunicação de informação e conhecimento com as possibilidades decorrentes das novas tecnologias digitais, principalmente a internet. Nesse caso, envolvendo uma expansão da concepção dos conceitos de ética e política informacional.

Acerca do conceito de ética, Gómez descreve que “as molduras normativas e os efeitos morais das ações de informação formam parte importante do domínio investigativo da ciência da informação [...] abrindo-se assim o campo fenomênico, conceitual e terminológico dos estudos de informação”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 55) Por outro lado, ao pensar o conceito de política envolvendo as novas apropriações tecnoinformacionais, chama-nos atenção a fala de Albagli,

...as inovações tecnológicas e sociais associadas às novas dinâmicas das redes digitais trazem ainda novos ingredientes a esse debate [...] dentre os diversos temas que integram a problemática (que inclui questões de gênero, raça/etnia, opção sexual e outros) [o debate também aborda] seu viés (geo) político e suas relações com as atuais dinâmicas informacionais e comunicacionais. (ALBAGLI, 2011, p. 107)

De acordo com a própria Gómez, “informação sempre esteve ligada à política e à economia – são seu caráter e seu peso relativo que assumiram um novo significado e tomaram novas dimensões”. (GONZÁLEZ DEGÓMEZ apud ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 10)

2.2. Análise teórica conceitual

É importante destacar o que diz respeito à contextualização histórica da concepção de uma mudança paradigmática do entendimento de sociedade, tendo em vista uma valorização da informação e do conhecimento com auxílio das novas tecnologias, chegando principalmente à noção de conversão digital.

2.2.1 Tecnologias de Informação e Comunicação

As mudanças vistas nas dinâmicas de produção, circulação e apropriação da informação e do conhecimento são fatores relevantes para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, assim como também possuem ligações diretas com o advento das novas tecnologias de informação e de comunicação.

A partir da década de 1970, vislumbra-se a criação de uma nova dinâmica tecnológica internacional, com a mudança de paradigmas tecnológicos voltados para a matéria e energia, e de produção industrializada e de massa, para as tecnologias intensificadas na informação, flexíveis e computadorizadas. Assiste-se ao agravamento da concorrência econômica, onde o conhecimento científico e tecnológico passa a ocupar um papel central. Resultando cada vez mais no entendimento de que as tecnologias de informação e comunicação, que no passado se constituíam numa vantagem, no presente, tornaram-se uma necessidade fundamental.

Argumenta-se, com suas devidas ressalvas, que a sociedade se encontra numa era de crescimento globalizado, inclusive tecnológico, ou, mais especificamente, no “tecnoglobalismo”. Os defensores dessa percepção afirmam que cada vez mais é visível a existência do fenômeno de internacionalização da atividade de pesquisa e desenvolvimento, onde os principais mercados do mundo já possuem, consomem e até produzem bens e serviços semelhantes ao redor do mundo. Dentre os opositores a esse pensamento, argumenta-se que a atividade tecnológica representa, e de fato é, um caso de “não globalização”. Para tais autores, o verdadeiro entendimento do conceito de tecnoglobalismo pressupõe o seu desdobramento em três dimensões envolvendo a pesquisa e o desenvolvimento (P&D), que de fato nunca existiram: a exploração internacional de tecnologia; a geração global da tecnologia; e a colaboração tecnológica global. (MALDONADO, 1999, p. 108)

Na verdade, o que há são processos de concentração da produção do conhecimento, resultantes de uma concentração das tecnologias de informação e conhecimento. De acordo com Barros (2007), durante toda a modernidade, o desenvolvimento científico e tecnológico sempre ocorreu de forma centralizada, havendo no pós-guerra uma breve expansão de tais atividades, mas que, devido à crise capitalista de 1970, tais mudanças ocorridas com o processo de globalização afetaram profundamente os países em desenvolvimento. Ainda segundo o autor, o que existe atualmente é uma espécie de círculo vicioso que incorpora e concentra a produção, a apropriação e a transformação de riquezas provenientes da produção científica e tecnológica nos países mais ricos.

Nesse caso, entra-se na discussão acerca das questões envolvidas na problemática das políticas de ciência e tecnologia (C&T) escolhidas como agendas de desenvolvimento de países, principalmente aqueles em desenvolvimento, como é caso do Brasil, que no fim do século XX, buscando a “excelência” para uma possível competitividade na nova ordem econômica mundial, possibilitou uma ampliação da base científico-tecnológica nacional em detrimento de uma demanda social. Tal política de C&T foi inegavelmente benéfica para o crescimento e estruturação do setor, todavia foi edificada numa política clientelista, associadas a ações de grupos de interesses, com tendência de autopreservação, excessivamente endógena e afastada da realidade social. (BAUMGARTEN, 2007)

Também há desentendimento no que diz respeito à amplitude de tais mudanças, principalmente em sociedades em desenvolvimento, tanto em uma perspectiva econômica, nos padrões de geração e acúmulo de valor, em uma perspectiva social, no entendimento

acerca das relações de poder e hierarquia dentro desta dinâmica social (ALBAGLI; MACIEL, 2009), quanto em uma perspectiva cultural e antropológica, sobre o imaginário social com relação aos usos reais e possibilidades imagináveis dessas tecnologias. (WINOCUR, 2007)

As TICs conseguem definir as possibilidades e limites dos usos contemporâneos da linguagem, concentrando-se de forma substancial nas relações sociais, culturais e econômicas, sendo constitutivas não somente de espaços de discursos e embates, mas também de memórias. A “convergência digital”, entre outros efeitos, possibilita o poder (ou pelo menos o direito) de fala a mais de uma narrativa, dando a devida importância às desigualdades e aos excluídos.

Nas ciências sociais, os trabalhos sobre as novas TICs recaem nos estudos acerca da capacidade de produzir mudanças, possuindo duas abordagens principais: uma que vê a tecnologia como uma mola propulsora das tendências e mudanças sociais mais profundas, chegando ao extremo de um “determinismo tecnológico”; outra, do outro lado, ligado ao campo de estudos sociais da tecnologia, que trata da crítica radical dos que consideram a tecnologia como algo de pouca significância nas questões sociais. (SASSEN, 2007)

A fim de garantir um meio termo em tal discussão, ao analisar o uso das novas TICs na sociedade da informação e do conhecimento, é necessário evitar uma interpretação puramente tecnológica, mas se torna importante reconhecer os resultados destas tecnologias em diferentes ordens sociais. Talvez o melhor a fazer seja buscar analisar a interseção entre aquilo que Sassen (2007) denominou como “Tecnologia e Sociedade”.

Para Rosalía Winocur (2007), o problema vai além, pois há um foco, quase que exclusivo, nos estudos acerca das mudanças oriundas do uso das TICs exclusivamente de caráter técnico. Para ela, nos estudos sobre a TICs não se costuma incluir a preocupação com a investigação sobre a apropriação prática e simbólica das novas tecnologias no cotidiano. A autora denomina como estudo “socioantropológico” o estudo “sobre as práticas e sobre o imaginário acerca dessas tecnologias” na sociedade.

Numa reflexão para além de uma visão estritamente tecnicista do uso das novas TICs, pode-se afirmar que as TICs definem hoje as possibilidades e limites dos usos da linguagem, focando seus usos nas relações sociais, culturais e econômicas, constituindo espaços sociais de discurso e de memória. Todas as qualidades informativas de uma ação de informação estarão sendo redefinidas em cada cenário das mudanças tecnológicas

caracterizadas pela digitalidade, a hipermídia e a interatividade. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007)

Torna-se pertinente a definição e utilização de um recurso analítico que pudesse dar conta da análise das complexas imbricações entre o produto social chamado de tecnologia e a dinâmica social econômica, política e cultural, por meio das quais as tecnologias são utilizadas. Nessa perspectiva, utiliza-se o conceito de ‘formação digital’ de Saskia Sassen,

Formação digital é o construtor (...) para designar esses tipos específicos de estruturas de informação e comunicação. Formações digitais devem ser, portanto, diferenciadas de tecnologia digital. Além do mais, nem todas as redes digitais são formações digitais. Essas últimas são resultados mistos, uma vez que decorrem de propriedades endógenas e de lógicas sociais endogeneizadas. São estruturas digitalizadas, porém são parcialmente moldadas e providas de significado por condições sociais, políticas, econômicas, ideacionais e muitas das vezes visuais, condições essas que existem tipicamente fora da esfera tecnológica ou, pelo menos, transcendem-na como tal. (SASSEN, 2007, p.40)

Esse recurso analítico possibilita abordar determinados problemas, tanto no que diz respeito à possibilidade de identificar e compreender tais estruturas de informação e comunicação tecnológica, vista como resultantes de várias combinações de capacidades técnicas centradas nas novas tecnologias, especificamente com os computadores e internet, quanto ponderar acerca das múltiplas variações de contextos sociais que configuram lógicas de uso, racionalidades substantivas e significados culturais em tipos particulares de interação digital envolvidos.

2.2.2 A internet como uma “meta-tecnologia”

É comum quando se fala em sociedade da informação, sociedade do conhecimento e, principalmente, em tecnologias da informação e do conhecimento, dar o exemplo da internet e de sua digitalidade como formas de tecnologias contemporâneas. Todavia, em um trabalho que discute justamente os usos dessas novas tecnologias na sociedade, torna-se importante a definição mais precisa acerca dessas “famílias” de tecnologias.

Para Sandra Braman (2004), a sociedade contemporânea de meados do século XX vem passando por uma convergência entre as tecnologias de computação e comunicação, resultando no processo de digitalização da comunicação. Trata-se de mais um processo de convergência da comunicação com novas formas tecnológicas ao longo da sociedade. São eles:

- A primeira foi a convergência da comunicação simbólica para linguagens escritas;
- A segunda convergência, em meados do século XIX, foi a das tecnologias simbólicas com os de energia, lançando a sociedade da informação, exemplo do computador;
- A terceira convergência, em meados do século XX, entre as tecnologias de computação e a comunicação possibilitando a digitalização;
- A quarta convergência é entre as tecnologias digitais com o mundo orgânico, incluindo o corpo humano. (BRAMAN, 2004, p. 3. Tradução livre)

Chama atenção o entendimento sobre a terceira convergência, resultando na tecnologia da informação com a comunicação digital. Pode-se compreender, assim, a mudança de uma perspectiva analógica para a digital, de uma perspectiva tecnológica para uma perspectiva meta-tecnológica.

- Tecnologias: são sociais na sua elaboração e utilização, necessitando de um número de pessoas trabalhando juntas. Torna possível ligar várias etapas do processamento em conjunto no âmbito da matéria transformando em energia. [...] A mudança de ferramentas durante a industrialização e o uso de tecnologias, portanto, caracterizam o período moderno. A imprensa e o rádio são exemplos de tecnologias de comunicação. [...]
- Meta-tecnologias: envolvem muitas etapas de processamento e há uma grande flexibilidade no número de etapas e a sequência com que são realizadas. Elas são sociais, mas permitem a atividade individual uma vez que se está operando dentro do socialmente produzido em rede. Seu uso expande enormemente os graus de liberdade com o qual os seres humanos podem agir no mundo social e material [...] são sempre informativos, sendo a internet o primeiro exemplo de uma meta-tecnologia usada a propósito de comunicação. (BRAMAN, 2004, p. 4-5. Tradução livre)

Dan Schiller (2011) destaca essa conversão, denominada por ele de “fluxo de bits generalizado”, onde a tecnologia digital ganhou nova força e alcance em detrimento dos sistemas anteriores. O autor não descarta os períodos de crises e erros envolvendo determinados setores da sociedade com envolvimento direto da eletrônica digital, todavia, torna-se impossível negar o crescimento e a influência do uso dessas tecnologias não apenas na economia, mas também contribuindo em novos, ou na reorganização de antigos, hábitos culturais.

A comparação dos quadros ilustrativos a seguir busca exemplificar de forma clara essa alteração dos paradigmas da comunicação, e suas estruturas relacionais no tempo e no espaço, provocada pela convergência de modelos analógicos para o digital.

Quadro 1 – Influência de tecnologias analógicas.

Função		Informação				
		Voz	Texto	Imagem	Dados	Vídeo
Criação e coleta (conteúdos)		T E L E C O M U N I C A Ç Ã O	P U B L I C A Ç Ã O	F O T O G R A F I A	C O M P U T A Ç Ã O	E N T R E T E N I M E N T O
Exibição (Dispositivos de comunicação)						
Estocagem (Dispositivos de memória)						
Processos (Aplicações)						
Distribuição (Transporte)						

Fonte: Quadros obtidos de SINGH, 2004, p. 93 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006, p. 3.

Quadro 2 – Influência de tecnologias digitais.

Função		Informação				
		Voz	Texto	Imagem	Dados	Vídeo
Criação e coleta (conteúdos)		CONTEÚDOS DIGITAIS				
Exibição (Dispositivos de comunicação)		DISPOSITIVOS MULTIMÍDIAS				
Estocagem (Dispositivos de memória)						
Processos (Aplicações)		ESTRADAS DE INFORMAÇÃO (<i>information highway</i>)				
Distribuição (Transporte)						

Fonte: Quadros obtidos de SINGH, 2004, p. 93 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006, p. 4.

Observa-se na comparação entre os dois quadros uma horizontalização das estruturas relacionais na passagem para o formato digital, onde as diferentes formas de informação (voz, texto, imagem, dados e vídeos) interagem entre si de acordo com as respectivas funções (criação e coleta, exibição e estocagem, processos e distribuições), criando três

grandes vetores: conteúdo digital, dispositivos multimídia e “estradas de informação” (ou *information highway*).

A digitalização² exerce um papel primordial nessa mudança do uso da comunicação, pois “refere-se à transformação da comunicação, pela inclusão das palavras, imagens, figuras em movimento e sons, numa linguagem comum” no tempo e no espaço. (MOSCO, 2004 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006) Possivelmente, essa convergência do analógico para o digital possibilitará, através das redes eletrônicas e interativas mediadas por computadores e pela internet, não apenas uma mudança na forma e nos resultados da comunicação humana, mas também servirão de amálgama para a construção de novas formas e estruturações de formas de poderes informacionais (BORGSMANN, 2000; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006), onde a meta-tecnologia comporia uma forma de “poder informacional”, constituindo-se na capacidade de afetar comportamentos ao intervir nas bases informacionais das formas instrumental, estrutural e simbólica do poder. (BRAMAN, 2004)

Para GONZÁLEZ DE GÓMEZ (2006), devido ao impacto do uso das meta-tecnologias juntamente com o uso do “meta-conhecimento”, torna-se necessário encontrar novas vinculações entre o “e-conhecimento” (o “e” remete a formas tecnológicas de estímulo ao conhecimento) e a cidadania.

De acordo com Borja,

A cidadania é, em primeiro lugar, uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, em virtude da qual é membro de pleno direito dessa comunidade, a qual lhe deve lealdade enquanto desfruta dela. Na atualidade, a cidadania supõe um estatuto jurídico que atribui um conjunto de direitos políticos, cívicos e sociais aos sujeitos que a desfrutam (...) Assim, a cidadania permite executar, ao menos teoricamente, o conjunto de *roles* sociais que permitem aos cidadãos intervir nos assuntos públicos. (BORJA, 2000 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006, p. 8)

Em tal perspectiva, ratifica-se a ideia de “e-cidadania” e de “e-governo” como resultante da discussão de transparência da informação governamental com as tecnologias digitais de informação e comunicação. Todavia, não se deve conferir à digitalidade informacional o poder da promoção incondicional de uma mudança social uniforme e igualitária. Para Mattelart, deve-se evitar o otimismo fácil que geralmente acompanha as

² Neste caso, digitalização não se refere ao ato de digitalizar (digitalizar um documento, por exemplo), mas à mudança de paradigma na própria forma de agir e pensar as tecnologias, por exemplo, de uma forma analógica para uma forma digital.

análises que prometem um mundo mais solidário, mais democrático, instaurada graças à sociedade da informação, o que pode ser conhecido como “tecno-topia”. (MATTELART, 2002)

A ideologia da sociedade global e de rede-global da informação faz parte de uma perspectiva de reconstrução neoliberal do mundo, onde países dominantes aliados a empresas transnacionais procuram difundir a ideia de democracia de mercado, que é o que está por trás dos sistemas de inteligência global, de captação de informações privilegiadas que possam romper com barreiras econômicas internacionais. Para tal, criam uma ideia de liberdade de expressão dos cidadãos. (MATTELART, 2002)

Gonzalez de Gómez forja o conceito de “e-topia”, que, ao contrário de “utopia” ou “a-topia” (lugar inexistente), remeteria a um “e-lugar” em direção ao qual se edificariam as infraestruturas digitais e eletrônicas em domínios específicos, como o “e-comércio”, a “e-ciência”, o “e-conhecimento”, o “e-governo”, e a “e-cidadania”. Corroborando assim a noção de regime de informação, numa perspectiva do uso da informação na edificação de políticas simbólicas. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006)

Observam-se duas formas de leituras do cenário social ressaltando a convergência digital e tecnológica e a construção de políticas. Uma visão voltada para a política de informação, partindo de uma “cadeia de produção de informação” que estrutura e orienta políticas de distintas demandas, meios e recursos de informação. E uma visão caracterizada como política de meios de comunicação, focando no público como sujeito da política, enquanto membros de uma esfera pública, e observando as condições informacionais e comunicacionais que estruturariam o papel deste sujeito na esfera pública. (BRAMAN, 2004; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006)

É nessa perspectiva múltipla que se torna importante a realização de análises e reflexões acerca dos diferentes momentos e configurações sociais da cadeia produtiva da informação e comunicação, neste caso, chamando atenção para o uso das tecnologias digitais, como metodologia para a reconstrução de questões relevantes e pertinentes para a elaboração de políticas de informação e comunicação na sociedade contemporânea.

2.2.3 Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC) e o conceito de Regime de Informação

Tanto sociedade da informação quanto sociedade do conhecimento são ideias amplamente difundidas e discutidas atualmente, com possibilidades de múltiplas interpretações e, algumas vezes, sendo usadas equivocadamente como sinônimos. Sendo assim, torna-se importante propor uma definição conceitual que se aproxime do propósito deste trabalho.

O conceito de *sociedade da informação* geralmente está associado ao surgimento dos meios eletrônicos, às tecnologias do fim do século XX [...] às concentrações ocorridas no mundo industrial no que diz respeito à produção de informação nas décadas de 1980 e 1990, o mundo dos equipamentos institucionais, domésticos, do espaço, um mundo onde a informação abunda, porém de maneira menos discriminada.

[...]

Quando falamos de *sociedade do conhecimento* falamos de outros temas. Em geral, menciona-se a mudança de paradigma com a qual o capitalismo funciona hoje e a forma em que a sociedade industrial mudou. [...] o termo está relacionado ao que se conhece como fim da indústria de massa e dos produtos, tal como os conhecemos na primeira metade do século XX. (QUEVEDO, 2007, p. 56)

Como podemos compreender nas definições descritas e de acordo com Albagli e Macial (2009, p. 1515), os termos de “sociedade do conhecimento” e “sociedade da informação” foram cunhados na primeira metade do século XX, numa perspectiva das mudanças das atividades de produção e processamento da informação nas estruturas de trabalho e emprego, principalmente no setor de emprego e serviços. Nessa percepção, não revela qualquer amplo reconhecimento do significado de uma centralidade da informação e do conhecimento nas dinâmicas sociais, fato ocorrido apenas em fins do século XX e início do XXI, quando ganharia maior expressão política, social e cultural, para além das dimensões tecnológicas e econômicas.

Torna-se importante observar os arranjos temporais e contextuais que justificam o enquadramento daquilo que se entende por informação, como sendo da ordem da cultura, da economia, da política, assim como se olhado do ponto de vista de um determinado domínio da atividade humana, como, por exemplo, a tecnologia, a ciência ou a educação. Tais compreensões justificam-se pela importância de obter abordagens eficientes para a compreensão da sociedade contemporânea.

Um exemplo dessa expansão da noção informacional na ação social, que já foi muito debatida e que hoje retorna em outra roupagem, mais ampla, é a ideia de “informação e política” e de “política de informação”. As políticas de informação tomaram forma, como tema e domínio relativamente autônomo, no cenário do pós-guerra, associadas sob a esfera do Estado, com fatores estratégicos do desenvolvimento em ciência e tecnologia. Trata-se de pensar o Estado como agente privilegiado de geração, recepção e agregação das informações, buscando exercer o domínio de intervenção territorial, social e simbólico, tendo como competência o acúmulo de informação e a codificação do conhecimento acumulado, formando um capital informacional. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002) Acrescenta-se a isso, de acordo com Albagli (2011), a ideia de que no território digital e globalizado “o futuro do formato (geo) político-institucional em torno dos Estados-nações e da soberania estão em xeque”, sendo necessário observar como estão sendo formados estes novos cenários políticos para a informação.

Mais recentemente, o historiador Carlo Ginzburg descreveu que estamos na “Era Google”³. Em sua fala, pode-se observar que o objetivo não era ressaltar questões econômicas, mas sim uma questão de uso e apropriações mais ampla na sociedade, envolvendo a ideia de um fazer cultural.

Diante disso, cabe perguntar; Qual é o entendimento desse cenário atual? Torna-se importante o estabelecimento de interlocuções entre essas várias noções que, em comum, possuem a centralidade na informação, no conhecimento e nas tecnologias. Em outras palavras, de que forma essas novas tecnologias estabelecem novas e melhores condições de criação, acesso e disseminação de conhecimento e informação?

Nas últimas duas décadas do século XX, no contexto da crise do modelo fordista de produção industrial e na busca por um substituto, ocorreria uma mudança de perspectiva decorrente das novas tecnologias de informação e comunicação. Nessa época, foram realizados estudos que debatiam acerca das relações dessas TICs com a informação, onde a supremacia do Estado à frente das políticas de informação voltada para sua soberania era colocada em xeque, começando a ser substituída por um discurso de cunho econômico. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002)

Surgiu assim uma série de abordagens economicistas na busca por teses e modelos analíticos que tentavam interpretar e explicar tais transformações, sendo cunhando

³ “Era Google” foi o nome dado pelo autor à palestra apresentada, em 2010, no evento Fronteiras do Pensamento, ocorrido no Rio Grande do Sul.

conceitos como “paradigma técnico-econômico”, “economia do conhecimento e do aprendizado”, “sociedade pós-fordista”, “acumulação flexível”, “modo de informação”, “pós-industrial”, “Estado-rede” e “capitalismo cognitivo”. (ALBARGLI; MACIEL, 2009; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Foi nesse momento que se destacou o termo “sociedade da informação”, tendo em vista o papel de ênfase da informação na sociedade. Todavia, para Castells, o termo que melhor representaria o processo seria o de “sociedade informacional”, indicando,

...o atributo de uma forma específica de organização social na qual a geração, processamento e transmissão da informação convertem-se em fontes fundamentais da produtividade e do poder, devido às novas condições tecnológicas. (CASTELLS, 1997 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 30)

Uma possibilidade de compreensão dos diferentes contextos de uso e apropriação da informação ao longo da história seria o conceito de “regime de informação”.

De acordo com González de Gómez, o conceito de “regime de informação” pode ser entendido como um recurso analítico que possibilita avaliar o uso da informação na sociedade moderna, possuindo dois motivos principais: primeiro, porque “não implica determinações *a priori* acerca de qual seja o contexto preferencial para o entendimento das questões da informação, podendo ser político, econômico, epistemológico ou cultural”; e segundo, porque remete a um “modo informacional” de construção do ser social, permitindo pesquisar com certa liberdade, sistemas, redes, instituições, atores, ações, discursos e meios. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p.164)

Um “regime de informação” constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas, transferidas de diferentes produtores, por muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos [...] Um regime de informação, assim, está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversos: intermediáticas (textos, jornais, conversas informais, internet etc.); interorganizacionais (empresa, universidade, domicílios, associações etc.) e intersociais (atores comunitários, coletivos profissionais, agentes governamentais, entre outros). [...] para nós, o mesmo estaria constituído pela figura combinatória de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjos de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência etc.), territorial (município, região, grupos de países) ou de sua combinação”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 169)

A noção de regime de informação entendido por González de Gómez utiliza o cruzamento de três outras abordagens conceituais:

1) “modo de informação” de Mark Poster, que, designando “as novas experiências da linguagem no século XX, originadas em sua maior parte pelos avanços na eletrônica e as tecnologias que lhe são relacionadas”, entende as mudanças da linguagem no espaço social contemporâneo como de caráter cultural. (POSTER, 1990 *apud* GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 165)

2) “regime global de informação” de Sandra Braman, onde a adoção da teoria do regime como forma de análise da infraestrutura de informação e dos conteúdos que ela movimenta deve-se ao *status* da informação na sociedade contemporânea. Questões políticas referentes aos seus fluxos, à cultura e à comunicação compõem tal regime. Em tal perspectiva, o escopo e a abrangência do regime de informação remetem-se ao entendimento de “governo”, “governança” e “governabilidade”. “O regime seria assim a condição ou estado de um sistema político que em um equilíbrio dinâmico passa a ganhar forma de um domínio regulamentado ou ainda um *status* jurídico”. (BRAMAN, 2004 *apud* GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 166)

3) “regime de informação” de Bernd Frohmann, para quem a informação, quando tratada como mercadoria sujeita às leis de mercado, ou quando considerada como instrumento secundário, resulta na redução de sua ligação com uma visão política e, sobretudo, a questões de poder que a informação deve ser contextualizada. Nesse caso, ela entende o regime de informação como resultante de uma configuração em rede, envolvendo elementos heterogêneos que encontrariam na figura da rede uma estabilização mínima para sua sobrevivência. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 167)

A partir de 1990, as correntes do neoliberalismo, com ênfase no mercado, passam a perder espaço para questões políticas sobre a informação, obtendo maior potencialidade analítica a concepção de Regime de Informação. Tais concepções produziram mudanças na Ciência da Informação, nas indicações sociais de tematização e relevância. O entendimento de regime da informação vem sendo trabalhado na Ciência da Informação, onde “propõe-se a prover um arcabouço heurístico abrangente para não somente compreender, como também atuar nesse cenário em transformações”. Daí, dois aspectos tornam-se centrais nesse tipo de análise: “a ênfase nas práticas informacionais (‘ações de informação’) dos atores” e “o reconhecimento do regime de informação como um campo de disputas e conflitos, assim como de negociações e estabilidades”. (ALBAGLI; MACIEL, 2009, p. 1519-1520)

Assim sendo, podemos entender o conceito de Regime de Informação como um instrumento analítico que busca propor, compreender e contextualizar “macrocenários” em

uma determinada formação social, referentes à produção informacional, em diferentes âmbitos de estruturas jurídicas em múltiplos interesses, como na política, na ciência e na cultura.

Diante dessa perspectiva, novas dúvidas surgem. Qual o sentido do uso do conceito analítico de Regime de Informação nesta pesquisa? Sendo possível observar todo este pensamento e mudança na concepção de sociedade e de informação, qual a relação da produção do conhecimento histórico neste contexto?

Partindo do princípio de que o conceito de regime de informação é um conceito analítico, pois trata de entender processos sociais, econômicos, políticos, científicos e culturais, do ponto de vista informacional, em que medida a informação como ação prática afeta e é afetada pelos processos sociais que estão inseridos?

Quando uma tecnologia de ampla extensão, como é o caso da digitalidade, consegue intervir num regime de informação, torna-se possível observar, entender e reconstruir tais mudanças em qualquer dos contextos da vida social contemporânea, como é o caso da produção de conhecimento histórico, podendo, assim, pressupor que as mudanças tecnológicas afetam o (e são afetadas pelo) regime de informação, nos modos como são definidas e realizadas as práticas de informação, e ainda como são estabelecidas e construídas estas mudanças.

Assim sendo, busca-se ver como concretamente as mudanças tecnológicas são apropriadas, ou não, pela produção de conhecimento histórico, e como o conceito de regime de informação tanto orienta como justifica esta perspectiva. Trata-se de estabelecer, de forma macro, uma relação entre as tecnologias de informação, a comunicação em formato digital, as novas maneiras de produzir e divulgar informação no mundo contemporâneo e, de forma mais específica, no que seria a produção e divulgação de conhecimento nas Ciências Humanas, com predomínio da História.

3 CULTURA DIGITAL E HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Para iniciar a reflexão sobre a presença da cultura digital na sociedade contemporânea, mais especificamente na historiografia brasileira, torna-se primordial refletir junto das obras já realizadas por historiadores que refletiram acerca desta temática. Para isso, o objetivo principal deste capítulo será o de estabelecer o estado da questão, identificando essas primeiras obras, as principais temáticas discutidas, objetivos, expectativas e mudanças dos discursos ao longo do tempo.

3.1. Desvendando o debate

Todos usam a internet. Eu também.

Todos falam sobre a internet. Eu também.

Em tal tópico o risco de ser banal é grande demais. Eu resolvi correr este risco, porque a revolução tecnológica que está ocorrendo perante nossos olhos, e que modificou profundamente a existência, deve ser analisada em suas aplicações.

[...]

Alguém escreveu que a internet é um instrumento democrático. Ao pé da letra, essa declaração é falsa. Eu a corrigiria acrescentando que é um instrumento potencialmente democrático.

[...]

Mas quanto do Google é verdadeiramente novo além de sua tecnologia superpoderosa? Muitos historiadores se perguntam isso. Primeiramente, Roger Chartier, ele argumentou que, por um lado, o Google leva a uma leitura fragmentada que isola fragmentos de textos, frases, palavras e que, por outro lado, apaga a especificidade do meio material em que os textos sempre estiveram inscritos, os transferindo para um único meio: a tela do computador.

[...]

Idealizar o Google não faria sentido. Recusar-se a ver a energia que ele pode liberar seria igualmente sem sentido.

[...]

Para dar um passo à frente, precisamos de material empírico devidamente analisado. Em outras palavras, estudos de caso.

(GINZBURG, 2011)

É possível observar na fala de Ginzburg que a digitalidade, exemplificada por ele no uso da internet e do Google, tornou-se objeto de uso e de reflexão em todos os campos da sociedade, com suas “verdades” e questionamentos, cuja única certeza é que nem mesmo os historiadores conseguiram deixar de refletir tais apropriações culturais.

Numa primeira aproximação, para fazer uma reflexão acerca dessas apropriações da cultura digital pelos historiadores, procurou-se a literatura sobre o tema, publicados no Brasil ou citados em estudos brasileiros. A busca de literatura não se mostrou uma tarefa tão

fácil, devido, principalmente, às características de fragmentação desse debate, mesmo usando a internet como ferramenta de auxílio.

O início da leitura deu-se por duas obras entendidas como fundamentais ao tema. O texto de Guilherme Pereira das Neves, *O sonho de Comenius: o uso de micro-computadores na pesquisa de História Social*, apresentado em 1990 no Encontro Regional da ANPUH-RJ. E o texto *História e Informática: o uso do computador*, escrito por Luciano Figueiredo no livro *Domínios da História*, organizado por Cardoso e Vainfas e publicado em 1997.

A partir da leitura desses dois textos iniciais, procederam-se as buscas dos trabalhos por eles referenciados, e assim sucessivamente, com auxílio da internet (através de sites de buscas e sites das bibliotecas universitárias). A internet também auxiliou na busca de eventos, instituições e outros trabalhos que tivessem a ver com a temática⁴.

Nesse primeiro momento de leitura e busca, foram encontradas 40 referências bibliográficas⁵, sendo que 21 tiveram seus textos encontrados para leitura (Quadro 3).

Quadro 3 – Referência das bibliografias cujos textos foram localizados.

1.	ARAÚJO SÁ, Antonio Fernando. “Admirável campo novo: o profissional de história e a internet”. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do Tempo . Ano 3, nº 7, 2008.
2.	BARROS, Carlos. “Para um novo paradigma historiográfico”. Rio de Janeiro: Revista Tempo . Nº 11, 2001, p. 205-221, 2001.
3.	BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à internet . – 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
4.	CALDEIRA NETO, Odilon. “Breves reflexões sobre o uso da internet em pesquisa historiográfica”. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim Tempo . Ano 4, nº 20, 2009.
5.	CARDOSO, Ciro Flamarion. “No limiar do século XXI”. Rio de Janeiro: Revista Tempo . Vol. 1, nº 2, 1996, p. 07-30.
6.	CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da História . Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
7.	CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do Tempo . – 2º ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica ed., 2010.
8.	DANTAS, Camila G. “O passado em bits: questões sobre a re-elaboração da memória social na internet”. In. Anais do VI CINFORM , Salvador, BA, 2005.
9.	FERREIRA, Carlos Augusto L. A formação e a prática dos professores de História: enfoque inovador, mudanças de atitudes e incorporação das novas tecnologias nas escolas públicas e privadas do estado da Bahia, Brasil . 2004. (Tese em Educação) - Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha, 2009.
10.	FIGUEIREDO, Luciano. “História e Informática: o uso do computador. “ In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia . Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 419-441.
11.	FLÓREZ, Jairo Antonio. “Da escassez à abundância”. Artigo on-line. Site História Digital , publicado pelo autor em 2011.
12.	GARCIA MARCO, Francisco Javier. “Los sistemas de información histórica: una nueva frontera en

⁴ Mais adiante serão apresentados e descritos alguns dos eventos e instituições que têm a ver com esta temática pesquisada, como por exemplo, as associações nacionais e internacionais de H&C e a Rede História a Debate.

⁵ A relação total com as referências pode ser vista no Anexo III, no final deste trabalho. Cabe ressaltar que, no decorrer da pesquisa, outros trabalhos foram encontrados, todavia, esta relação refere-se à primeira etapa de levantamento de referência para elaboração do estado da questão.

- la construcción científica de la Historia”. Zaragoza, Espanha: **Revista Aragon en la Edad Media**. Nº 19, 2006, p. 213-233.
13. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. – Trad. Bernardo Leitão... [et. al.], 5º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
 14. MARCONDES, Marli. “História e informática: o uso da hipermídia no resgate da história da Estrada de Ferro Funilense (1899-1924)”. São Paulo: **Revista Resgate**. Nº 11, 2002, p. 109-114.
 15. MURGUIA, Eduardo Ismael. RIBEIRO, Raimundo. “Memória, História e novas Tecnologias”. São Paulo: **Revista Impulso**. Nº 28, 2001, P. 179-188.
 16. NAPOLITANO, Marcos. “A história depois do papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. – 2º ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 235-290.
 17. NEVES, Guilherme Pereira das. ”O sonho de Comenius: o uso de micro-computadores na pesquisa de História Social”. In: **História Hoje: balanços e perspectivas / Anais do IV Encontro Regional da ANPUH-RJ**. Rio de Janeiro: ANPUH RJ, 1990. p. 208-214.
 18. OLIVEIRA, Jose Cláudio A. de. “Ciberhistória”. Salvador: **Revista Eletrônica Diálogos Possíveis**. Ano 4, nº 2, 2005. p. 24-30.
 19. POSTER, Mark. “*History in the Digital Domain*”. **Historiein**. Vol. 4, 2003, p. 17-32.
 20. SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia. **História & documento e metodologia de pesquisa**. 2010. p. 128-142 (“A construção e o uso de bancos de dados”)
 21. SILVA, Edson Armando. “Banco de dados e pesquisa qualitativa em história: reflexões acerca de uma experiência”. Ponta Grossa, PR: **Revista de História Regional**, nº 3 (2), 1998, p. 167-176.

Fonte: O autor.

Dos 21 trabalhos encontrados, 11 eram artigos de revistas acadêmicas, sete capítulos de livros, uma tese e duas comunicações de eventos. Como corte cronológico, observa-se que esses trabalhos foram produzidos entre fins da década de 1970 e 2011, ocorrendo uma concentração de 72% desta produção nos últimos 10 anos (2001-2011). Sete desses trabalhos foram originalmente escritos em outras línguas (inglês e espanhol), sendo que quatro já se encontram traduzidos para o português e três ainda não; nestes casos, foi realizado o trabalho de tradução livre.

Com a leitura desses trabalhos, observou-se que os mesmos poderiam ser separados em três grandes grupos:

Grupo 1: os trabalhos que fazem uma abordagem procedimental, ou seja, dos usos das TICs nos procedimentos, tanto na produção de conhecimento histórico, quanto na transmissão deste conhecimento, como por exemplo, o uso e/ ou produção de fontes digitais, repositórios e sistemas de informação voltados para a guarda, organização e disponibilização de informações.

Grupo 2: os trabalhos envolvendo reflexões conceituais e epistemológicas acerca da influência da cultura digital na própria concepção paradigmática de ciência histórica, como por exemplo, na concepção de tempo e espaço, de memória, de escrita e narrativa histórica.

Grupo 3: trabalhos que fazem da cultura digital seu objeto de pesquisa, ou seja, sendo ela própria (a cultura digital) objeto de análise histórica.

A grande maioria desses trabalhos, principalmente os primeiros escritos nas décadas de 1970 e 1980, pode ser incluída no primeiro grupo, de análises procedimentais dos usos das TICs; muitos destes trabalhos são frutos das próprias experiências dos autores no uso de algum recurso tecnológico no fazer histórico. Só mais recentemente é que as duas outras temáticas, reflexões conceituais e epistemológicas e a cultura digital como objeto historiográfico, passaram a apresentar reflexões mais expressivas.

As análises a seguir visam reconstruir o estado da questão tratado neste estudo. Trata-se de identificar tendências e assuntos debatidos, nestas últimas décadas, pelos historiadores, envolvendo a ciência histórica e a cultura digital. Para tal construção, serão utilizadas as referências bibliográficas já mencionadas cujos textos foram encontrados, assim como outros autores e textos referenciados nessa literatura e outros trabalhos que foram identificados posteriormente, ao longo da pesquisa, e que se mostraram indispensáveis para esta análise.

3.2. Breve histórico

Fora do Brasil, as primeiras reflexões a respeito dos usos das tecnologias digitais nos procedimentos de pesquisa histórica datam da década de 1970, ocorridas na V Conferência Internacional de História Econômica em Leningrado (1970), no Congresso Internacional de Ciências Históricas em Moscou (1970); na Primeira Conferência sobre História e Computação (1973), também na União Soviética; e, em 1971, a publicação pelo americano Edward Shorte do manual intitulado “*The Historian and the computer*” (SILVA, 1998, p. 168)⁶. No Brasil, os primeiros debates que se têm notícias foram feitos por Altiya P. Balhana, no volume 46 da Revista de História da USP, em 1973, intitulado “Emprego de Computadores na História”, e por Cardoso e Brignoli, no capítulo “O uso da computação em História” na obra “*Os métodos da história*” (1979).

⁶ Silva apenas faz referência à existência desses debates e respectivos eventos, mas não fornece mais nenhuma informação acerca dos mesmos.

As primeiras associações nacionais e internacionais de debate da história e as novas tecnologias digitais foram criadas já na década de 1960 e 1970⁷, a americana *Association for Computer and Humanities* (ACH), em 1966, e a britânica *Association for History and Computing* (AHC), em meados da década de 1970. Seguidas de outras associações na Europa e na América Latina, ao longo das décadas de 1980 e 1990. (OLIVEIRA, 2005, p. 24)

Se por um lado, Silva (1998) observou que os primeiros trabalhos são datados no início da década de 1970, por outro, baseado em Oliveira (2005), ao ressaltar que as primeiras associações foram criadas já na década de 1960, tende-se a acreditar que os primeiros debates já vinham sendo realizados antes da década de 1970.

Esses primeiros usos e reflexões eram realizados por historiadores que se dedicavam à história quantitativa, econômica e demográfica. Através do uso dos bancos de dados, puderam tratar das fontes como registros de casamentos ou relações e preços de mercadorias, devido a estas fontes apresentarem informações seriadas e dados homogêneos. (SILVA, 1998, p. 169)

Na década de 1990, com o declínio da história quantitativa, observa-se um desuso dos bancos de dados pelos historiadores. Por outro lado, marca também a ampliação do uso da cultura digital em outros campos da história, como por exemplo, na história da arte com o desenvolvimento de sistemas de informações iconográficas através de processos de digitalização, assim como na divulgação de fontes e do conhecimento histórico produzido, com o uso da “realidade virtual”. (SILVA, 1998)

No Brasil, em fins dos anos de 1980 e início dos 1990, observa-se um crescimento na publicação e apresentação de trabalhos acerca da temática. Chamam atenção os trabalhos de Ernesto Ruiz, “Microcomputadores e pesquisa histórica: algumas reflexões teóricas e metodológicas”, publicado nos anais da II reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisas Históricas – SBPH - em 1983, e de Guilherme Pereira das Neves, “O sonho de Comenius: o uso de micro-computador na Pesquisa de História social”, publicada nos anais do Encontro Regional da ANPUH do Rio de Janeiro, em 1990.

A criação em 1991 da Associação Brasileira de História e Computação (ABHC) representa, por um lado, a demanda por este tipo de debate e, por outro, contribui para a intensificação do mesmo debate, tendo em vista que foram realizados, ao longo da década de 1990, encontros anuais promovidos pela associação brasileira.

⁷ Algumas dessas associações internacionais de “História e Computação” serão analisadas mais à frente.

Dois personagens devem ser lembrados como de extrema importância na construção desse debate no Brasil. O primeiro foi o professor inglês Manfred Thaller, que escreveu vários trabalhos, sendo considerado como “um dos maiores expoentes na pesquisa de informática aplicada à História”. (FIGUEIREDO, 1997, p. 436) Por diversas vezes, Thaller esteve no Brasil participando de eventos da área, inclusive proferindo no Primeiro Encontro Internacional de História e Computação, realizado pela ABHC em 1990, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ele foi responsável, na década de 1970, pelo projeto KLEIO, uma tentativa de criar um *software* exclusivo às especificidades dos historiadores, neste caso, para além de um programa que servisse de modelo único de *software* ao serviço do historiador (fato visto hoje como impossível metodologicamente). Esse debate representou de fato um avanço em relação aos usos de software e banco de dados no trabalho do historiador até aquele instante.

Segundo o próprio Thaller.

Determinados conceitos influenciaram-nos muito [na concepção desse software] (...). Uma dessas coisas é o conceito explícito de processamento da informação **orientado em função das fontes** contra a ideia de processamento orientado em função de métodos. (THALLER apud FIGUEIREDO, 1997, p. 436)

Para Figueiredo, essa “nova” conceitualização a respeito da organização de bases de dados permitiu que o KLEIO realizasse uma infinidade de operações indispensáveis e úteis aos historiadores, como, por exemplo,

...organizar todas as fontes documentais da pesquisa (...) estabelecer um Thesaurus com sentido dos termos de época (...) a digitalização através de scanner (...) a comparação entre transcrições modernas e a imagem original ou, para mapas panorâmicos de cidades antigas, a individualização da imagem de cada prédio com a recuperação de textos informativos com um resumo sobre sua história. (FIGUEIREDO, 1997, p. 436)

Outro importante personagem foi o historiador Ernesto Ruiz, ex-professor do Departamento e da Pós-Graduação em História da UFSC, sendo responsável pela publicação de vários trabalhos envolvendo a temática da “História e Computação” e, principalmente, por ser uma das lideranças na realização do Primeiro Encontro Internacional de História e Computação no Brasil (UFSC, 1991) e da criação, dentro do dito evento, da Associação Brasileira de História e Computação (ABHC).

Na última década, uma série de novos historiadores tem se debruçado sobre essa temática, mas agora, ratificando a tendência de mudança já observada na década de 1990.

Trata-se, primeiro, de trabalhos que além de realizarem descrições procedimentais, como nos exemplos já descritos, trazem também reflexões teóricas e epistemológicas acerca dos usos e apropriações da cultura digital pela ciência histórica de forma mais profunda, chegando a surgir a ideia de uma mudança de paradigma: Um novo paradigma historiográfico, que “será digital”.

Em segundo lugar, alguns desses pesquisadores usam a temática da cultura digital em relação à ciência histórica como uma de suas temáticas principais de pesquisa. Como exemplos desses autores e seus respectivos trabalhos, devem ser citados o pesquisador espanhol Carlos Barros, que publicou o artigo “Para um novo paradigma historiográfico” na Revista Tempos em 2001, e Camila Guimarães Dantas, que tem como título de sua pesquisa dissertativa “O passado em Bits: questões sobre a reelaboração da memória social na internet”⁸. Não se poderiam esquecer trabalhos já mencionados anteriormente, de autores já consagrados como Roger Chartier, em “*A história ou a leitura do tempo*” (2010), que, em um determinado capítulo, busca discutir os efeitos da comunicação e da publicação eletrônica sobre a investigação e a escrita da história, e Peter Burke, que, juntamente com Asa Briggs, em “*Uma história social da Mídia*” (2006), ao observar as tecnologias da comunicação como objeto de estudo da história, chama atenção da invenção dos computadores e da internet.

3.3. A cultura digital e suas apropriações no fazer histórico

Jacques Le Goff, em seu célebre trabalho “*História e Memória*”, publicado em fins da década de 1970, destaca o uso e a apropriação do computador no fazer histórico, das possibilidades de ampliação do processo de guarda dos documentos (LE GOFF, 2003, p. 10) e da organização, uso e quantificação de dados, com o desenvolvimento da nova história serial.

O quantitativo que tinha aparecido na história com a história econômica, especialmente com [...] Labrousse (1993) [...] [e] influenciado por François Simiand, invadiu a história demográfica, a história cultural. Depois de um período de entusiasmo ingênuo, foram identificados os serviços indispensáveis, prestados pelo computador em certos tipos de investigação histórica e os seus limites. (LE GOFF, 2003, p. 134)

⁸ Dissertação ainda em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS UNIRIO)

Outro fator importante no aumento de experiências do uso do computador aplicado à pesquisa histórica, para além da aproximação com os primeiros modelos demográficos, econômicos e da história serial da década de 1960, foi o efeito da “explosão” do uso dos computadores pessoais, em fins da década de 1970 e início de 1980, por causa tanto do barateamento dos microcomputadores, quanto pelo desenvolvimento de interfaces gráficas, o tratamento integrado de vários objetos (texto, gráficos, tabelas, imagens e sons) que possibilitaram assim a geração de uma nova relação com esta tecnologia⁹. (FIGUEIREDO, 1997, p.419)

Figueiredo, em seu trabalho de 1997, com o objetivo de estabelecer uma aproximação das múltiplas possibilidades da informática no fazer histórico, possibilitou listar algumas destas possibilidades realizadas pelos historiadores naquele momento: 1) os primeiros usos dos editores de textos e a flexibilização da escrita da história; 2) os *softwares*, principalmente os que permitem a construção de bases de dados, debatendo questões técnicas e epistemológicas, sua importância na organização de dados, da construção prosopográfica na história; 3) multimídia ou ciberespaço, redes de informações formadas por instituições de memória e dos arquivos “não oficiais” construídos por pesquisadores; e 4) a questão do ensino como uso de ferramentas, ensino à distância e a instrumentação dos futuros professores de história.

A respeito do uso procedimental dos *softwares*, em 1994, no IV Encontro Internacional de História e Computação (UNESP, 1994, Brasil), o historiador inglês, Manfred Thaller proferiu a conferência “Tendências futuras dos softwares aplicadas à pesquisa e ao ensino da História”, onde elucidou as possibilidades do uso das novas tecnologias, especificamente do computador, no fazer historiográfico. Anos depois, em 1997, Figueiredo descrevendo sobre o uso do computador na história, não apenas elucidou a importância de Thaller para a temática, como faz referência a um dos seus principais trabalhos, o KLEIO.

Duas observações podem ser feitas a partir das reflexões contidas na fala de Figueiredo acerca de Thaller. A primeira é que algumas de suas “estimativas” se confirmaram e podem ser hoje observadas em uso pelos historiadores, como, por exemplo, a digitalização e a organização de fontes, a utilização de bases de dados de documentos

⁹ Para uma melhor comparação desses fatores com a produção histórica, ver quadro cronológico em anexo.

completos e bases de dados referenciais, neste último caso, tratando-se de informações sobre informações. Todavia outras tendências ainda são pouco utilizadas pelos historiadores, como por exemplo, o uso de mecanismos de comparação de escritas históricas e modernas e, no caso do uso da tecnologia para “recuperar” e “restaurar” documentos históricos, entrando em outros debates para além da História, por exemplo, a ideia de fidedignidade do documento digitalizado.

A segunda observação, oriunda da fala do próprio Figueiredo, refere-se a uma visão ufanista do uso dessas novas tecnologias digitais, um exemplo do determinismo tecnológico descrito por Pierre Levy em *As tecnologias da Inteligência* (2010), levando a crer que muitos dos problemas existentes de uso das fontes pelos historiadores seriam superados graças ao uso dessas novas tecnologias.

Quatro anos antes, em 1990, o historiador Guilherme Pereira das Neves proferiu a comunicação “*O sonho de Comenius: o uso de microcomputadores em uma pesquisa de História Social*”, onde, ao descrever e refletir suas experiências na aplicação da informática na pesquisa da tese de seu doutoramento, destacou o uso de banco de dados na pesquisa histórica.

O uso do micro, como banco de dados, desperta a imaginação do historiador para a possibilidade de vir a livrar-se seu trabalho do acompanhamento inevitável e fastidioso de uma enorme quantidade de fichas de cartolina [...] seria o caso então, de afirmar que o sonho de Comenius transformou-se em realidade? (NEVES, 1990, p. 210-213)

Neves falou do sonho de Jan Amo Komensky – ou Comenius como ficou conhecido no Brasil – de buscar um método capaz de superar certas dificuldades em lidar com o extraordinário acúmulo de dados propiciado pelo movimento humanista. Em tal caso, “reunindo todas as informações contidas em textos, classificando-os e ordenando-os, de maneira a dar consistências e tornar acessível aquela sabedoria a qual os verdadeiros ‘savants’ deveriam almejar”. (NEVES, 1990, p. 208)

Em dois trabalhos mais recentes, observa-se a continuação desse debate. O primeiro escrito em 2002 por Eni Sâmara e Ismênia Tupy, “*História e documento e metodologia de pesquisa*”. Ao refletir a relação entre a ciência histórica, o documento e a metodologia de pesquisa, há em um capítulo específico que discuti a diversidade e a multiplicidade dos registros documentais, e que procura observar as várias possibilidades metodológicas de fonte entre os mais diversos suportes, inclusive o banco de dados. (SAMARA; TUPY, 2002)

Para tais autores, a multiplicação e a diversificação do suporte e do acesso às mais diferentes formas de registro estão ligadas à interdisciplinaridade, possibilitando a incorporação de métodos e técnicas de outras áreas do conhecimento, o que, por outro lado, acaba agregando e solicitando novas competências ao historiador. Nessa perspectiva, é que os autores chamam atenção para a importância do uso do banco de dados no fazer histórico, partindo por três pontos importantes: 1) re-posicionar o objeto do estudo em novos suportes; 2) apreendendo-o em correlações entre outros elementos; e 3) tornando-o uma poderosa e eficiente ferramenta. (SAMARA; TUPY, 2002)

O uso do banco de dados como ferramenta metodológica necessita, como todo recurso metodológico, de ter os critérios de usos previamente discutidos. Assim sendo, buscou-se discutir, mais especificamente, a possibilidade dos bancos de dados como acesso a fontes digitalizadas, destacando o papel das instituições de gestão, de memória, centros de pesquisas e até mesmo de cunho privado, como por exemplo, os produtos oriundos das pesquisas em universidades. (SAMARA; TUPY, 2002)

Outro trabalho, escrito por Marcos Napolitano, em uma coletânea de artigos organizado em 2005 por Carla Pinsky, *Fontes históricas*, busca refletir a própria ideia de fontes históricas, principalmente a sua multiplicação de suportes na historiografia moderna. Napolitano, que discutindo acerca da documentação audiovisual, indicando a tendência de flexibilidade do conceito de fonte histórica para além do papel, destaca as fontes audiovisuais, musicais e sua relação com o uso das bases de dados e a internet na preservação destes acervos. Trata-se de um exemplo direto do uso de repositórios digitais¹⁰ na preservação das fontes e do patrimônio histórico.

De acordo com Poster (2003), além das novas tecnologias voltadas para o uso com as fontes históricas, como a digitalização de documentos históricos, também a comunicação e a divulgação do conhecimento estão sendo influenciadas por esta cultura digital. Algumas dessas características podem ser facilmente observadas e pontuadas: 1) os historiadores estão publicando cada vez mais em meios digitais e on-line; 2) há um aumento significativo no número de periódicos digitais, assim como os periódicos “tradicionais” que estão

¹⁰ Cabe aqui ressaltar que não é totalmente clara, quando se trabalha com o conceito de banco de dados/base de dados, a ideia de “banco de dados um conjunto de base de dados”, principalmente no trabalho informacional. Neste caso, torna-se importante ressaltar a noção de repositório informacional, bem como sua diferenciação em dois tipos principais: os repositórios referenciais (bibliográficos ou cadastrais), como por exemplo, os de referência bibliográfica e o próprio currículo Lattes, e os repositórios de documentos completos, como por exemplo, o acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro com as imagens fotográficas captadas por Augusto Malta no início do século XIX.

disponibilizando seus volumes on-line, ou, até mesmo, estão migrando exclusivamente para o formato digital, a exemplo da Revista de História da ANPUH¹¹; e 3) a criação de uma série de centros e grupos de pesquisas que utilizam web-sites na comunicação e divulgação dos trabalhos de seus membros¹².

O historiador Francisco Javier Garcia Marco (2006) fala da “revolução das tecnologias de informação e comunicação” no ofício do historiador, chamando atenção para o novo meio de comunicação dos historiadores, descrito como o “laboratório do historiador do futuro”, denominado como “Sistemas de Informação Histórica (SIH)”. Trata-se da gestão da informação e do conhecimento histórico de forma integrada e compartilhada coletivamente com ajuda das tecnologias de informação e comunicação digitais, através de web-sites.

A ideia de um “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, atitudes, pensamento e valores que definem o ciberespaço”, que resultam em sistemas integrados virtualmente, formando redes de relações sociais, o que Pierre Lévy passou a chamar de “cibercultura” (LEVY apud OLIVEIRA, 2005, p. 24). Tentando juntar o conceito de “cibercultura” com o de fazer histórico, Oliveira cunhou o conceito de “ciber-história” (OLIVEIRA, 2005, p. 24), levando em conta um ponto em comum entre os dois campos, o uso e a construção da memória e do patrimônio social. Em outras palavras, ele destaca a importância, dentro do conceito de cibercultura e ciência histórica, do trabalho com a memória, onde o “link” envolvendo estes dois campos do conhecimento é a possibilidade de preservação e difusão do documento histórico.

A ideia de um sistema de informação histórica, idealizado por Garcia Marco (2006), pode ser vista como uma das ações práticas possíveis, dentro da noção de uma ciber-história como foi descrita por Oliveira (2005). A própria ideia de manusear uma grande quantidade de informações para seu registro, ordenamento e classificação, transformará “informações em dados numéricos, visuais ou de outro tipo”, assim como a utilização destas ferramentas digitais para fazer a comunicação, não apenas das fontes primárias, mas dos próprios resultados obtidos no processo investigativo. (OLIVEIRA, 2005, p. 26)

Entretanto, mesmo com o desenvolvimento das tecnologias e o barateamento dos equipamentos e softwares, ainda hoje é possível observar empecilhos ao uso das tecnologias digitais pelo historiador. De acordo com Silva (1998), dois fatores são relevantes nessa

¹¹ Revista Brasileira de História. Publicação da Associação Nacional de História. <<http://www.s2.anpuh.org/revistabrasileira/public/>> .

¹² Estes casos serão vistos e tratados ao longo do trabalho empírico no próximo capítulo.

perspectiva: o “pequeno conhecimento de informática dos historiadores” e a dificuldade de recursos financeiros e tecnológicos para a manutenção, suporte e treinamento, aliando-se a estes a falta de espaços de debates coletivos sobre a temática, resultando em apropriações problemáticas destas tecnologias¹³.

3.3.1. Os primeiros usos das TICs no fazer histórico

Antes de dar continuidade, cabe retornar a concepção de “uso das TICs” no fazer histórico descrito anteriormente, trata-se de exemplos tanto na produção histórica, quanto na transmissão dessa produção, de tecnologias em formato digital, como o uso e/ ou produção de fontes digitais, repositórios e sistemas de informação voltados para a guarda, organização e disponibilização de informações.

Já na transição da década de 1960 para 1970, Le Goff ressaltou o resultado da entrada dos computadores no fazer histórico. “Neste campo, a nossa época conhece uma verdadeira revolução documental: é a irrupção do quantitativo e o recurso à informática.” Ele faz citação e referência a trabalhos de Goubert (1960), Furet (1971a), Shorter (1971) e Arnold (1974). Chegando a dar como exemplo de pesquisa histórica envolvendo o uso “inteligente do computador” a obra de Herlihy e Klapisch-Zuber, *Les toscans et leurs familles* de 1978. (LE GOFF, 2003, p. 134-135)

Décadas depois, podem ser novamente observadas referências a trabalhos historiográficos que fizeram uso e apropriações da computação e da digitalidade.

3.3.1.1. Os arquivos não oficiais

Em 1997, uma possibilidade avistada por Figueiredo foi a constituição de arquivos informatizados de banco de dados, a partir da formação de inúmeras bases de dados por universidades, pesquisadores, instituição. Pelo menos naquele momento, o futuro da pesquisa histórica refletia nesse caminho, onde, por exemplo, as informações trabalhadas por um historiador poderiam vir a ser utilizados por outros. (NEVES, 1990, p. 213; FIGUEIREDO, 1997, p. 429) Os primeiros trabalhos de maior relevância de que se têm conhecimento são os bancos de dados.

¹³ A questão sobre os espaços de debates em coletivos, principalmente as associações será retornado no capítulo 4.

Uma das primeiras bases de dados é a *Medieval and Early Modern Data Bank* (MEMDB)¹⁴, criada em 1988, organizada e gerenciada por um grupo interinstitucional, com pelo menos quatro instituições universitárias dos Estados Unidos e da Europa. Trata-se uma base de dados “de ampla divulgação, trazendo informações como bibliografia, música, material visual, mapas e arquivos”, que permite o acesso em mais de 35 mil registros bibliográficos e dados referentes à história econômica e social da Europa Ocidental e dos Estados Unidos entre o período de 800 a 1600. De acordo com Figueiredo, “o banco de dados permite estudar a difusão da alfabetização no século XVI, relacionando os preços dos livros e os níveis de renda comparados com custo de alimentação, habitação, salários de professores etc.”. (FIGUEIREDO, 1997, p. 425)

Uma importante linha de pesquisa que passou a usar com frequência a tecnologia de base de dados são os estudos prosopográficos (FIGUEIREDO, 1997, p. 426), como por exemplo, o trabalho de Jean Barman e Roderik Barman, que elaboraram um banco de dados prosopográfico para o período do Império brasileiro. (NEVES, 1990, p. 213) Outro trabalho seguindo esta linha é a realizada pela Biblioteca Nacional de Paris, que aborda a formação dos capitães da marinha francesa no período de Colbert, realizando uma reconstituição da formação, vida e percurso destes capitães, onde “através das fichas de entradas de dados recupera-se a origem geográfica dos oficiais, quantos homens ingressavam anualmente nas forças navais, como se desenrolava cada carreira, que destino tinha seus combates navais, promoções, glórias, façanhas”. (FIGUEIREDO, 1997, p. 426)

No Brasil, uma das primeiras experiências foi o projeto desenvolvido por Guilherme Pereira das Neves, durante sua pesquisa de doutorado, sobre a Mesa de Consciência e Ordens, onde construiu uma base de dados com informações da vida e carreira de cerca de três mil sacerdotes através da documentação da dita Ordem religiosa, guardadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. “O conjunto de dados tratados e sistematizados na base de dados foi retirado de um enorme conjunto documental de 92 caixas e vários códices que concentram informações as mais diversas sobre a trajetória individual dos sacerdotes.” (NEVES, 1990, p. 208; FIGUEIREDO, 1997, p. 427)

Cabe ressaltar o exemplo, já mencionado anteriormente¹⁵, de Manfred Thaller e o projeto KLEIO, como sendo um importante estudo e tentativa de uso e apropriações das tecnologias pelo fazer histórico.

¹⁴ <http://www2.scc.rutgers.edu/memdb/>

¹⁵ Ver página 45.

Também cabe ressaltar a realização do Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais proposto pelo Departamento de História da Universidade de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná, como um “veículo (de divulgação e produção de conhecimento) multimidiático” publicado pela internet, o que permite ser uma “obra aberta e ilimitada”, pois devido à mídia escolhida, possibilita constantes revisões e interatividade. (SILVA, 1998, p. 175)

3.3.1.2 Arquivos e seus acervos digitalizados.

Acerca do trabalho de digitalização dos acervos de instituições documentais e que servem de fontes para o historiador, o trabalho em conjunto do Arquivo Histórico do Município de Puebla, no México, da Universidade Autônoma de Puebla e da IBM *World Trade Corporation* do México, que, usando o programa ARHIMP, buscou realizar o tratamento digital das imagens. O projeto previa a digitalização e a sistematização de todo o acervo, datado entre os séculos XVI e XX, e a automatização dos instrumentos de consulta. Outra ação foi do Arquivo Geral das Índias, em Sevilha (Espanha), que, desde 1986, em conjunto com a Universidade Autônoma de Madri e a IBM da Espanha, busca digitalizar todo seu acervo. (FIGUEIREDO, 1997, 427-428)

Em 1987, o gabinete de informática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa criou o programa Heródoto, um conjunto de ferramentas dirigido a historiadores para a gestão de documentação histórica e que foi aplicado no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. (FIGUEIREDO, 1997, p. 428-429) No Arquivo Distrital de Braga, em 1989, com apoio da Universidade do Minho, da IBM de Portugal e da Fundação Calouste Gulbenkian, foi lançado o projeto HITEX, um sistema “de base de dados e banco de imagens”, desenvolvido para registrar, organizar e gerir informações históricas. (FIGUEIREDO, 1997, p. 431)

No Brasil, destaca-se o acervo de Augusto Malta, guardado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde, com patrocínio da Embratel, foram digitalizados mais de seis mil imagens fotográficas datadas entre 1903 e 1930, que já estão reproduzidas e armazenadas em sistema digital. (FIGUEIREDO, 1997, p. 428)

Existem exemplos de convênios entre instituições brasileira e estrangeira para o tratamento tecnológico das fontes documentais históricas, como, por exemplo, o trabalho do *Center for Research Libraries* em conjunto com o Poder Executivo Federal do Brasil e a

Fundação Andrew W. Mellon, que, dentro do *Latin American Microform Project*, realiza o trabalho de digitalização e disponibilização *on-line* dos documentos do Poder Executivo brasileiro referente a 1821 e 1993. Outro trabalho ocorre no Senado Federal brasileiro, que também tem um projeto de construção de banco de dados digitalizados e que podem ser acessados via internet. (SAMARA; TUPY, 2010, p. 133-134) Envolvendo o trabalho de fontes demográficas, um convênio da Universidade do Texas com a Universidade Federal de Minas Gerais, através do projeto *Population Research Center*, busca realizar a digitalização dos dados originais do I Recenseamento Geral da População do Brasil de 1872 e de outros censos e listagens nominais de 1836 e 1890. (SAMARA ; TUPY, 2010, p. 136-137)

3.3.1.3. Redes de comunicações

Os grupos de debate através de correios eletrônicos e realidade virtual são importantes instrumentos, voltado principalmente para o debate e a reflexão historiográfica, onde “historiadores ou grupos em qualquer lugar do mundo podem trocar mensagens”, divulgar “acontecimentos, anúncios de bolsas, concursos, eventos e pesquisa na área”. (FIGUEIREDO, 1997, p. 434-435)

Em 1997, algumas redes de debates já funcionavam a todo vapor, sendo o caso, no Brasil, do “Informativo eletrônico quinzenal *História no Brasil*”, lançado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC). Nos Estados Unidos, havia a rede H-NET, construída pela Universidade de Illinois, em Chicago, “uma rede específica de historiadores reunindo inúmeras instituições, pesquisadores e temas”. A rede LADARK (*Latin American Development Eletronic Archives*), criada pela *Johns Hopkins University*, exclusivo para o debate sobre o desenvolvimento da América Latina. (FIGUEIREDO, 1997, p. 434-435)

Outro exemplo das novas possibilidades de narrativa história através de meios tecnológicos é o dispositivo de hipertexto. Como primeiro exemplo importante, destaca-se o trabalho realizado pelo Grupo Iper tempo (Vaiano, Itália), que apresentou, em 1991, no I Encontro Internacional de História e Computação no Brasil, o projeto *La Immagine Ritrovata*. (OLIVEIRA, 2005, p. 28) E o segundo exemplo chama atenção para projeto de criação de um hipertexto, discutido e concretizado no trabalho dissertativo em Multimeios, da pesquisadora Marli Marcondes, sobre a Estrada de Ferro Funilense. Esse trabalho, publicado inicialmente em CD-ROM, possibilitou “fornecer subsídios aos leitores para que cada qual construísse sua própria história”, sendo utilizado “as mais diferentes fontes

documentais”. Porém, o recurso principal desse tipo de narrativa é a disponibilização de diversos pontos de entrada ao assunto, por exemplo, poderia começar pelos trajetos das ferrovias através mapas dinâmicos ou começar pela leitura de algumas biografias, caracterizando a construção do conhecimento em rede. (MARCONDES, 2002, p.113)

Outro exemplo de uso e apropriação dos espaços virtuais, como descreveu Chatier, “para a própria construção de uma argumentação histórica”, é o caso da publicação em 2000 do artigo de Robert Darnton, “*An early information society: News and the media in eighteenth-century Paris*”. Tal trabalho tornou-se emblemático devido às possibilidades da tecnologia, pois, ao contrário da primeira versão, impressa e escrita nas páginas da *American Historical Review*, a sua versão eletrônica, publicada pelo site da *American Historical Association*, possibilitou ao leitor ter contato com “uma cartografia dinâmica dos lugares onde são cantadas as canções, os informes da polícia que recolhem as letras subversivas, o *corpus* de canções e, graças à gravação feita por Hélène Delavault, a escuta dos textos tais como ouviam os contemporâneos”. (CHARTIER, 2010, p. 61) Também podendo ser entendido como “cartografia dinâmica”, as linhas do tempo *on-line* e mesmo dispositivos hipertextuais.

A rede História a Debate, já mencionada anteriormente, criada em 1993 na Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, tem objetivo de manter um fórum permanente de debate sobre a metodologia, a historiografia e a teoria da história; sobre a prática renovada da investigação e da divulgação histórica; sobre a docência da história em todos os níveis; sobre problemas acadêmicos e profissionais dos historiadores; e enfatizar o compromisso do historiador com a sociedade, política e a cultura do nosso tempo. Essa rede possuía em 2008 duas listas de discussões *on-line*, a H-Debate e a História Imediata que juntas possuíam cerca de 1500 assinantes. (SÁ, 2008, p. 5) Um importante acontecimento recente envolvendo a HAD foi a transmissão *on-line* e ao vivo pela internet do IV Congresso Internacional História a Debate, realizado em 2010, na cidade de Santiago de Compostela.

No Brasil, há o site do Laboratório de Estudos do Tempo Presente, do Departamento de História da UFRJ, que disponibiliza o material da revista eletrônica Boletim do Tempo, artigos, resenhas, relatórios, informações das pesquisas de suas linhas e dos cursos oferecidos pelos pesquisadores do laboratório além de uma seção multimídia, que disponibiliza um banco de notícias atuais e entrevistas nas mais diversas mídias, assim como envolvendo temáticas presentes nas linhas de pesquisas. (SÁ, 2008, p. 6)

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas é um outro exemplo no Brasil de espaço virtual. Disponibiliza um grande acervo documental digitalizado, composto por manuscritos, impressos, fotos, discos e fitas, que foi produzido através do *software* ACCESSUS, uma base de dados composta por mais de um milhão de documentos. No *site* também é possível ter acesso a informações de projetos de pesquisa realizados pela Instituição; *download* de livros, artigos do seu quadro de pesquisadores; números mais antigos da Revista Estudos Históricos; consulta de verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro; e, como já descrito, existe ainda um informativo eletrônico para aqueles com interesse em Ciências Humanas e Sociais. (ARAÚJO SÁ, 2008, p. 4)

Garcia Marco (2006) propôs refletir o avanço dos usos e apropriações da tecnologia de comunicação e informação no fazer histórico, principalmente na sua relação com o ciberespaço, dando um nome específico a estes novos espaços em rede de comunicação na história, Sistemas de Informação Histórica (SIH). Trata-se do possível “laboratório do historiador do futuro”, onde, através de recursos tecnológicos, ocorrerá um novo conceito de publicação de fontes, instrumentos e resultados de investigação; em outras palavras, trata-se de um gestor da informação e do conhecimento histórico e forma integrada e compartilhada através da rede *on-line*. (GARCIA MARCO, 2006, p. 213-214)

Em resumo, pode-se traçar um panorama da influência das tecnologias de informação e comunicação em formato digital na história, sendo identificados quatro etapas (não excludentes) ao longo das últimas décadas: 1) a relação das TICs com a fontes no que diz respeito a digitalização e representação das informações, possuindo caráter acumulativo das fontes, grande volume de dados textuais e o processamento automático destes dados, tendo como exemplos a construção de banco de dados referenciais, fatuais e de documentos completos; 2) ocorrendo a disseminação do conhecimento histórico através de publicações em diversos formatos de mídias, chegando até as publicações digitais, a exemplo dos periódicos eletrônicos; 3) a integração da gestão de informação e conhecimento histórico através dos *web-sites*, portais e sistemas de informação histórica, esta etapa evidencia o amadurecimento através da institucionalização dos processos de produção e disseminação do conhecimento histórico em formato digital; 4) o processo de produção colaborativa, através das hipermídia, hipertexto e das redes, formas de interação comunicativa envolvendo a digitalidade e a telecomunicação.

Hoje, a identificação e o mapeamento dessas etapas e processos representam o amadurecimento da relação das tecnologias de informação e comunicação em formato digital no fazer histórico, principalmente, como será retomado no próximo capítulo, com a institucionalização de laboratórios e grupos de pesquisas ligados, direta ou indiretamente, a esta temática.

3.4. A cultura digital e o “novo paradigma” historiográfico

Quais são as influências da cultura digital na relação da história com a memória? De uma nova concepção de História Total, universal ou global? Assim como a própria mudança de concepção de tempo e espaço para a História? Torna-se importante hoje a reflexão e o debate da influência das tecnologias digitais na produção, divulgação e comunicação do conhecimento científico, para além de uma perspectiva puramente metodológica e tecnicista, chamando atenção para uma perspectiva de mudança paradigmática no próprio fazer histórico.

Nesse sentido, utiliza-se o aporte conceitual de paradigma científico, empregado por Thomas Kuhn, que considera como sendo “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, oferecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Em outras palavras, paradigma científico pode referir-se fundamentalmente a uma “matriz epistêmica”, numa concepção mais específica ao fazer científico, que, pressupondo um “modo de ver” e de “praticar”, engloba um conjunto de teorias, instrumentos, conceitos e métodos de investigação. (KUHN, 1975, p. 13)

De outro lado, torna-se importante também observar essas mudanças de paradigmas, o que Kuhn vai chamar de revoluções científicas,

...as revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada [...] tais mudanças, juntamente com as controvérsias que quase sempre as acompanham, são características definidoras das revoluções científicas. (KUHN, 1975, p. 25)

Neste caso, mudanças paradigmáticas no fazer histórico fazem parte do próprio processo de construção científica, não apenas da História, mas de todas as outras ciências. Caberia ressaltar o uso diferencial do conceito de paradigma nas ciências humanas e sociais,

como por exemplo, no caso da História, onde, a história demográfica e a história das mentalidades podem ser expressões paradigmáticas diferenciadas, dentro de um mesmo pensamento metodológico baseado na ciência histórica.

Em 2001 foi lançado, pelo grupo de discussão História A Debate (HAD)¹⁶, o Manifesto Historiográfico de História a Debate, explicitando algumas posições sobre a escrita e o ofício do historiador como alternativa historiográfica para o século XXI. Um dos pontos discutido se refere aos usos das novas tecnologias digitais, especialmente o computador e a internet, na escrita e no ofício do historiador. De acordo com o manifesto, as “novas tecnologias estão revolucionando o acesso à bibliografia e as fontes”, chamando atenção ao papel da internet, como uma poderosa ferramenta contra a “fragmentação do saber histórico”. A tecnologia digital, sendo utilizada de acordo com a identidade e possibilidades de determinados grupos sociais, são formas expressivas e interativas de construção e transmissão de informação e conhecimento.

Para os mais receosos acerca dos possíveis resultados dessa revolução tecnológica na história, é destacada que a “historiografia digital” deve ser vista como um complemento dos livros e demais formas convencionais de investigação, difusão e intercâmbios acadêmicos, e vice-versa. (HAD. Manifesto de História a Debate)

De acordo com o grupo HAD, o novo paradigma digital na História deve ser entendido como resultado de um processo social mais amplo, envolvendo um novo paradigma da comunicação de informação e conhecimento na sociedade. Ao contrário do que pensam os mais pessimistas, o formato digital não vai substituir as atividades presenciais e suas instituições seculares, “mas fará parte de uma maneira crescente da vida acadêmica e social”. Assim sendo, essa generalização das tecnologias digitais, tanto no mundo acadêmico quanto na sociedade em geral, deve ser entendida como um fator relevante do século XXI.

Sob as perspectivas dos novos paradigmas historiográficos, ainda de acordo com o HAD, observa-se a ampliação do conceito de fonte histórica, “da documentação não estatal, os escritos de tipo material, oral e iconográfico, e as não fontes: silêncios, erros e lacunas”

¹⁶ HISTORIA A DEBATE é um grupo de discussão com fórum permanente de debates criado em 1993 e sediado na Universidade Santiago de Compostela (Espanha). As temáticas discutidas continuamente envolvem metodologia, historiografia e teoria de História; sobre a renovação prática da investigação e da divulgação histórica; e sobre a docência na História, tanto na universidade quanto no ensino básico, e sua relação com a investigação e a reflexão historiográfica. Desde 1993, já foram realizados quatro Congressos, denominados de Congresso Internacional História A Debate. <www.h-debate.com>

que há de dar valor procurando também a objetividade nas pluralidades das fontes. Em tal perspectiva, compreendendo como um novo modelo,

...que incorpore a nova relação com as fontes trazida pela historiografia renovadora dos anos 60 e 70, a história das mulheres, a história oral, a história ecológica, a história mundial/global e noutras novidades surgidas ou desenvolvidas nos anos 80 e 90, como a “nova historiografia” que está a nascer na Internet e da qual fazemos parte. (<http://www.h-debate.com/>)

Poster (2003), ao realizar questionamentos a respeito da real influência das novas tecnologias no fazer histórico, não tem a pretensão de respondê-las, mas apenas trazer à tona estas discussões. Carlos Barros, um dos líderes do movimento HAD (1998), ao afirmar que “o novo paradigma da história, como tudo, será digital”, busca mostrar que as novas tecnologias não repercutem apenas no acesso às fontes, no método de trabalho ou no processo de divulgação e comunicação, mas podem mudar o resultado final do próprio trabalho do historiador, conduzindo-os à construção de outro objeto, “naturalmente mais global”.

É em torno da perspectiva de uma reflexão conceitual e epistemológica da cultura digital no fazer histórico que se torna importante observar quais os debates já realizados envolvendo, por um lado, a cultura digital e, por outro, alguns dos conceitos que regem a prática historiográfica. Segue, nos sub-pontos abaixo, alguns destes debates conceituais e epistemológicos da cultura digital no fazer histórico, observados através da leitura dos textos que serviram de base a construção do estado da questão.

3.4.1. A história global

Para Flórez (2011), é impossível refletir sobre a história digital sem pensar na história global, assim como observar certa dificuldade em pensar esta forma de história globalizada por aqueles que são “treinados” a pensar em abordagens unilaterais, específicas e lineares. Pensar de forma global acaba sendo, se por um lado, uma tarefa bastante complexa, por outro, muito gratificante, tendo em vista que o historiador atual encontra-se mentalmente conectado com a cultura digital, tanto com as mudanças drásticas, tendo em vista a digitalização da realidade material em que nos deparamos, quanto com as multiplicidades de versões em que a história é representada. (FLÓREZ, 2011, p. 1)

A cultura digital no fazer histórico remete de fato a uma história global, por depender de um contexto globalizado e globalizante. Assim sendo, Barros questiona: “quais são os desafios que a mundialização projeta para a historiografia?” (BARROS, 2001, p. 216) Para Flórez, o desafio se coloca do local para o global, de “histórias subordinadas, memórias escondidas e ocultas, que têm vindo a emergir no contexto da cultura digital, antes do domínio de um discurso predominante”. (FLÓREZ, 2011, p. 1)

Essa história global, à qual faz referência Barros e Floréz, de acordo com o próprio Barros, é o resultado do contexto dos anos 1990, envolvendo a busca de uma nova modernidade, resultado dos embates entre a própria concepção de história moderna e pós-moderna, “mais autocrática, local e global, social e cultural, estatal e livre-cambista, mais complexa e difícil, que não abandone o criticismo, mas que tampouco renuncie à transformação da sociedade, com a liderança da razão”. (BARROS, 2001, p. 215)

A história global pode, por exemplo, ser pensada a partir da perspectiva de David Christian (2010), uma história universal, onde se torna compreendida a partir de avanços e recuos (conflitos), não em uma cidadania nacional, mas sim uma cidadania global. Essas mudanças tornam-se importante ao observar a noção de paradigma khuntiano, partindo da hipótese de que a História precisa aproximar-se das outras ciências. Nessa nova história global ou universal, cravada no contexto social do século XXI, a espécie humana é uma só, com especificidades e um agravante, o tempo da informação, exemplo da informação instantânea e *on-line*. A história muda não a partir do conflito, de acordo com as teorias “tradicionais”, mas, tendo como foco a questão temporal, junto da propagação da informação e da linguagem (o que nos diferencia dos outros animais). Mudança de uma concepção de civilização e cultura politicamente dada para o entendimento de espécie humana e suas linguagens.

A apropriação da “rede digital” pelos historiadores possibilita uma nova forma de comunicação, mudando em parte as regras da sociabilidade na comunidade dos historiadores. Torna-se importante ratificar que não se trata de substituir um dado paradigma por outro, neste caso, as comunidades nacionais de historiadores não deixarão de existir, mas a comunidade internacional estará mais próxima, tendo em vista que o debate e a comunicação serão mais fáceis. “A formação em curso de novos paradigmas se verá favorecida pela rede de redes (correios eletrônicos, páginas da *web*, grupos de notícias, *chats*).” (BARROS, 2001, p. 218)

Com essa visão de uma nova história global e mais interdisciplinar, devida em parte à comunicação interativa e à distância em diferentes níveis e linguagens, a historiografia mundial se torna mais policêntrica, diga-se, uma historiografia mais globalizada. Não que os problemas tradicionais, principalmente as barreiras de produção e comunicação envolvendo questões políticas, sociais e financeiras dentro do fazer histórico, terão seu fim, mas há uma tendência de haver mais e maiores possibilidades de produção e, principalmente, de comunicação daqueles que antes eram facilmente excluídos. De acordo com Peter Burke, no momento atual, a renovação passa pela periferia, onde cada historiografia consiga desenvolver sua capacidade de pensar por si mesmo, sem liames “coloniais”; em parte, esta mudança ocorre graças às novas tecnologias digitais. (apud I Congresso da HAD, 1993)

Se tais concepções de História, global e interdisciplinar de acordo David Christian, mais globalizada de acordo com Barros, e periférica de acordo com Burke, vão ou não ganhar força, não há como saber, mas de certo que este tipo de pensamento possibilita, pelo menos, à historiografia sair de sua “zona de conforto” e a buscar novas questões e explicações. Certo apenas é o entendimento de que muitas das críticas as essas novas tendências historiográficas existem pelo fato de que as mentes dos historiadores do século XXI ainda estão presas à história do século XIX e XX.

3.4.2. História e memória/ documento

Hoje, cada vez mais a sociedade se volta para o passado, em uma espécie de “musealização do mundo” como descreve Huyssen, ou a emergência de um “boom de memórias” como descreve Nora. Assim sendo, algumas indagações acerca da relação da cultura digital com a sociedade contemporânea, em parte, são contraditórias, pois ao mesmo tempo em que as novas tecnologias digitais contribuem para um “permanente presente”, observa-se um interesse pelo passado através do registro em imagens e textos (*sites, blogs, vídeos*). “Vive-se a execução de um extenso calendário de comemorações que evidenciam as re-elaborações da memória pela sociedade.” (DANTAS, 2005, p. 2)

A memória, assim como toda a atividade humana, é social e por isso pode ser compartilhada. É justamente esse pensamento que embasa essa reflexão sobre a concepção de memória, história e cultura digital. Em tal contexto contemporâneo, uma pergunta se faz pertinente: de que forma as tecnologias e a cultura digital influenciam as práticas de

memória? E qual a relação dessas práticas de memória em relação ao fazer histórico? (DANTAS, 2005, p. 2)

Primeiro, torna-se importante observar justamente a relação entre história e memória. Para Dantas (2005), tanto a história quanto a memória trabalham com o passado, havendo distinções e aproximações. De certo, apenas que a historiografia atual não mais procura definir a memória como falso em oposição à história e sua verdade absoluta. Para Murguia e Ribeiro, a partir do momento em que a História se coloca como ordenadora das lembranças tendo como fundo os vestígios do passado, e ao se tornar legível, a memória faz-se história, assim sendo a memória só é legível pela sua “tradução” enquanto discurso. “Discurso maleável, manipulável, normalizado, porém dispostos a ser arranjados de forma diferente por cada uma das pessoas (estilo) num suporte físico (documento).” (MURGUIA; RIBEIRO, 2001, p. 185)

Assim sendo, uma discussão importante na análise das relações entre o ofício e as práticas historiográficas com a cultura digital é a questão da memória e do documento. A respeito da primeira, Murguia e Ribeiro indagam justamente sobre as práticas historiográficas na sociedade contemporânea da seguinte questão: “se a linguagem e a memória constituem, elas mesmas, a narrativa histórica, de que forma seria afetada essa narrativa com a criação de linguagens e memórias artificiais?” (MURGUIA; RIBEIRO, 2001, p. 181) Eles estão justamente questionando a aparição no século XX das tecnologias digitais de informação e comunicação, fenômenos tecnológicos que mudaram radicalmente a forma de geração e difusão do conhecimento, assim como a própria percepção de realidade e de realidade histórica.

Para Nora (1986), não apenas trata da distinção e das aproximações entre memória e história, como também cria um dispositivo para se trabalhar na fronteira destas vivências: “os lugares de memória”. Sua reflexão acerca da memória e história nasce de uma constatação prática em sua própria vivência, percebe que a juventude francesa está perdendo a memória da revolução francesa. Nesse momento, ele passa a questionar o próprio papel da História, buscando subsídios pragmáticos para o desafio de fazer lembrar. Nora observa que a aceleração da história equivale a uma possível crise da memória, e busca justamente problematizar o esquecimento e sensibilizar o historiador no fazer lembrar.

Evidencia-se uma tendência contemporânea crucial, à concepção social de globalização da sociedade como consequência das transformações tecnológicas envolvendo as tecnologias de informação e comunicação. É nessa perspectiva que a cultura digital

possibilita um novo tipo de memória, a memória entendida como rede, onde todos os dados estão conectados, onde “a partir de um é possível entrar em todos, e nenhum deles impede de entrar nos outros”. A memória-rede caracteriza-se justamente pelo processo mútuo de fragmentação e globalização, pelo próprio movimento desordenado, não precisando de ordem prévia. (MURGUIA; RIBEIRO, 2001, p. 185)

A chegada das novas tecnologias e a formação de uma cultura digital significa lidar com novos tipos e conhecimento que, de certa forma, Nora percebeu já com o crescimento da comunicação em massa, no sentido de “imediatez” e “simultaneidade”. Tal perspectiva possibilita a História lidar com novos paradigmas, não mais sequenciais e lineares, porém, ao contrário, cada vez mais velozes, múltiplos e simultâneos, ocasionando, se não um problema imediato, pelo menos certo mal-estar, uma vez que não dá para esquecer uma das tradições no objeto e ofício do historiador: a historicidade da História. (MURGUIA; RIBEIRO, 2001, p. 182)

Com o surgimento da cultura digital, o princípio da escrita linear dá lugar a novas tendências, quando as informações passam a circular em *bits*, onde o suporte torna-se leve, móvel, maleável. (DANTAS, 2005, p. 9) Outra característica envolvendo a cultura digital, a História e a memória, é a crítica à ideia de documento, mais especificamente, de acordo com Le Goff, uma ampliação da concepção de documento. Essa memória eletrônica, sobretudo a desenvolvida no pós-guerra, teve importantes consequências, principalmente na “revolução documental” promovida pelo aparecimento do mecanismo de banco de dados, a “História viveu uma verdadeira revolução documental – aliás, o computador, também aqui, não é mais que um elemento, e a memória arquivística foi revolucionada pelo aparecimento de um novo tipo de memória: o banco de dados”. (LE GOFF, 2003, p. 463)

Pensar a influência das tecnologias digitais como um progresso de métodos e de técnicas “permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado esteja ainda por se descobrir [...] novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência”. (LE GOFF, 2003, p. 25) Torna-se importante pensar a memória coletiva como propriedade de conservação de informação para atualizar impressões e informações representadas como passadas. De acordo com Leroi-Gourhan, é possível identificar a constituição da memória coletiva em cinco períodos, “o da transformação oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica”. (LEROI-GOURHAN, 1964-1965 apud LE GOFF, 2003, p. 461)

Nessa revolução documental, resultante em parte devido à revolução tecnológica e à apropriação do computador no fazer histórico, o documento já não existe por si só, mas sim devido ao seu valor relativo, onde o foco sai do documento (paradigma positivista) e passa para o problema, havendo, de acordo com Furet, uma “evolução da consciência historiográfica”. (FURET, 1974 apud LE GOFF, 2003, p. 532) Assim sendo, esse “novo” documento é armazenado em diferentes suportes, como as bases de dados, e não apenas no papel.

Essa relação entre a História e memória, agregando a esta reflexão a própria ideia de documento, vem sofrendo inúmeras mudanças. Se por um lado, avistam-se transformações procedimentais no manuseio do documento/fonte histórica, por outro lado, “ele exige uma nova erudição, que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica da sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva”. (LE GOFF, 2003, p. 533)

3.4.3. História e a concepção de tempo, espaço e narrativa histórica

Uma outra questão que o historiador tem que saber lidar no que diz respeito à tecnologia e à cultura digital, é acerca da relação e mudança da perspectiva de tempo e espaço. Carlos Ginzburg, na palestra realizada em 2010, no Brasil, destacou justamente que a ideia de presente, passada e futuro tende a se tornar mais frágil com os avanços da tecnologia. Ele dá como exemplo, o caso Google, como uma ferramenta da internet pode ser, “ao mesmo tempo, um poderoso instrumento de pesquisa histórica e um poderoso instrumento de cancelamento da história. Porque, no presente eletrônico, o passado se dissolve”. O autor demonstra ser possível em poucos minutos de pesquisa on-line, abolir a noção de tempo e espaço, resumir séculos em minutos ou segundos, diminuir metros e até quilômetros de arquivos em poucos milímetros quadrados e bytes de uma memória artificial, ou polegadas do monitor. (GUINZBURG, 2011)

Ao pensar na mudança da noção de tempo e espaço com o advento da cultura digital, faz-se necessário observar que não se trata de uma tendência peculiar à História, pois tal revolução científica e tecnológica possibilitou às áreas científicas e ao cidadão comum uma nova concepção de tempo presente, marcado pelo instantâneo, pelo imediato. Tal aceleração também afeta a memória coletiva e a lembrança, por fim, chegando à História, influenciando na forma e no resultado da narração de versões e leituras do passado. (SÁ, 2008, p. 1)

A cultura digital e o tipo de sociedade a que se está dando lugar fazem com que desapareça a barreira que delimitava passado e presente, acrescentando o futuro dentro de um “eterno presente”. Através do imediatismo e da informação instantânea, também se modifica a noção de espaço. Na História, se algo era verdadeiro, “isso ocorria pelo fato de ser explicado num tempo, num lugar determinado, devidamente documentado”, todavia, hoje, a cultura digital relativiza este tempo e espaço, onde, de acordo com Araújo e Sá, a confiança talvez tenda a ser depositada nas mensagens geradas e transmitidas pelos meios digitais. Ou seja, aproximando da idéia de eficácia tecnológica com a de rigor científico. (SÁ, 2008, p. 1) Essa perspectiva remete a uma difícil reflexão sobre a noção de verdade e validação da memória, do documento e da informação, como bem ressaltou Figueiredo,

A possibilidade de falseamento de informações imagéticas é uma preocupação que ocorre durante a busca da informação imagética. O ambiente *web* proporciona a possibilidade de recuperar-se informações de origem duvidosa, os atributos de uma imagem podem sofrer modificações que alteram as informações e gerar erros nas pesquisas, trazendo diversos prejuízos aos pesquisadores que as utilizam como insumo de seus trabalhos. (FIGUEIREDO, 2011, p. 100)

Retornando ao tempo e espaço histórico com o advento da digitalidade, qual seria o papel do historiador? Hobsbawm (1998) busca discutir a relação da História com o presente e o futuro, onde o historiador faz a previsão do futuro no passado, fazendo uma leitura a partir dele. Justamente o que discuti Koselleck (2006) no livro *Futuro passado*, “onde busca refletir um ponto: o historiador escreve a história à luz de quê?” Para ele deve haver um meio termo, trata-se de estudar as experiências e relações do passado e a expectativa do futuro, onde o historiador não é neutro nem inocente, ou seja, trabalha o passado, orientado pelas perspectivas do futuro.

Em uma obra recente, Chartier (2010) propôs discutir a relação da ciência histórica com o tempo, tendo em vista tal ciência como uma “leitura do tempo”. Em um dos seus capítulos, buscou justamente discutir os efeitos da comunicação e da publicação eletrônica sobre a investigação e a escrita da História, onde estas deixam de ser apenas um problema metodológico (serial, quantitativa, processamento de grandes dados), ou seja, onde a questão da tecnologia digital passa a entrar na reflexão da construção, publicação e recepção dos discursos históricos.

Retornando obra de Le Goff (2003), observam-se duas argumentações coerentes com tal visão: primeiro, a ideia de consciência da construção do fato histórico (o fato não é

dado), onde “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”; e, segundo, que a ciência histórica deve organizar o passado em função do presente (sempre tendo cuidado para não cometer anacronismo), caracterizando-se assim a definição social da História. (LE GOFF, 2003, p. 142)

Retornando a indagação realizada por Mark Poster (2003) de “como é a disciplina da história afetada pela digitalização da escrita?”, cabe utilizar das palavras de Chartier, para quem “a textualidade eletrônica de fato transforma a maneira de organizar as argumentações, históricas ou não, e os critérios que podem mobilizar um leitor para aceitá-las ou rejeitá-las”. (CHARTIER, 2010, p. 59) De fato, o fazer historiográfico já vem sendo influenciado pela cultura digital desde o fim do século XX. Essa influência ocorre não apenas nas práticas, técnicas e métodos de investigação histórica, como por exemplo, na criação de meio mais eficiente de armazenamento, organização, reprodução e transmissão de documentos e informações históricas, mas também na produção e na comunicação do próprio conhecimento histórico produzido.

Esse debate não está restrito a questões práticas e metodológicas da pesquisa no fazer histórico. Partindo da própria concepção de paradigma e de revolução científica kuhniano, pode-se observar que a cultura digital não está apenas, como questionou Mark Poster, “servindo como um meio mais eficiente de reprodução, transmissão de documentos”, mas, senão “alterando a constituição da verdade”, ao menos alterando princípios da própria ciência histórica, como a concepção de tempo, espaço, escrita e de narrativa histórica.

3.5. Os espaços de reflexões e debates na historiografia brasileira e mundial.

O atual uso das novas tecnologias pelos historiadores, principalmente o computador e a internet, como é observado em boa parte da sociedade contemporânea, faz-se presente quase que universalmente. É difícil identificar dentre os historiadores alguém que não faça uso contínuo do computador ou da internet hoje em dia, seja da forma mais simples, como, o uso dos editores de textos, planilhas de cálculos, bancos de dados, chegando até ao uso das atuais ferramentas de transmissão e comunicação, como por exemplo, no caso do IV Congresso Internacional de História A Debate, realizado no ano de 2010 em Santiago de

Compostela (Espanha), que se utilizou de mecanismos tecnológicos de vídeo e de rede para transmitir *on-line* e ao vivo todo o evento. (HISTÓRIA A DEBATE)

Todavia, mesmo com a real e notória aproximação das novas tecnologias ao historiador e ao fazer historiográfico, ainda são poucos os trabalhos que discutem acerca desta temática, tanto no Brasil quanto internacionalmente. No caso do Brasil, a própria realização de levantamento bibliográfico a respeito dessa temática demonstra-se uma tarefa complicada, exemplificada na busca dos trabalhos apresentados em uma série de Congressos que foram realizados no Brasil, na década de 1990, cujas temáticas ficavam em torno da cultura digital e a História.

Pretende-se aqui, numa perspectiva sociopolítica, identificar os possíveis espaços de debate na historiografia, como por exemplo, congressos e associações no Brasil e no exterior, possibilitando futuros mapeamentos e análises mais detalhada dos debates e reflexões das tendências do fazer historiográfico contemporâneo.

John Ziman, em *O homem e a ciência. Conhecimento público* (1979), buscando refletir acerca da natureza do conhecimento científico, chegou à conclusão de que a comunidade e a comunicação científica possuem um papel primordial na produção do conhecimento científico.

A forma pela qual a investigação é apresentada à comunidade científica, o trabalho escrito em que são comunicados pela primeira vez os resultados, as críticas subsequentes, as citações de outros autores, o lugar que o trabalho irá afinal ocupar na mente das gerações futuras – tudo isso constitui uma parte tão importante de sua vida quanto o germe da ideia que deu origem a tudo. (ZIMAN, 1979, p. 116)

Observar as comunidades científicas das quais esses cientistas participam torna-se de extrema importância, não apenas a fim de conhecer a forma como trabalham, mas, principalmente, para identificar temáticas, problemas e tendências ao longo da história. Assim sendo, buscar-se-á observar a formação e a ação de quatro instituições que representam de alguma forma os possíveis usos e apropriações da cultura digital na ação dos historiadores: a americana, *American Association for History and Computing* (AAHC); a britânica, *Association for History and Computing* (AHC); e as brasileiras, Associação Brasileira de História e Computação (ABHC) e a Associação Nacional de História (ANPUH).

Primeiro, serão analisadas as associações nacionais de História e Computação, comunidades de amplitude nacional e internacional, formadas por historiadores que tinham

como objetivo central a reflexão dessa temática. Em seguida, será observada uma ação recente envolvendo a tentativa de se criar um espaço de debate dos usos e apropriações da cultura digital na ANPUH, comunidade de historiadores que, pelo seu tamanho e importância na discussão dos mais diferentes temas, não poderia, em tese, deixar de discutir a “digitalidade” no fazer histórico.

3.5.1. Espaços de debate: as Associações Nacionais de História e Computação.

De acordo com Oliveira (2005), o interesse por parte dos historiadores de se adaptarem às mudanças tecnológicas manifestou-se através de quatro atividades vistas a partir da década de 1980, numa clara influência dos movimentos internacionais:

- I. A criação de associações nacionais e internacionais dedicadas a agrupar historiadores que utilizam a computação ao estudo do passado;
- II. A realização de congressos nacionais e internacionais para a troca de experiências entre historiadores;
- III. A criação de seminários e cursos de mestrado dedicados especificamente a treinar profissionais em História e Computação; e,
- IV. A existência de publicações especializada na temática em questão.

O foco desta apresentação recai sob as duas primeiras atividades descritas, a criação de associações e a realização de congressos. Na realidade, busca-se apresentar historicamente a criação e as realizações de três associações nacionais de história e computação: a americana, a britânica e a brasileira. Torna-se importante aqui deixar o leitor ciente que várias outras possibilidades de análises foram deixadas de lado, como por exemplo, aprofundar as análises em torno das temáticas discutidas dentro de cada evento ao longo dos anos, identificando possíveis tendências e alterações, assim como observar se as discussões realizadas no Brasil estavam em sintonia com as discussões internacionais.

3.5.1.1 *American Association for History and Computing (AAHC)*

A *American Association for History and Computing (AAHC)* foi fundada em 1996, em uma conferência realizada em Cincinnati (Ohio, EUA), com objetivo de,

...explorar o encontro da história e da tecnologia no ensino, pesquisa e representando a história, seja na área acadêmica ou em locais de história pública. Está particularmente interessada em ajudar os administradores a definir melhor, compreender e promover os profissionais de mídia digital que produzem na área acadêmica. (<http://theaahc.org/>. Tradução livre)

A AAHC busca também trabalhar em questões como a preservação de fontes digitais e a exploração de novas formas de conhecimento histórico empregando meios digitais.

Com intuito de apoiar e promover esses objetivos, a AAHC desde sua fundação promove uma revista eletrônica denominada *Journal of the American Association for History and Computing* (JAAHC), publicação trimestral interessada em discutir sobre qualquer tópico relacionado ao uso da informática na História, tais como a aplicação de computadores para a pesquisa histórica, escrevendo, ensinando ou difundindo o conhecimento histórico. A AAHC também patrocina a publicação de livros e possui uma série "*History, Humanities, and New Technology*". (AAHC: <http://theaahc.org/>; AHC: <http://odur.let.rug.nl/ahc/confer/index.html>)

Um importante trabalho realizado pela AAHC, tendo em vista que ainda hoje os historiadores possuem inúmeras incertezas sobre o status das atividades digitais nas categorias tradicionais de ensino, desenvolvimento profissional e de serviço, é a criação do projeto "*Diretrizes para avaliação de atividades de mídia digital*" para ajudar as instituições e departamentos de forma adequada, plena e justa, a avaliar e recompensar aqueles envolvidos em pesquisa e ensino com a mídia digital.

Para maior reflexão, a Associação realiza anualmente suas reuniões, em conjunto com as reuniões da *American Historical Association* (AHA), e tem como objetivo lidar com todos os aspectos da História e tecnologia. Em sua última reunião, realizada em 2011, na 125ª Reunião Anual da AHA, em Boston, houve duas sessões da AAHC (site da AHA. Tradução livre):

1º sessão: "Questões críticas na Bibliografia e Bibliotecas na Era Digital"

Palestra 1: "O conhecimento crescente: a evolução da pesquisa": Expor Bolsa Digital na Biblioteca Britânica". Por Matthew Shaw (*The British Library of London*);

Palestra 2: "Ensino e acesso do passado aos estudantes: Bibliotecas e E-Recursos". Por Dominique Daniel (*Oakland University*);

Palestra 3: "Geração Y ensino para se tornar Geração: Investigação Histórica, E-Recursos, e os da Geração Net". Por Steven Wise (*Lake University*).

2º sessão: “Qual é o próximo? Padrões e Práticas em História na impressão e on-line”,
Palestra 1: “Historiadores no contexto mais amplo: Atitudes e Práticas”. Por Ross Housewright e Roger Schonfeld (*Ithaka*);
Palestra 2: “Fora com o velho? Práticas atuais de Pesquisa e Ensino na Disciplina”. Por Robert B. da Townsend (*American Historical Association*).

Um problema identificado pela Associação é que muitos historiadores mesmo hoje continuam hesitantes para desenvolver ou utilizar materiais eletrônicos ou ter sua bolsa de estudos publicados em formato digital. O que de fato mostra a importância de seus encontros e ações de difusão e reflexão sobre a temática.

3.5.1.2. A *Association for History and Computing* (AHC)

Em 1986, na Universidade de Londres foi criada a *Association for History and Computing* (AHC), uma associação de âmbito nacional que pretendia promover e desenvolver o interesse acerca da utilização de computadores tanto no ensino quanto na pesquisa histórica. Segundo Oliveira (2005), devido a sua importância e influência, a AHC passou a ter um caráter internacional, agrupando várias outras organizações nacionais. De acordo com as informações contidas no site da AHC, em 2004, existiam 18 organizações nacionais e regionais filiadas, como por exemplo, a *Association française pour l'Histoire et l'Informatique*, a *Associação Portuguesa de História e Informática*, a *Hungarian History and Computing Association*, e a *American Association for History and Computing*. (site da AAHC)

A AHC organizava as Conferências Internacionais de História e Computação em conjunto das outras associações nacionais de H&C. Até 1999, esses eventos foram organizados em diferentes regiões da Europa e no Canadá, e eram denominados “Conferência Internacional da AHC”, porém, a partir de 2002, as conferências passaram a acontecer exclusivamente na Inglaterra. Tal mudança chamou a atenção para um fato interessante na história dessa Associação.

Foram localizados dois sites de Associações Nacionais criadas na Inglaterra e que possuíam o mesmo nome: *Association for History and Computing*, sendo que no primeiro site, a última atualização foi em 2004 (<http://odur.let.rug.nl/ahc/confer/index.html>) e já o segundo site tem sua atualização mais recente, datada de março de 2010, com a seguinte informação acerca de seu nome institucional, *Association for History and Computing UK* (www.ahc.ac.uk/), ou seja, do Reino Unido (UK). Se por um lado havia informações que

induzem à ideia de as duas serem uma mesma Associação, além do próprio nome e o fato dos dois sites indicarem suas respectivas associações como organizadoras das Conferências Internacionais de H&C, realizadas entre 1986 e 1998, por outro lado, existem dados que são conflitantes, pois ambas as Associações indicam Conferências nos anos de 1999 e 2001, com locais e temáticas diferentes.

Uma possível hipótese para tal questão é que tenha ocorrido, entre os anos de 1999 e de 2001, uma divisão dentro da *Association for History and Computing (AHC)*, sendo então criada uma outra associação, a *Association for History and Computing UK (AHC-UK)*. Por algum motivo desconhecido até o momento, a primeira associação acabou com suas atividades por volta de 2004 (hipótese levantada em função da última data de atualização do site), com sua última Conferência Internacional realizada em 2001 (não houve conferência em 2000). Por outro lado, a Associação surgida da divisão deu continuidade as conferências, porém em caráter nacional, deixando a titulação de “Internacional”, assim como em seu site, que não aparece mais informações sobre outras Associações Nacionais filiadas (como descrevia no site da AHC), ali, no máximo, faz-se referência à existência de outras Associações, não as especificando:

A AHC-UK é uma Associação, igualmente a uma série de outras Associações Nacionais [que discutem acerca da temática História e Computação] na Europa e América do Norte, que fornece aos seus membros um fórum para a divulgação e troca de idéias em um campo em rápida mutação (www.ahc.ac.uk. Tradução livre).

Quadro 4 - Relação das Conferências da *Association of History and Computing (AHC)* e da *Association of History and Computing UK (AHC-UK)*

Ano	Organizadora \ Local	Tema (tradução livre)
2008	AHC UK \ Londres	Os métodos históricos para o século XXI
2007	AHC UK \ Londres	Ignorância distribuída e a Máquina <i>Unthinking</i> : Os Desafios do ensino de História e Computação
2006	AHC UK \ Londres	Digital Dilúvio: História do Século XXI
2005	AHC UK \ Londres	Método ou loucura? História e suas abordagens díspares
2004	AHC UK \ Londres	Reformulação do passado: Histórias Digitais
2003	AHC UK \ Londres	Ensino e Pesquisa de recursos on-line
2002	AHC UK \ Londres	-
2001	AHC UK \ Londres	Recursos Digitais em Ciências Humanas
	AHC \ Poznan (Polônia)	Novas metodologias para o novo milênio
2000	AHC UK \ Londres	Novos rumos para a Computação na História
1999	AHC UK \ Londres	Gravação do Passado
	AHC \ Groningen (Países Baixos)	Tecnologia de Informação e Comunicação na História – Cancelada
1998	AHC \ Toledo (Espanha)	A história em uma nova fronteira
1997	AHC \ Glasgow (Escócia)	-

1996	AHC \ Moscou (Rússia)	Modelando dados, modelando a História
1995	AHC \ Montreal (Canadá)	Visões de História
1994	AHC \ Nijmegen (Países Baixos)	Estruturas e contingências em investigações históricas computadorizadas
1993	AHC \ Graz (Áustria)	-
1992	AHC \ Bologna (Itália)	História e multimídia
1991	AHC \ Odense (Dinamarca)	-
1990	AHC \ Montpellier (França)	História e informática
1989	AHC \ Bordeaux (França)	O computador e a História
1988	AHC \ Cologne (Alemanha)	Usos do computador na área de Humanidades e Ciências Sociais
1987	AHC \ London (Inglaterra)	História e Informática II
1986	AHC \ London (Inglaterra)	História e Informática

Fonte: O autor, a partir dos sites da AHC <<http://odur.let.rug.nl/ahc/confer/index.html>> e da AHC UK <www.ahc.ac.uk/>. . Acessado em fevereiro de 2010.

A parte destacada é referente ao período de convergência (1999 a 2001) entre as duas Associações. Quadro elaborado pelo autor.

O que de fato aconteceu? Será que a hipótese de uma divisão dentro da Associação se confirma? Qual teria sido o motivo para uma mudança tão radical? Mesmo que não tenha havido uma divisão interna, qual o motivo para que a Associação tenha mudado sua postura, frente ao seu papel de liderança, como havia descrito Oliveira (2005)? A resposta a essas perguntas ainda são obscuras.

3.5.1.3 Associação Brasileira de História e Computação (ABHC)

A Associação Brasileira de História e Computação (ABHC) foi fundada em 1991 durante a realização do I Encontro Internacional de História e Computação, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. A ABHC foi a primeira em toda a América Latina, sendo reconhecida internacionalmente, e chegando a ser aceita como membro da Associação de História e Computação da Inglaterra (AHC) no mesmo ano de sua fundação. (OLIVEIRA, 2005, p. 25)

Entre 1991 e 1999, a ABHC organizou uma série de encontros internacionais e nacionais (QUADRO 5), criou também um Jornal Eletrônico – *Perspectivas* - e uma rede de discussão – *CLIJOBIT* . Todo esse movimento tinha como objetivo discutir a inserção das novas tecnologias no contexto da História. (FIGUEIREDO, 1997; FERREIRA, 2004; OLIVEIRA, 2005)

Hoje, 21 anos depois de sua fundação, tudo leva a crer que a Associação Brasileira de História e Computação não existe mais e que tenha acabado no final da década de 1990, não durando uma década sequer. Todavia, tudo não passa de hipóteses, pois, muito pouco se sabe sobre essa associação e de seus encontros, sendo difícil até mesmo estabelecer informações sólidas a respeito de sua trajetória.

As buscas por vestígios dessa associação no Brasil até agora se mostraram pouco frutíferas. As maiores fontes até o momento são os trabalhos de três historiadores: do professor da Universidade Federal Fluminense, Luciano R. Figueiredo, “História e Informática: o uso do computador” (1997); do professor da UFBA, Jose Cláudio A. de Oliveira, “Ciberhistória” (2005); e da tese de doutoramento do pesquisador Carlos Augusto L. Ferreira, *A formação e a prática dos professores de História: enfoque inovador, mudança de atitude e incorporação das novas tecnologias nas escolas públicas e privadas do estado da Bahia, Brasil* (2004), sendo que provas confirmam o fato de que os dois primeiros, Figueiredo e Oliveira, participaram dos primeiros encontros da ABHC.

Luciano Figueiredo (1997) faz referência a uma série de apresentações realizadas nos primeiros Encontros, principalmente a comunicação de abertura do I Encontro, realizada pelo professor Ernesto Ruiz, um dos fundadores da ABHC e dos organizadores do evento, que chamou atenção para o fato de que “observando os programas das apresentações dos últimos Congressos Internacionais de H & C [ocorridos em 1991], a maioria das pesquisas tratava de prosopografia”, fato confirmado pelo próprio Luciano Figueiredo, ao citar a comunicação do professor Guilherme Pereira das Neves, como um exemplo de uma experiência bem sucedida na aplicação da informática em estudo de prosopografia.

Para Ferreira, uma das principais temáticas nos primeiros encontros no Brasil, discutida principalmente por autores estrangeiros convidados, era a respeito dos “aspectos referentes a tendências dos softwares aplicados a pesquisa e ao ensino, base de dados aplicados em fichários bibliográficos”. Já no último encontro, ocorrido em 1999, as temáticas estavam diversificadas, por exemplo, acerca “da criação de CD-ROM para a pesquisa histórica e uso da multimídia”, evidenciando um avanço na pesquisa durante a década de 1990, através das reflexões e discussões de um fazer histórico levando em consideração a contribuição destas novas tecnologias de informação e comunicação. (FERREIRA, 2004, p. 64)

Outro fato que indica elementos da trajetória histórica da associação, mesmo que tenha sido breve, foi que, segundo alguns relatórios da Capes disponíveis na internet, em

1999, o Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia realizou o 9º Encontro de História e Informática, evento ligado a Sociedade Brasileira de História e Informática. (CAPES, 2010)

Quadro 5 - Relação das Conferências da Associação Brasileira de História e Computação (ABHC) e da Associação Brasileira de História e Informática (ABHI)

Encontro	Ano	Local
I Encontro da Associação Brasileira de História e Computação	1991	UFSC, SC
II Encontro da Associação Brasileira de História e Computação	1992	UEPG, PR
III Encontro da Associação Brasileira de História e Computação	1993	UCSAL, BH
IV Encontro da Associação Brasileira de História e Computação	1994	UNESP, SP
V Encontro da Associação Brasileira de História e Computação	1995	UESC, BA
VI Encontro da Associação Brasileira de História e Computação	1996	UFSC, SC
VII Encontro da Associação Brasileira de História e Computação	*	*
VIII Encontro da Associação Brasileira de História e Computação	*	*
IX Encontro da Associação Brasileira de História e Informática	1999	UFU, MG

Fonte: O autor, a partir de FIGUEIREDO, 1997; FERREIRA, 2004; OLIVEIRA, 2005.

* Não foram encontradas informações referentes aos 7º e 8º encontros.

Assim sendo, várias dúvidas aparecem. Quais os motivos que fundamentaram esta mudança de nomenclatura, tanto do nome do Encontro quanto da própria Associação de História e Computação, para Associação de História e Informática? Será que de fato trata-se da mesma associação? Será que foi uma escolha casual da organização do dito evento, ou realmente foi uma mudança conceitual, discutida e debatida entre os pares? Quais os motivos do possível fim dessa associação e de seus encontros? E, finalmente, tendo em vista a filiação da Associação Brasileira à Associação inglesa, seria coincidência ou não o possível fim da Associação Brasileira em um período relativamente próximo da possível divisão da Associação inglesa? Esses fatos têm algo em comum?

De acordo com Oliveira (2005, p. 24) “em 1990, vinte e cinco países tinham suas próprias organizações nacionais e Associações de História e Computação”, conta acrescida com a entrada do Brasil em 1991, sendo que, hoje, este número diminuiu. Em função disso, torna-se importante observar a ocorrência de dois movimentos distintos, dentro de um mesmo espaço de tempo: o primeiro da criação de uma série de associações voltadas para a discussão de uma mesma temática, e o segundo, pouco mais de uma década depois, acerca de um possível confronto e divisão (visto no caso da Associação inglesa) e de um “abandono” na discussão (no caso da Associação brasileira). Apenas a Associação americana continua visivelmente atuante ainda hoje, contribuindo na discussão acerca dos

espaços de conflitos e de poder dentro da historiografia, assim como refletir acerca das apropriações simbólicas das novas tecnologias no cotidiano do historiador.

3.5.2 A Associação Nacional de História (ANPUH) e a atual (não) reflexão da cultura digital no fazer histórico

Em 2011, ocorreu outro exemplo da dificuldade de espaços sólidos para debate e reflexões dessa temática pelos historiadores brasileiros, neste caso envolvendo a Associação Nacional de História (ANPUH) e a realização do XXVI Simpósio Nacional de História¹⁷.

No que se refere à Associação, trata-se de uma entidade criada em 1961 para aproximar os historiadores, tendo em vista que “o isolamento em que trabalhavam os professores universitários de História, uns em relação aos outros” e “considerando a importância que, em nossos dias, assume o diálogo para o cientista” (CANABRAVA, 1981, p.1), fora criada para servir de elo entre os mais diversos pesquisadores e suas respectivas temáticas. Em 2011, o XXVI Simpósio Nacional de História comemorou os 50 anos dessa Associação.

Acerca desse evento, trata-se do mais importante da área no país, de realização bianual e que em 2011 ocorreu na USP. A sua importância para a área se reflete em alguns números impressionantes, como por exemplo, o penúltimo Simpósio Nacional, ocorrido em 2009, na cidade de Fortaleza, teve em torno de 7.700 inscritos. (GUIMARÃES, 2009, p. 50-55) No evento que ocorreu em 2011, de acordo com os próprios organizadores, o número total de participantes superou os 7.800, outros números do evento também são surpreendentes, como por exemplo, o número de Simpósios Temáticos (STs) avaliados pela Comissão Científica do evento, onde, dos 180 simpósios propostos, 139 foram aceitos.

Sobre o objetivo e a formulação desses Simpósios, é importante salientar que são espaços

...para a apresentação e discussão de pesquisas concluídas ou em estágio avançado de realização sobre um mesmo tema. [onde] A proposta deverá ser feita por até dois coordenadores desde que não pertençam ao mesmo departamento, instituto ou faculdade. Caberá ao(s) coordenador(es) avaliar(em) as propostas apresentadas ao seu ST e definir(em) as formas de trabalho, sempre com o objetivo de garantir ampla participação e tempo necessário para apresentação, discussão e aprofundamento das questões suscitadas. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA)

¹⁷ XXVI Simpósio Nacional de História. Realização ANPUH e Universidade de São Paulo, 2011. Para maiores informações: <www.s2.anpuh.org/> ou <www.snh2011.s2.anpuh.org/>.

A aprovação do Simpósio Temático por parte da Comissão Científica do evento não garante a sua realização, tendo em vista que para ser realizado de fato, o Simpósio Temático tem que atingir um número mínimo de 20 trabalhos aceitos para apresentação, caso contrário, é cancelado. Assim sendo, dos 139 STs aceitos pela Comissão Científica, confirmaram-se, de acordo com as regras acima citadas, 109 Simpósios Temáticos, número ainda expressivo se levado em conta que cada STs tem no mínimo 20 trabalhos, totalizando pelo menos 2180 apresentações de trabalhos¹⁸.

Todavia, o fato que mais interessa, neste momento, refere-se ao Simpósio Temático: **“Impactos e perspectivas da cultura digital na construção de arquivos, de discursos de memória e de comemorações”**, proposto pela Prof. Dra. Andréa Paula dos Santos (da Universidade Federal do ABC), que tinha o objetivo de:

Reunir reflexões e experiências em torno dos impactos e das perspectivas da cultura digital na construção de arquivos, de discursos de memórias e de comemorações. Buscamos conhecer as múltiplas abordagens e procedimentos em andamento nas práticas de trabalhos e de pesquisa interdisciplinar em diversas áreas de conhecimento e, sobretudo, no campo da História, que têm utilizado tecnologias de informação e comunicação. O Simpósio pretende favorecer o levantamento de questões acerca das simplificações do emprego de tecnologias que possibilitam a produção, a organização, a guarda, a digitalização e a divulgação de documentos históricos em várias linguagens e suportes. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA)

Este Simpósio Temático foi o único, dos 139 aceitos inicialmente, que possuía uma temática diretamente focada no debate e reflexão da “cultura digital” no fazer histórico. Entretanto, não alcançou o número mínimo de trabalhos inscritos e teve que ser cancelado.

Tanto no primeiro exemplo, da trajetória da Associação Brasileira de História e Computação, quanto no segundo, da proposta de simpósio em um dos eventos mais importantes da área, pode ser observado a falta de espaços consolidados. Ou seja, ao mesmo tempo em que é visível o crescimento da influência das novas tecnologias no ofício do historiador, observa-se também a falta de reflexões sobre as influências tecnológicas na história.

¹⁸ Esta informação é apenas uma suposição, sendo o número total de trabalho muito maior. Para o número real, torna-se necessário um trabalho de análise, entretanto, acredita-se que, dos mais de 7800 participantes, mais de 50% apresentaram algum tipo de trabalho. Só nessa hipótese mais real, o número encontra-se muito além dos mínimos 2180 trabalhos possíveis.

3.6. A “evolução” dos termos: História e Computação, História e Informática, *Digital History*, Historiografia Digital e Cultura Digital.

Como resultado de um rápido levantamento da produção historiográfica nacional e internacional sobre o tema, pode-se observar um fato interessante: a mudança de nomenclatura (ou pelo menos a sua indefinição conceitual) ao longo destas três décadas. Começando por “História e computação”, passando por “História e Informática”, “historiografia digital”, além de “ciber-história” e, o termo que é usado neste trabalho, “cultura digital”.

Tem-se a ideia de que seria necessário um processo de pesquisa de maior fôlego para se fazer uma análise etimológica e as possíveis origens dessa variação de nomes e termos. Mas torna-se necessário a realização, pelo menos, de um rápido trabalho de contextualização desses e suas variações ao longo da história.

No Brasil, os primeiros trabalhos historiográficos do início da década de 1970 que se têm notícias, na discussão desta temática, faziam referência ao termo “computação” ou “computadores”, “*Emprego de computadores em História*” (BALHANA, 1973), “*O uso da computação em História*” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979); continuando na década de 1980, “*Micro-computadores e pesquisa histórica: algumas reflexões teóricas e metodológicas*” (RUIZ, 1983), até meados da década de 1990, “*O sonho de Comenius: o uso de micro-computadores em uma pesquisa de história social*” (NEVES, 1990), “*Reconstrução de famílias no micro-computador: o SYGAP*” (PEREIRA, 1995) e, principalmente, a criação da Associação Brasileira de História e Computação, em 1991.

Mas já a partir do início da década de 1990, viam-se também referências ao termo “informática”, “*Informática e História: uma perspectiva de sua evolução*” (RUIZ, 1991) e “*História e informática: o uso dos computadores*” (FIGUEIREDO, 1997), neste último caso sendo observado os dois termos no mesmo título. Mas o fato mais relevante é o de uma possível mudança da nomenclatura da Associação Brasileira de História e **Computação**, para Associação Brasileira de História e **Informática**.

Quais os motivos que fundamentaram tal mudança de nomenclatura, tanto nos trabalhos apresentados no Encontro quanto da própria Associação, de “Computação” para “Informática”? Será que de fato trata-se do mesmo grupo? Será que foi uma escolha casual

da organização do dito evento, ou realmente foi uma mudança conceitual, discutida e debatida entre os pares?

Mais recentemente, observou-se o uso dos termos “ciber-história” (OLIVEIRA, 2005) numa clara aproximação do conceito de espaço virtual e cibercultura de Pierre Levy, assim como o termo “historiografia digital”, que vem do termo americano “*digital history*” e “*digital historiography*”. Nesses casos, em alguns trabalhos, fica evidente que essas mudanças têm a ver como uma mudança de paradigma na historiografia “para um novo paradigma historiográfico”. (BARROS, 2001)

Uma possível explicação ao primeiro caso, da mudança de “computação” para “informática”, é se tratar de apenas uma questão de tradução, sem nenhuma questão conceitual, já que, de acordo com o dicionário Michaelis Inglês/Francês, a tradução de “*computing*” seria “*informatique*”, o mesmo para o português, que seria “informática” ou “computação”, e a tradução do inglês para o português de “informática” seria “*informatics*” ou “*computing*” e de “computação” seria “*computation*”. Talvez toda essa complicação de termos tenha confundido em algum momento a tradução. Em tal caso, apenas um trabalho etnográfico mais apurado, ou até mesmo uma análise dos debates realizados pelos historiadores, em algum momento de decisão, poderia trazer alguma confirmação de debate para conceituação desses termos.

Já acerca do uso dos termos “ciberespaço” e “cultura digital”, pode-se evidenciar um debate mais conceitual, tendo em vista que tais termos representam significados diferentes, inclusive durante o próprio uso em seus respectivos trabalhos. O conceito “ciber-história”, como sendo uma evolução do uso e apropriação da ideia de ciberespaço, como a ideia de “Sistema de Informação Histórica como uma nova fronteira na construção científica da historiografia”. (GARCIA MARCO, 2006)

No caso da “historiografia digital” e de acordo com o significado do verbete do Wikipédia,

Historiografia Digital não possui um léxico técnico sedimentado, o que dificulta ainda mais a aceitação dela por parte de historiadores de gerações anteriores, uma vez que o debate acerca do tema, não havendo ainda uma nomenclatura bem definida, parece ainda frágil e incipiente. Apesar disto, em muitos países o estudo da informática aplicada às ciências humanas é já bastante difundido, por exemplo, nos Estados Unidos e na Inglaterra. A universidade norte-americana George Mason, na Virgínia, por exemplo, possui um centro voltado somente para o estudo sobre a história e novas mídias, o *Center for History and New Media*, que além de ser referência no tema pela elaboração de ferramentas e desenvolvimento de projetos, oferece uma vasta bibliografia a respeito, a começar pelo volume considerado indispensável como texto base e introdutório sobre Historiografia

Digital "*Digital history: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*", de Daniel J. Cohen e Roy Rosenzweig. Também é possível encontrar em língua italiana um volume que reúne textos de 04 diferentes autores sobre o tema, que é o "*Storiografia Digitale*", curado por Dario Ragazzini que contém texto dele mesmo e de Serge Noiret, Monica Gallai, Luigi Tomasini e Stefano Vitali, no qual discutem as novas problemáticas dos estudos históricos diante da revolução informática. (WIKIPÉDIE, 2011)

Torna-se necessário justificar a utilização do Wikipédia como referência. E sua justificativa ocorre pelo motivo central deste trabalho, que recai na dificuldade de se encontrar fontes e reflexão desse tema. Como o próprio verbete deixa a entender, o conceito de “historiografia digital” não está formado, “parece ainda frágil e incipiente” e recebe inúmeras críticas dos mais tradicionais. Entretanto, já é possível observar em diferentes lugares uma tentativa de ruptura de visão estrutural e tradicional, cuja ideia principal recai na questão de uma conversão analógico/digital.

Assim sendo, o objetivo do uso desse verbete justifica-se, talvez, não pela sua verdade e confiança na fonte, mas como indício de uma possibilidade de debate, e mais ainda, utilizando-se de mecanismos tecnológicos objeto de sua reflexão, o Wikipédia, ou seja, a própria internet. Se a fonte não é (ou não pode ser) confiável, não é apenas por uma questão técnica, econômica ou política, mas possivelmente, cultural.

4. A CULTURA DIGITAL NO OFÍCIO DO HISTORIADOR BRASILEIRO, HOJE.

Chega o momento compreendido como o principal desta pesquisa, o trabalho empírico de mapeamento dos usos das TICs digitais no ofício do historiador brasileiro nos dias de hoje. O objetivo principal deste capítulo é mapear, dentre os projetos de pesquisas dos pesquisadores de produtividade em História do CNPq, aqueles que tiveram como um dos focos em seus projetos a geração de algum produto tecnológico em formato digital, buscando desta forma, mapear a apropriação pelos historiadores de uma cultura digital. Cabe ressaltar que um dos princípios que norteia esta pesquisa é a de que a identificação do uso das TICs na produção história e na transmissão dessa produção representa exemplos de apropriação da cultura digital por parte do historiador.

4.1. Metodologia de pesquisa e o passo a passo da análise empírica.

Esta é uma pesquisa de caráter exploratório, que se baseia enfaticamente no trabalho de análise de conteúdo, especificamente na análise semântica dos conteúdos, e que tem como objetivo observar na atual produção dos historiadores os usos e apropriações das novas tecnologias de informação e comunicação em formato digital, a partir dos pesquisadores com bolsa ativa de produtividade em pesquisa do CNPq na área de História, nas categorias de pesquisador Sênior, 1 e 2. As fontes utilizadas serão os currículos da Plataforma Lattes do CNPq disponíveis no portal eletrônico.

4.1.1 Delimitações do universo pesquisado

A escolha dos bolsistas de produtividade do CNPq como universo de pesquisa dar-se-á sustentada pelo fato de estes representarem o mais alto nível de produtividade estabelecido pelo órgão de pesquisa nacional, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), correspondendo “aos pesquisadores que se destacam entre seus pares” e que passam por constante avaliação, buscando a excelência na produção científica. Os requisitos acadêmicos estabelecidos pelo CNPq que habilitam o pesquisador a receber bolsa de produtividade são: “possuir o título de doutor ou perfil científico equivalente” e “dedicar-se às atividade constantes de seu pedido de bolsa”. (CNPq, 2011.)

Dentre esses “pesquisadores de excelência”, há uma divisão em nível e categorias. Os níveis são Pesquisadores 1 e Pesquisadores 2, havendo uma subdivisão dentro dos pesquisadores 1 em categorias, A, B, C e D. Em tal hierarquia, o nível mais alto é o pesquisador 1A, seguido pelo 1B, e assim sucessivamente. Para se classificar entre 1 e 2, são levadas em conta as atividades desenvolvidas, a intensidade quantitativa e qualitativa das pesquisas e das atuações em pós-graduação e congressos.

Para ser considerado um pesquisador 2, o historiador deve ter no mínimo três anos de doutorado, já para ser considerado um pesquisador 1 deve ter no mínimo oito anos de doutorado. Existe ainda o pesquisador Sênior, que são pesquisadores vitalícios do CNPq, que precisa ter sido, pelo menos, quinze anos como pesquisador 1 ou 2. Hoje, existem na História dois pesquisadores Seniores (ver Anexo I).

Para que um bolsista seja enquadrado como pesquisador 1 é necessário que o mesmo demonstre nos últimos 10 anos ter

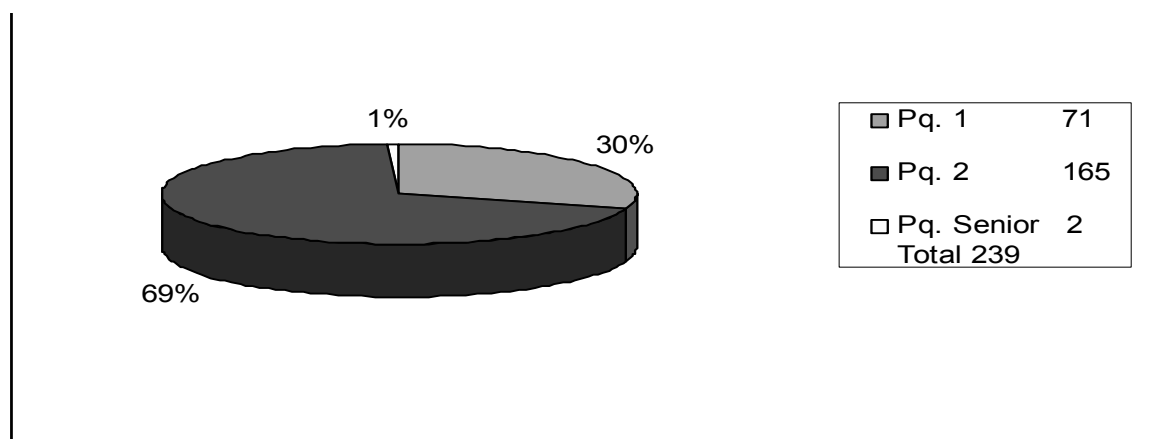
...gradual inserção nacional e internacional, por meio de palestras e assessorias *ad hoc* a revistas nacionais e internacionais e de órgãos de financiamento à pesquisa, bem como envolvimento em atividades de gestão científica, incluindo a organização de eventos, participação em comitês, assessorias estaduais ou nacionais, sociedades científicas, revistas científicas, assessoria de órgãos de governo estaduais ou nacionais, e conferências proferidas a convite e/ou em plenárias de congressos. (CNPq, 2011.)

E o que diferencia a elevação dos níveis “D” a ”A” de tais pesquisadores 1 são suas contribuições “na organização de grupos de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação de sua instituição”. Além disso, desses pesquisadores, “espera-se que participem de forma significativa em atividades de pesquisa em suas instituições”. Para ser um pesquisador B, ainda é necessária a participação em atividades em órgão de fomento a pesquisa.

Por fim, e sendo o máximo a ser atingido por um pesquisador bolsista no CNPq, temos o nível A, que é restrito aos “candidatos que tenham mostrado excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos, e que liderem grupos de pesquisa consolidados”. Cabe ressaltar que, segundo o CNPq, compete a esses pesquisadores “**extrapolar os aspectos unicamente de produtividade**”, explorando assim “**novas fronteiras científicas em projetos de risco**”.

Através do site do CNPq, é possível saber o número de pesquisadores de produtividade por área na História. No triênio 2011-2013, o número de bolsistas de produtividade totaliza 239 pesquisadores, estando divididos de acordo com o Gráfico 1.

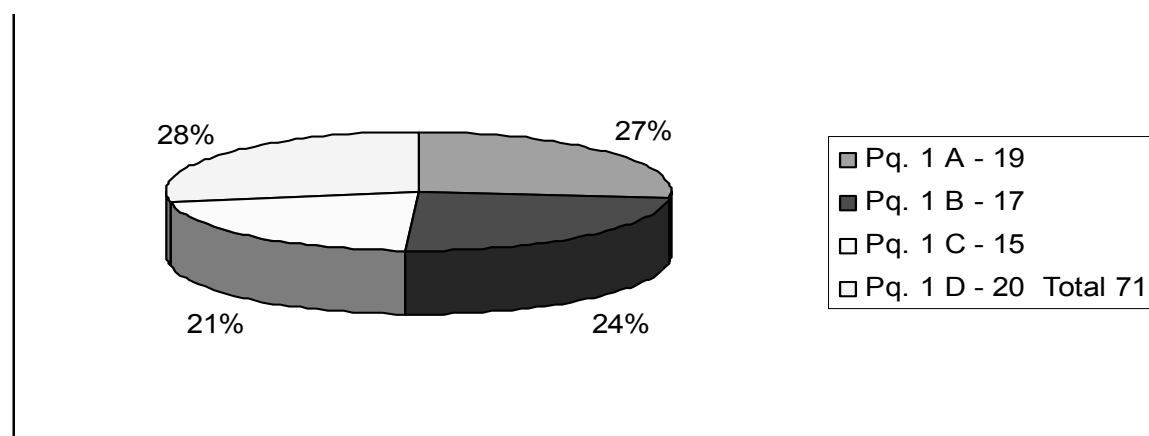
Gráfico 1 – Pesquisadores de produtividade em pesquisa do CNPq em História, triênio 2011-2013.



Fonte: O autor, a partir da Plataforma *Lattes*. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

Entre os 71 pesquisadores de Produtividade 1, existe uma distribuição equilibrada¹⁹ entre os diferentes níveis, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Pesquisadores de produtividade em pesquisa 1 do CNPq em História por nível de classificação, triênio 2011-2013.

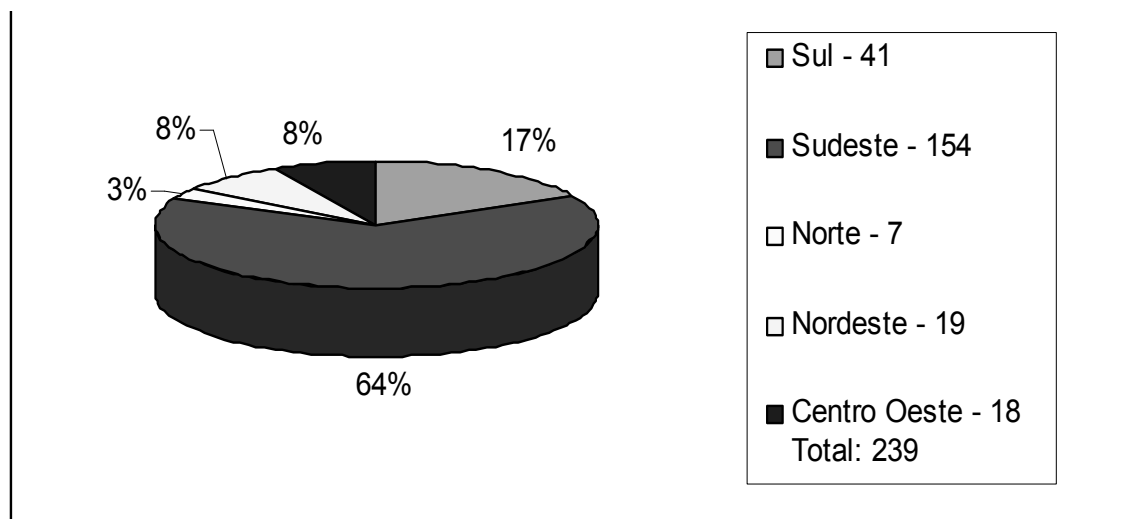


Fonte: O autor, a partir da Plataforma *Lattes*. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

¹⁹ O CNPq estabelece uma distribuição de pesquisadores por níveis. Não ficou claro se é igual para todos os comitês de avaliação.

Acerca do recorte espacial, a pesquisa atinge amplitude nacional, pela própria característica do universo selecionado, pois os 239 pesquisadores estão divididos em 45 instituições/programas de pesquisa diferentes, espalhadas pelas quatro regiões geográficas do Brasil, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Pesquisadores de produtividade do CNPq Sênior, 1 e 2, distribuídos por região do Brasil, triênio 2011-2013.



Fonte: O autor, a partir da Plataforma *Lattes*. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

Não há necessidade direta de criar um corte cronológico predeterminado, tendo em vista que por si só a temática, história e cultura digital, já possibilita um recorte natural, concentrado nos últimos 20 a 25 anos, tirando como exemplo, o trabalho de Pereira das Neves, *O sonho de Comenius: o uso de microcomputadores em uma pesquisa de História Social*, de 1990, considerado como um dos primeiros a discutir tal temática no Brasil. Além disso, o próprio recorte centrado nos pesquisadores ativos do CNPq triênio 2011-2013 localiza a pesquisa nos tempos atuais.

4.1.2 O currículo Lattes como fonte

A fonte principal da pesquisa será a Plataforma *Lattes*, instrumento que armazena os currículos dos pesquisadores no Brasil, incluindo dos pesquisadores de produtividade do CNPq. A Plataforma *Lattes*²⁰, iniciada na década de 1980, “é um conjunto de sistemas

²⁰ CNPq – Plataforma *Lattes*, 2011.

computacionais do CNPq que visa compatibilizar e integrar as informações em toda interação da Agência com seus usuários”, que tem a preocupação de implantar “um formulário padrão para registro dos currículos dos pesquisadores brasileiros”, sendo “utilizado pelas principais universidades, institutos, centros de pesquisa e fundações de amparo” como instrumento de avaliação. (CNPq, 2011)

Sua abrangência informacional permite ser adotada por todas as áreas do conhecimento, e “registra a vida pregressa e atual dos pesquisadores sendo elemento indispensável à análise de mérito e competência dos pleitos apresentados a Agência”, além disso, a sua ampla adoção permite uma maior transparência e confiabilidade às atividades, já que estão expostas na internet. No caso dos pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq, é exigida a atualização constante do currículo, pelo menos das ações mais recentes.

Entre as informações existentes em cada currículo estão: os dados gerais do pesquisador em toda sua carreira, tais como formação acadêmica e titulação; atuação profissional; descrição dos projetos realizados; áreas e linhas de pesquisa em que atua; referência a produção em Ciência, Tecnologia & Artigos (C,T&A), como produção bibliográfica, produção técnica e produção artística/cultural; e participação como membro de corpo editorial, em eventos, bancas de concursos e orientações.

Esta pesquisa concentrará suas atenções nos campos de projetos de pesquisa realizados por pesquisadores 1, 2 e Sênior do CNPq, mas não deixando de lado outros campos, como áreas e linhas de pesquisas, a produção em C,T&A e participação em eventos.

4.1.3 Procedimentos metodológicos junto aos currículos Lattes

Esta pesquisa baseia-se em dois procedimentos metodológicos, a análise semântica e a cientometria. Mesmo sendo procedimentos distintos, tendo em vista que a cientometria, em princípio, realiza uma leitura de ocorrências através de uma série procedimental quantitativa, e a análise semântica, realiza uma leitura qualitativa, através da escolha dos termos mais expressivos de acordo com o problema, neste trabalho, buscou-se aproximar estes dois procedimentos metodológicos.

Partiu-se dos princípios qualitativos da cientometria para tratar de formar um *corpus* significativo e cumulativo de informação. Porém, a análise que se seguiu partiu de princípios da pesquisa quantitativa da análise semântica, que foi o de identificar os principais termos significativos da pergunta realizada. Ou seja, a maneira de trabalho,

baseou-se inicialmente numa intervenção quantitativa, listando os termos referenciados, passando para o momento de escolha dos termos mais significativos e, depois, recolocando-os novamente em princípios cientométricos, com intervenções quantitativas dos dados recolhidos.

Acerca da cientometria, cabe ressaltar Bufrem e Prates, para quem “os métodos quantitativos são utilizados para estudar as atividades científicas ou técnicas, do ponto de vista de sua produção ou comunicação, costuma-se denominá-los cientometria, a ciência da ciência” (BUFREM; PRATES, 2005, p. 13), pode ser considerada como um instrumento da sociologia da ciência, que baseia suas análises na produção de informação científica. Segundo Rousseau (1998, apud BUFREM; PRATES, 2005, p. 14), o seu mérito é alcançar “as contribuições que um grupo visivelmente tem em relação ao desenvolvimento de novos conhecimentos na frente de pesquisa”.

O método empregado pela cientometria²¹ baseia-se na análise quantitativa de termos, expressões e palavras-chave, com o objetivo de identificar ações, produções e domínios de interesses.

Para a análise semântica de conteúdos junto dos currículos da Plataforma Lattes, como parâmetros, utilizou-se a concepção descrita por Cardoso e Vainfas, de abordagem dos campos semânticos, que, para os autores, ‘fornece as chaves de “desconstrução” do discurso sem exigir necessariamente conhecimento linguístico de grande envergadura’. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 381)

Trata-se de um método que, segundo Régine Robin, não prescindindo da quantificação, possui um viés mais qualitativo, onde seu principal pressuposto metodológico “está em escolher as palavras importantes em função das questões que se fazem ao texto”. Para J. Dubois, “o léxico não é um simples aglomerado de uma quantidade de palavras isoladas, mas um sistema em que todas as unidades se coordenam entre si ou se opõem entre si”. Ele ainda descreve que o importante é basear-se em um modelo de categorias, que por sua vez baseia-se em algumas redes de relações entre palavras, podendo ser relações de oposição, de associação ou de identidades. (apud CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 381-385)

No caso desta pesquisa dissertativa, as redes de relações se fazem pela associação e pela identidade, sendo, em ambos os casos, o fator de contexto onde se insere o termo-chave importantíssimo. Sendo assim, torna-se importante observar justamente o contexto, tendo

²¹ Ver Manual de Glanzes

sempre que estar associadas e identificadas com a concepção de tecnologia digital compreendida já em fins do século XX.

Por exemplo, no caso do projeto de pesquisa intitulado *(In)Tolerância*, coordenado pela da pesquisadora, de produtividade 1A, Anita Waingort Novinsky, que tem a seguinte descrição:

O Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, da Universidade de São Paulo, pretende, através deste programa, ampliar e dar dimensão em **rede virtual** de seu processo de trabalho de pesquisa, produção de conhecimentos e intervenções em debates públicos para se tornar um centro de referência em assuntos da Intolerância. Para isso articulou-se com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais; o Ministério Público do Rio Grande do Sul; o Instituto de Referência em Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina-PR; o Museu Histórico e o Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins de Itajaí; o Museu da Gente do Vale do Itajaí; a **Ophicina Digital** da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais; o Núcleo pela Tolerância da UNESP-Campus Bauru; o Núcleo de Pesquisa em **Hipermídia** (NUPH) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A rede dessas instituições unificará os **bancos de dados** existentes, dará acesso público às documentações reunidas, à produção de artigos, teses, dissertações, em diferentes abordagens definidas a partir do trabalho de seus pesquisadores associados. O grupo, em processo permanente de trabalho em rede, dar-se-á pelo **Portal** Rumo à Tolerância, espaço mais significativo de atuação dos pesquisadores do grupo, composto por Salas de Trabalho, Observatório sobre a Intolerância, Agência de Notícias, teleconferências, **cursos on-line** alguns encontros presenciais, constituídos por simpósios, seminários, congressos nacionais e internacionais. O Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI) conta com o Centro de Documentação e a Biblioteca Anita Novinsky e com o Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo, que tem como objetivo dar a conhecer os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do laboratório e dos centros de pesquisa congêneres nacionais e internacionais. (PLATAFORMA LATTES, 2011. **Grifo nosso**)

Utilizando a metodologia de análise semântica na leitura da descrição do projeto, podem ser selecionados termos-chave associados e identificados dentro contexto de uso das tecnologias digitais. “Rede virtual”, “Ophicina Digital”, “Hipermídia”, “bancos de dados”, “Portal” e “on-line”. Observa-se que alguns dos termos podem ser considerados significantes por si só, por exemplo os termos “virtual” e “digital”, outros, por sua vez, afirmam-se pelo contexto onde se encontram, tais como “Portal” e “banco de dados”.

Outro exemplo, só que agora inverso, pode ser visto no projeto de pesquisa intitulado *Sobrevivendo no cotidiano da piada pronta: o humor como forma de representação da história brasileira (1920-1950)*, coordenado pelo pesquisador de produtividade 1B, Elias Thomé Saliba, que tem como descrição,

Estudo do humor brasileiro entre os anos de 1920 e 1950 - recolocando-o na perspectiva de se analisar as diversas e variadas linguagens das manifestações

humorísticas. Analisar os destinos peculiares da linguagem humorística a partir do desenvolvimento e propagação das **novas tecnologias** de comunicação social na transição dos anos 1920 para os anos 1950, observando as características de seu impacto sobre indivíduos e sobre o público em geral e o âmbito de seus potenciais de centralização, homogeneização e conversão ideológica sobre um amplo espectro de grupos sociais, inclusive seu potencial de agenciamento e mobilização política. (PLATAFORMA LATTES, 2011. **Grifo nosso**)

Neste caso, o termo “novas tecnologias” não interessa a esta pesquisa dissertativa, pois, de acordo com o seu contexto histórico, trata-se dos anos 1930 e 1940, possivelmente a ideia de nova tecnologia de informação e comunicação a que se refere é o rádio e a televisão, não tendo nada a ver com a conversão das tecnologias digitais iniciadas em fins do século XX.

O ponto de partida foram termos-chave pré-estabelecidos, novamente levando em consideração o foco e o contexto desta pesquisa. Assim sendo, foram listados, a priori, doze termos: (1) banco de dados; (2) base de dados; (3) virtual; (4) *on-line*; (5) digital; (6) informática; (7) computador; (8) *site*; (9) tecnologia; (10) internet; (11) *software*; (12) *web*.

De acordo com Bourdieu (1999), o método não deve ser rígido, mas sim rigoroso. Assim sendo, essa listagem não é fechada, principalmente devido à existência de múltiplos termos que podem ser utilizados como sinônimos, como por exemplo, o termo “site”, que pode ser descrito como “página”, “portal” ou “*homepage*”. Podendo haver também a junção de termos, como por exemplo, “*web-site*”, “banco de dados digital”, “tecnologia virtual”. Dessa forma, essa listagem ficou aberta a novos termos-chave, seguindo sempre o rigor metodológico da análise do contexto onde aqueles termos-chave se encontram.

Ao final da análise dos 239 currículos Lattes, pode-se observar, de acordo com o Quadro 6, que foram encontrados ao todo 58 termos-chave, categorizados da seguinte forma (Quadro 7): repositórios digitais; dispositivos; instrumentos; ações práticas e conceitos.

Quadro 6 - Listagem dos termos-chave encontrados e selecionados dentre os pesquisadores de produtividade Sênior, 1 e 2.

1. Acervo digital	21. <i>Homepage</i>	41. Página eletrônica
2. Arquivo Virtual	22. Informática	42. Periódico eletrônico
3. Banco de dados	23. Inovação tecnológica	43. Portal
4. Banco de depoimentos	24. Instrumento de pesquisa informatizado	44. Publicação digital
5. Banco de imagens	25. Interface digital	45. Recursos virtuais
6. Banco digital	26. Internet	46. Rede
7. Base de dados	27. Jogos eletrônicos	47. Rede virtual
8. Base informacional	28. Linguagem eletrônica	48. Sistema de informação virtual
9. Biblioteca virtual	29. Linguagem tecnológica	49. <i>Site</i>
10. Catálogo on-line	30. Linguagem XML	50. Sítio virtual
11. CD-ROM	31. Mapa digital	51. <i>Software</i>
12. Computador	32. Meio digital	52. Tecnologia
13. Curso on-line	33. Meio eletrônico	53. Tecnologia digital
14. Dicionário eletrônico	34. Memória virtual	54. Versão eletrônica
15. Digitalização (digitalizar)	35. Museu virtual	55. vídeo
16. Documento informatizado	36. Microcomputador	56. Virtual
17. DVD	37. Oficina digital	57. <i>Web</i>
18. Eletrônico	38. <i>On-line</i>	58. <i>Web-site</i>
19. Hipermídia	39. Página	
20. Hipertexto	40. Página digital	

Fonte: O autor, a partir da Plataforma *Lattes*. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

Quadro 7 - Listagem dos termos-chave divididos por categorias dentre os pesquisadores de produtividade Sênior, 1 e 2.

Categorias criadas	Termos-chave
Repositório digital	Acervo digital, Arquivo virtual, Banco de dados, banco digital, base digital, biblioteca virtual, Museu virtual
Dispositivos e periféricos	CD-ROM, microcomputador, computador
Instrumentos	Instrumento informatizado, internet, documento informatizado, hipermídia, hipertexto, <i>homepage</i> , memória virtual, página, página digital, página eletrônica, portal, rede, rede virtual, <i>site</i> , sítio, sítio virtual, <i>software</i> , <i>web</i> , <i>web-site</i> (foram localizados endereços de sites, que não foram contabilizados como termos-chave.)
Ações práticas	Curso <i>on-line</i> , digitalização, oficina digital
Conceito	Informática, inovação tecnológica, interface digital, linguagem eletrônica, linguagem tecnológica, linguagem XML, meio digital, meio eletrônico, <i>on-line</i> , recursos virtuais, tecnologia, tecnologia digital, versão eletrônica, virtual

Fonte: O autor, a partir da Plataforma *Lattes*. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

4.2. Primeiras análises – características do universo pesquisado.

Antes de focalizar nos usos das TICs, faz-se conveniente mapear esses pesquisadores, quantos são e quais as características dos mesmos que, direta ou

indiretamente, pensam numa possível relação do fazer histórico com a cultura digital? Observar quais são as suas formas de lidar com a tecnologia, seus usos e apropriações? E onde pode ser observado no currículo Lattes a relação historiador e tecnologia digital?

Primeiro, é interessante saber quantos pesquisadores do total analisado tiveram pelo menos um dos termos-chave descritos no Quadro 1, em qualquer dos campos já mencionados do currículo Lattes.

Tabela 1 _ Pesquisadores de produtividade em História divididos por termos-chave encontrados em seus currículos.

Pesquisador de produtividade	Sim		Não		Total	
	#	%	#	%	#	%
Sênior	0	0	2	0,8	2	0,8
1	34	14,2	38	15,9	72	30,1
2	75	31,3	90	37,6	165	69,0
Total	109	45,6	130	54,4	239	100

Fonte: O autor, a partir da Plataforma *Lattes*. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

No universo dos 239 pesquisadores de produtividade em História analisados, observa-se na Tabela 1 que 109 pesquisadores, pouco mais de 45 %, tiveram, em algum dos campos analisados de seus currículos, pelo menos um dos termos-chave. Destes 109 pesquisadores, destaca-se, primeiro, a inexistência dos pesquisadores Seniores, e, com 68,8%, a grande maioria como sendo de pesquisadores de produtividade 2, mas esta tendência muda quando é levado em conta o número relativo total dentro de cada grupo de pesquisadores, pois dos 165 pesquisadores de produtividade 2, em 45% foram encontrados termos-chave, já dentre os 72 pesquisadores de produtividade 1, a porcentagem sobe para pouco mais de 47%.

Na Tabela 1, pode ser observada a relação de pesquisadores com termos-chave selecionados nos currículo Lattes sem distinção dos campos onde foram encontrados. Na Tabela 2, tendo em vista que o foco central desta análise recai no campo “projeto de pesquisa”, objetiva-se uma primeira categorização, entre o campo “projeto de pesquisa” e uma categoria criada exclusivamente para esta pesquisa, chamada “Demais campos”, abrangendo os seguintes campos do currículo Lattes: “Produção bibliográfica” (subcampo: artigos, livros, capítulos, textos em jornais, em revistas, trabalhos completos, resumos

expandidos - mas, excluindo-se os resumos simples publicados em anais, os trabalhos ainda não publicados, os trabalhos apresentados e os demais tipos de trabalhos publicados); “Produção técnica” (*softwares*, produtos tecnológicos, processos, técnicas e trabalhos técnicos); “orientações” (de iniciação científica, conclusão de curso, pós-graduações em andamento ou já concluídas) e os campos de “Resumo”; “Linha de pesquisa” e “Eventos”.

Tabela 2 _ Pesquisadores de produtividade 1 (PP1) e 2 (PP2) que tiveram termos-chave encontrados nos campos do currículo.

Pesquisador de produtividade	Campo do currículo Lattes			
	Projeto de pesquisa	Produção bibliográfica	Orientações	Demais campos*
1	26	6	4	6
2	63	20	4	17
Total	89	26	8	23

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

* Demais campos: Resumo Linha de pesquisa, Produção técnica, Eventos, Trabalhos técnicos.

Assim sendo, pode ser observado que, dos 109 pesquisadores selecionados por terem em seu currículo Lattes termos-chave, 89 tinham referências no campo projetos de pesquisas, sendo que, destes, 15 possuíam termos-chave também em pelo menos um dos “demais campos” do Lattes e 30 pesquisadores tiveram termos-chave exclusivamente nos “demais campos”.

Um modo de observar se um determinado assunto realmente faz parte daquele contexto de atuação é tentar identificar não apenas se há uma concentração de termos-chave em um mesmo campo, mas tentar identificar uma possível pluralidade de campos onde os termos-chave são citados. A Tabela 3 ajuda a observar aqueles pesquisadores que citaram em seus respectivos Lattes os termos-chave em mais de um campo. Tal análise pode ajudar a encontrar aqueles pesquisadores que, de certa forma, acabam dando maior atenção a essas novas tecnologias digitais no fazer histórico.

Tabela 3 _ Concentração de campos do currículo Lattes com termos-chave por pesquisador de produtividade 1 e 2.*

Quantidade de campos por pesquisador	PP1	PP 2	Total
	#	#	#
2 campos	3	5	8
3 campos	2	5	7
4 campos ou mais	0	1	1
Total	5	11	16

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

*Cálculo de % realizada sob o total de pesquisadores de produtividade 1 e 2 com termos-chave encontrados em dois ou mais campos, o que deu um número total de 16 pesquisadores. Foram excluídos desse cálculo os 93 pesquisadores de produtividade 1 e 2 (85,4% do total de 110 Pesquisadores) que tiveram termos-chave em apenas um campo.

Pode-se observar que, dos 89 pesquisadores com termos-chave encontrados, 16 tiveram termos-chave encontrados em mais de um campo, sendo que 50% foram em apenas dois campos, seguido por sete pesquisadores que fizeram referência em três campos (43,7%) e um pesquisador fez referência em mais de quatro campos do seu currículo Lattes. Este último caso mostra-se de grande significância para esta pesquisa devido a diversificação de campos (seis no total) onde havia termos-chave, o que possibilita imaginar uma relação mais próxima com a tecnologia digital ao longo de sua trajetória profissional.

Trata-se do pesquisador de produtividade de nível 2, da Universidade Federal de São João Del-Rei, Marcos Ferreira de Andrade, que teve ao todo quatro termos-chave em seis campos diferentes, espalhados da seguinte maneira:

1º campo: “Resumo” do currículo, onde chama atenção para suas experiências, “atuando principalmente nos seguintes temas: elites regionais e formação do Estado, escravidão e cultura afrobrasileira; história, documentação e **acesso digital**”;

2º campo: “Projetos de pesquisa”; há 3 projetos com termos-chave: o projeto *Fórum Documenta*, desde 2007 e ainda em andamento, cujo objetivo é a “restauração e conservação, organização, microfilmagem, **digitalização** e indexação de **banco de dados** da documentação judiciária da Comarca do Rio das Mortes, Aiuroca, Baependi, Itapeçerica e São João del-Rei”; o segundo projeto, realizado entre 2003 e 2005, carrega no título, também o objetivo do projeto que é a *Organização e descrição do acervo forense de Lavras e digitalização de documentos*, o que resultou na produção de 15 “**cds**” com a respectiva documentação digitalizada; e o terceiro projeto, “*Memória Cultural do Sul de Minas*”, realizado entre 1997 e 2000, que tinha a finalidade de “mapear, organizar e descrever os

principais acervos de natureza histórica existentes na cidade de Campanha” e que “dentre os resultados expressivos do trabalho, destacam-se a criação do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas e a divulgação de um guia de fontes, no formato de **CD-ROM**”;

3º campo: “Produção bibliográfica”, onde se observa a apresentação e a publicação, entre 2004 e 2005, de três trabalhos, sempre citando o termo “**digitalidade**”, como parte do processo de organização e preservação de documentos históricos;

4º campo: “Trabalhos técnicos”, onde é situado o trabalho de “digitalização” de documentos;

5º campo: “Orientação” de Iniciação científica, onde é informada a orientação de dois bolsistas nos projetos já mencionados;

6º campo: “Participação em eventos”, onde é mencionada a apresentação de dois trabalhos, sendo um deles, em 1995, na 46ª Reunião da SBPC, com o título “*Formação do Banco de Dados dos séculos XVIII e XIX: Comarca do Rio das Mortes*”. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Voltando para a análise da tabela, outra informação importante é que dos 16 pesquisadores com referência de termos-chave em mais de um campo, apenas um não fez referência no campo “projeto de pesquisa”. Todos os outros 15 fizeram referência em “projetos de pesquisa”, mas apenas oito, ou seja, pouco mais de 50%, também fizeram referência no campo “Produção bibliográfica”. Esse dado pode ser explicado, primeiro, pela característica da citação dos termos-chave, podendo ser referente a um produto tecnológico e/ou simplesmente a uma referência de contextualização, mas sem se ligar a uma ação de pesquisa como usos procedimentais das pesquisas ou comunicação de seus resultados. Em tal caso, como a tecnologia digital não é o foco da pesquisa, não há provavelmente uma necessidade e ou até mesmo interesse em ser expresso no título de uma produção bibliográfica. Outra hipótese (que é uma das defendidas nesta pesquisa) é que, mesmo com o uso e apropriação cada vez mais crescente da cultura digital pelo historiador, os historiadores ainda não produzem reflexões sobre esta relação, o que justifica este dado de baixa referência no campo de produção bibliográfica.

Tendo em vista a questão envolvendo a produção bibliográfica, torna-se interessante dar uma maior atenção justamente ao campo “produção bibliográfica” para tentar identificar e mapear possíveis tendências de debate envolvendo tais usos e apropriações tecnológicas pelos historiadores, assim como na relação entre os dois campos, “produção bibliográfica” e “Projeto de pesquisa”.

Na Tabela 4, pode ser observada a concentração de projetos e publicações com termos-chave. Ratificam-se algumas informações já mencionadas, como o total de 89 pesquisadores com referência aos termos-chave nos projetos de pesquisa, mas, agora, também se observa o número total de 146 projetos, assim como, no caso dos 26 pesquisadores com referência aos termos-chave no campo de produção bibliográfica, que somam o total de 46 publicações. Cabe ressaltar que não existe uma padronização ou norma que oriente se o pesquisador deve ou não fazer referência em seu currículo *Lattes* de projetos concluídos há muito tempo. Em geral, o histórico das publicações é mais completo e consistente. Todavia, tal levantamento torna-se relevante neste momento.

Tabela 4 _ Concentração de itens com termos-chave por campo entre pesquisadores de produtividade 1 e 2.

Nº de item por campo	Projeto de pesquisa				Produção bibliográfica			
	# PP*	% PP*	# Total	% Total	# PP*	% PP*	# Total	% Total
1	56	62,9	56	38,3	16	61,5	16	34,8
2	18	20,2	36	24,6	5	19,2	10	21,8
3	11	12,3	33	22,6	4	15,3	12	26,0
4	1	1,1	4	2,7	0	0	0	0
5	2	2,2	10	6,8	0	0	0	0
6	0	0	0	0	0	0	0	0
7	1	1,1	7	4,7	0	0	0	0
8	0	0	0	0	1	3,8	8	17,4
Total	89	100	146	100	26	100	46	100

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

*PP. Pesquisador de Produtividade. Cálculo de % realizada dentro de cada campo.

Em relação aos projetos de pesquisa, observa-se uma concentração, onde pouco menos de 37% dos pesquisadores concentram quase 61,6% dos projetos. Em relação aos trabalhos publicados que fazem em seus títulos referências aos termos-chave, também se observa uma concentração, pois 38,4% dos pesquisadores concentram 65,2% de toda a produção bibliográfica encontrada, sobrando 38,8% da publicação para os 61,6% dos pesquisadores restantes.

Buscando refletir um pouco mais acerca da concentração em ambos os campos, vale a pena ressaltar dois fatos e “personagens”. O primeiro é observar o caso de um único pesquisador ter sozinho sete projetos de pesquisa com termos-chave. Assim como observar um único pesquisador publicou sozinho 12 trabalhos cujos títulos havia algum dos termos-chave.

No primeiro caso, envolvendo o campo “projetos de pesquisa”, trata-se da pesquisadora de produtividade de nível 2, Maria Luiza Tucci Carneiro, da Universidade de São Paulo.

Em seus sete projetos de pesquisa, foram identificados cinco termos-chave, assim divididos:

1º Projeto: projeto mais recente, iniciado em 2010, denominado *Arquivo Virtual História dos Migrantes*, além da criação do arquivo virtual mencionado no próprio título, o projeto também tem como objetivo “pesquisar, identificar e **digitalizar** fontes de interesse para a história da imigração no Brasil” a fim de “serem disponibilizadas *on-line*”;

2º projeto: iniciado em 2007 e ainda em andamento, *PROIN-Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP. Arquivos da Repressão e da Resistência*, trata-se da “Fase 2 do projeto temático dedicada a **digitalizar** a série Dossiês do DEOPS/SP, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo”.

3º projeto: trata-se da primeira fase do 2º projeto, que foi o *Projeto Temático Fapesp Inventário DEOPS (1924-1983)*, realizado, entre 1997 e 2005, dentre muitos dos objetivos, “inventariar a Série Prontuários DEOPS (...) desenvolver estudos acadêmicos tendo como proposta a produção de novos conhecimentos para a História Política e Cultural brasileiras [e] publicar os estudos e **bancos de dados**”.

4º projeto: realizado entre 2005 e 2008, intitulado *Os caminhos do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais*, tem como objetivo a realização de um “Inventário dos impressos confiscados pelo DEOPS/SP com base nos **Bancos de Dados** criados pelo PROIN- Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP”.

5º projeto: realizado entre 2005 e 2006, com o nome, *Representações do Holocausto e Antissemitismo: Literatura, História e Memória*, que tem como proposta, “divulgar a História do Holocausto enquanto crime contra a Humanidade”, construindo banco de dados com registros e publicação de testemunhos dos sobreviventes de campos de concentração. Estes “**bancos de dados** serão disponibilizados no **Museu Virtual do Holocausto**”.

6º projeto: realizado entre 2004 e 2005, *Intolerância Étnica: Impressos Racistas no Brasil República (século XIX - XXI)*, cujo objetivo era bem específico: “produção de um **banco de dados** contendo autor, obra, bibliografia, biblioteca/ acervo” de impressos racistas no Brasil.

7º projeto: realizado entre 2001 e 2003, intitulado *Imprensa Confiscada pelo DEOPS (1930-1945)*, tinha como um dos produtos a criação de um “**banco de dados** (...) configurado através de uma ficha cadastral do jornal (título, vinheta, corpo editorial e de colaboradores, histórico, circulação e razão/data da apreensão pela polícia Política)”. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Pode ser observado que o conjunto desses setes projeto, exemplifica três importantes possibilidades de uso e apropriação das tecnologias em formato digital pela historiografia: 1) a criação de um produto tecnológico que sirva aos interesses de organização das fontes, neste caso, o **banco de dados**; 2) a possibilidade de, através desse produto tecnológico, não apenas organizar, mas também de disponibilizar o acervo ao público em geral, por meio da criação do Arquivo Virtual; e 3) o uso do próprio produto tecnológico como fonte para análise histórica sobre a temática.

No segundo caso, do pesquisador com oito produções bibliográficas, trata-se do pesquisador de produtividade 2, Renato Pinto Venâncio, da Universidade Federal de Minas Gerais. Cujas produções bibliográficas possuem uma curiosidade, das oito publicações, apenas uma é um artigo completo, intitulado *Jornais Mineiros do século XIX: um projeto de digitalização*, publicado em 2007 no periódico acadêmico *Cadernos de História* (Ano II, n. 01, março de 2007), os outros sete trabalhos são “Textos em jornais de notícias/revistas”, sendo a grande maioria, cinco textos, para a revista de História da Biblioteca Nacional, publicados na coluna “Acervo digital”. Diante desse fato, torna-se pertinente, uma observação mais detalhada desta coluna, principalmente porque, além das cinco publicações já mencionadas, devido existirem termos-chave, há também outras três publicações que mesmo não havendo termos-chave (totalizando oito textos publicados na coluna Acervo digital), por terem sido publicadas na dita coluna, merece ao menos serem aqui mencionados.

O objetivo da coluna publicada na revista é ser um espaço para debate e reflexão de projetos, acervos e ambientes de comunicação científica, que de alguma forma envolvem o uso e apropriação de tecnologias em formato digital, como, por exemplo, o texto publicado em dezembro de 2009, com o título: *Filmes de arquivo: Diversos espaços virtuais permitem rever a história do século XX através de filmes de arquivos*; outro texto, publicado em setembro de 2009, com o título: *170 anos em um clique: Banco de dados permite explorar a imensa riqueza de fontes documentais e artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1830*; e o texto intitulado, *Documentos da Inquisição: a*

digitalização do acervo da Torre do Tombo promete revolucionar a historiografia sobre Inquisição.

Outra observação deve ser alçada, o pesquisador que mais tem referência em projetos de pesquisa não possui qualquer referência de termos-chave nos títulos de sua produção bibliográfica. Devido à metodologia utilizada nesta pesquisa no que se refere ao campo de produção bibliográfica, baseada unicamente na análise dos títulos dos trabalhos, por um lado, não se pode dizer que não tenha sido discutido em algum trabalho bibliográfico algum dos vários recursos tecnológicos exemplificados nos projetos de pesquisa do autor, todavia, por outro lado, é possível pelo menos desconfiar que tenha sido dada pouca importância a estes recursos tecnológicos digitais utilizados em seus projetos.

Fazendo uma retrospectiva, os números até aqui indicam que dos 239 pesquisadores, 109 tiveram termos-chave encontrados em algum campo de seus respectivos currículos, sendo que 89, ou seja, 37% do total de pesquisadores em História, tiveram em seus projetos de pesquisa termos-chave relacionando-os com a tecnologia de comunicação e informação em formato digital. Observando também os termos-chave encontrados no campo de produção bibliográfica, conclui-se que apenas 26 pesquisadores foram selecionados, com 46 publicações ao todo, e que, já dentro deste pequeno universo de selecionados, há uma concentração de projetos (37% dos pesquisadores concentram 61,6% dos projetos) e de publicação (38,4% dos pesquisadores concentraram 65,2% das publicações). Por fim, pode observar que os que mais possuem termos em projetos de pesquisa não são necessariamente os que mais publicam. Havendo em tal caso uma divergência, já que, para haver publicação acerca de um determinado tema, teoricamente, este tema teria que estar dentro de um contexto de pesquisa, fato que, diante da metodologia baseada na busca de termos-chave, não foi constatado.

Por outro lado e de alguma forma, esses números, mesmo que baixos, também podem demonstrar a existência, mesmo que incipiente, da relação do historiador e o fazer histórico com a cultura digital. Entretanto, restam as perguntas: como se dariam tais influências? Em quais usos e apropriações tais influências resultam de fato em ações concretas no fazer histórico? Quais seriam esses produtos tecnológicos? E qual a importância de tal apropriação da cultura digital no fazer histórico? Relembrando as indagações de Mark Pôster, “Como é a disciplina da história afetada pela digitalização da escrita?”. (Mark Poster, 2003, p. 17)

4.3. Mapeamento dos usos e apropriações nos projetos de pesquisas.

Inicialmente foi necessário dividir todos os termos-chave encontrados nos 146 projetos de pesquisa em três categorias (Tabela 5): 1) categoria “Fontes utilizadas”, tendo como base a identificação daquelas tecnologias mencionadas como fontes em formato digital na pesquisa, como por exemplo, de documentos digitalizados e banco de dados; 2) categoria “Produto gerado”, onde o termo-chave encontrado representa o produto idealizado através da ação do pesquisador, como por exemplo, a ação de digitalizar um acervo e ou a construção de repositórios informacionais; e 3) a categoria “Outros”, que são aqueles termos-chave citados que fazem referência a alguma forma de tecnologia digital, mas sem estar ligados à ação de uso ou a qualquer produto gerado na ação da pesquisa.

Duas situações e seus recursos metodológicos aqui utilizados merecem maiores explicações. Primeiro, nos casos de mais de um termo-chave em um mesmo projeto de pesquisa, estes foram quantificados separadamente, e, nos casos onde os termos-chaves repetidos dentro de um mesmo projeto, estes foram quantificados uma única vez. Por isso, na Tabela 5, o resultado total de termos-chave é de 163, ou seja, número superior ao total dos 146 projetos (Tabela 4).

Tabela 5 _ Termos-chave encontrados de acordo com sua ação nos projetos.

Categorias	PP1		PP2		Total	
	#	%	#	%	#	%
Fontes utilizadas	12	7,3	14	8,6	26	15,9
Produtos gerados	29	17,7	91	55,7	120	73,6
Outros*	4	2,4	13	8,0	17	10,4

Fonte: O autor, a partir da Plataforma *Lattes*. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

*Faz referência a alguma forma de digitalidade, mas sem estar ligada à ação de uso como fonte ou algum produto gerado na ação da pesquisa.

Nos 146 projetos de pesquisa, foram encontrados 26 termos-chave ligados à categoria “Fontes utilizadas” enquanto fonte de pesquisa, como por exemplo, o projeto da pesquisadora de nível 1D, Ana Maria Alfonso-Goldfarb, da PUC de São Paulo, intitulado *Classificação de documentos do CESIMA*, que, realizado entre 2008 e 2010, tinha como

objetivo "discutir a classificação dos materiais constantes do acervo da **Biblioteca Virtual** do Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência".

Outro exemplo é o projeto iniciado em fins de 2010 pelo pesquisador de nível 1A, Sergio Odilon Nadalin, intitulado *Construção e "desconstrução" de uma cultura imigrante: os traumas da segunda geração (século XIX e XX)*, de acordo com o próprio autor, tal pesquisa,

...está centrada nas virtualidades metodológicas da exploração dos registros paroquiais e das fichas de famílias reconstituídas, que fornecem informações sobre os nomes de batismo. Um estudo [já realizado] sobre as memórias de um imigrante alemão confirma o que já parecia indicado em trabalhos anteriores: coerentemente com a chamada Lei de Hansen (o que o filho quer esquecer, o neto quer lembrar) e considerando uma sucessão de gerações, é a partir da segunda (ou, eventualmente, da terceira, dependendo de cada caso) que se manifesta com vigor a etnicidade ou, talvez melhor, uma etnicidade teuto-brasileira (Deutschbrasilianertum) [diante disso] o primeiro passo da pesquisa deve ser determinado pela análise micro da **base de dados** constituída por 2.662 prenomes de meninas... (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Um total de 17 termos-chave (pouco mais de 10%) foi relacionado à categoria "Outros". É o caso do pesquisador da Universidade Federal Fluminense e de nível 1A no CNPq, Sidney Chalhoub, que, entre 1998 e 2004, realizou o projeto *Cultura e diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional*, que tinha como principal objetivo,

...explorar, em várias frentes de investigação, a ideia de que para além de uma identidade - que se pode chamar, caso se queira, de "brasileira" - as diferenças e desigualdades encontram canais de expressão que comportam a polissemia, a negociação e o embate [Pode ser observado outros objetivos em mente, como o próprio pesquisador descreve] As atividades propostas, porém, não se limitam ao sentido acadêmico mais estrito - isto é, a produção de textos e resultados individuais de pesquisa. [...] Referimo-nos ao esforço coletivo de sistematização de fontes e produção de instrumentos de pesquisa de amplo alcance [...] para consulta local (ou, depois, via **internet**). (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Também o caso do pesquisador da UFRJ de nível 2 do CNPq, Antonio Carlos Jucá de Sampaio, que na descrição justifica a pertinência de seu projeto, *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil*, iniciado em 2004, a partir de um fato:

...o termo comunicação política tem sido utilizado pelos cientistas políticos para qualificar as novas modalidades de circulação da informação política nas sociedades recentes que já não se confinam apenas à recepção passiva e massiva da televisão, mas se alargam também a outros meios e agentes, incluindo a **internet**, alterando os conteúdos e as formas de intervenção. [assim sendo, o pesquisador descreve que] Retomamo-lo aqui para sublinhar a relevância de se

conhecerem e estudarem os agentes produtores, os ritmos de produção, os canais de circulação, a tipologia dos assuntos, e, por fim, o destino final das solicitações feitas nas periferias para o centro da monarquia portuguesa e vice-versa na dimensão intercontinental que teve nos séculos XVII e XVIII. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Dentro ainda da categoria “Outros”, pode ser observado grande quantidade de referências sendo feitas a sites, normalmente indicando um local onde podem ser buscadas outras informações que envolvem ações e resultados do projeto. É o caso do projeto *Escravidão Africana nos Arquivos Eclesiásticos*, realizado pela pesquisadora nível 1D da UFF, Mariza de Carvalho Soares, que após descrever todo o seu projeto, objetivos e metodologias, ressalta que “Para maiores detalhes sobre o projeto, ver o *site* www.historia.uff.br/curias”.

Se por um lado as duas categorias, “Fontes utilizadas” e “Outros”, equivalem juntos a 43 casos, resultando em pouco mais de 26%, observa-se que a categoria “produtos gerados”, representa sozinha 120 referências, ou seja, constata-se que quase 75% dos termos são referentes da ação de apropriação da cultura digital pelo historiador no que diz respeito à elaboração de algum produto tecnológico em meio digital. Tais casos serão mais bem desenvolvidos mais à frente neste trabalho.

Com os 120 termos-chave da categoria “produtos gerados”, foi realizado um novo mapeamento e uma nova categorização, dessa vez sendo estabelecidas categorias de acordo com as os produtos criados e suas funções. Assim sendo, foram instituídas 11 categorias (Quadro 8):

Quadro 8 - Produtos originados, por categorias, de acordo com os termos-chave encontrados nos projetos de pesquisas dos pesquisadores de produtividade 1 e 2.

Categorias	Termos-chave / produto
Repositórios digitais	Banco de dados; Banco de depoimento; Banco de imagens; Base de dados; Base informacional;
Digitalização	Digitalização;
Web-site e Portais	Homepage; Página; Site; Portal;
Dispositivos de armazenamento de dados	CD-ROM; DVD;
Instrumentos de pesquisa e consulta	Catálogo <i>on-line</i> ; Instrumento de pesquisa informatizado;

Sistema de informação	Sistema de informação virtual; Biblioteca virtual; Dicionário eletrônico histórico; Museu digital;
Documentos digitais	Acervo digital multimídia; Documento eletrônico; Hipertexto; Mapa Digital; Vídeo;
Softwares	<i>Software</i> ; Jogos interativos;
Periódicos eletrônicos	Periódico eletrônico; Publicação digital;
Ensino	Curso <i>on-line</i> ; Oficina digital;

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em fev. de 2011.

Cabe ressaltar que, por uma escolha metodológica desta pesquisa, cada termo-chave ficou dentro de uma única categoria, mas fora dessa categorização, a criação de um determinado produto tecnológico não anula a criação de outros produtos dentro do mesmo projeto. Pelo contrário, o que se pode observar é o inverso, por exemplo, se o produto de um projeto é a digitalização de documentos, bem possível que este produto gere um, ou mais produtos, como a criação de um repositório, de um *software*, que precise de um dispositivo de armazenamento de dados como um Cd-rom, disponível em um *web-site*, com instrumentos de pesquisa.

Mas qual é a proporção de cada produto tecnológico? Quais os produtos tecnológicos que os historiadores mais estão elaborando em suas pesquisas?

Tabela 6. Quantidade dos termos-chave de acordo com as categorias criadas.

Categoria	Quantificação de citações	
	#	%
Repositórios digitais	50	41,7
Digitalização	18	15,0
<i>Web-sites</i> e Portais	16	13,3
Dispositivos de armazenamento de dados	14	11,7
Instrumentos de pesquisa e consulta	6	5,0
Sistema de informação	5	4,1
Documentos em formato digital	5	4,1
<i>Softwares</i>	2	1,7
Periódicos eletrônicos	2	1,7

Ensino	2	1,7
Total	120	100

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

Observando os termos-chave e seu enquadramento nas categorias criadas (Quadro 8), quatro de cada dez produtos construídos nos projetos de pesquisa por historiadores são repositórios digitais, como por exemplo, no projeto da pesquisadora 1C da UFF, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus, em que sua pesquisa, *O Espelho da Nação: Fotografia e Cultura Política na Imprensa Ilustrada Brasileira (1930-1960)*, realizada entre 1998 e 2000, tinha como objetivo

...mapear o mercado editorial de publicações ilustradas no Brasil, entre 1930-1960, para avaliar o perfil das publicações e sua relação com a cultura política vigente [como resultado deste trabalho histórico o projeto] construiu um **banco de dados** que está disponibilizado na página do LABHOI. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Em outro projeto, da pesquisadora Leila Mezan Algrati (UNICAMP, nível 1D do CNPq), cuja pesquisa, *O consumo de bebidas estimulantes e seus rituais: aguardentes, licores e chocolate (um estudo de história da alimentação na América portuguesa) séculos XVI-XIX, realizada entre 2006 e 2008*, “visa dar continuidade a uma pesquisa mais ampla sobre a Alimentação e as práticas culinárias na América Portuguesa (séculos XVI-XIX)”. Sendo descrito dois objetivos:

...o objetivo fundamental é compreender a influência desses bens de consumo na vida cotidiana dos colonos, bem como as relações que estabeleceram com esses. [e] a constituição de um **banco de imagens** relativas à alimentação no Brasil colonial, o qual deve contemplar: os produtos, as formas de consumo e os artefatos de mesa e cozinha. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Por fim, o caso da pesquisadora Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ, nível 1D do CNPq), em sua pesquisa em andamento desde 2004, *História Oral do Partido dos Trabalhadores*, onde, entre alguns objetivo, destaca-se a geração de “um **banco de depoimentos** orais de 25 militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) que tiveram papel destacado na sua criação ou nos primeiros anos de sua implantação”

Em seguida, aparece a categoria “digitalização de documentos” com 18 casos (14% das referências).

Douglas Cole Libby (UFMG, nível 1D do CNPq), no projeto *Resgate dos acervos históricos das câmaras municipais de Tiradentes, Sabará e Caeté*, realizado entre 2001 e 2003, que tinha como objetivo a “organização, descrição, microfilmagem e **digitalização** dos acervos setecentistas e oitocentistas dos antigos Senados da Câmara dos respectivos municípios”.

A pesquisadora já mencionada anteriormente, Mariza de Carvalho Soares (UFF, nível 1D do CNPq), que realizou dois projetos. O mais recente realizado entre 2007 e 2008, intitulado *Acervo Digital Angola Brasil*, “**projeto de digitalização**” que foi

...financiado pelo edital Pro-África [...] para constituição de coleção digital de documentos para a pesquisa da história de Angola. Envolve o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Histórico de Angola (AHA) [resultando na] constituição de uma coleção digital de cerca de 50 imagens (páginas de documentos) que estarão disponíveis para consulta no IHGB e no AHA. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

E o projeto, realizado entre 2003 e 2006, *Escravidão Africana nos Arquivos Eclesiásticos*, que tinha como objetivo “identificar e **digitalizar** documentação relativa à escravidão nos arquivos eclesiais existentes nas dioceses e paróquias da Igreja Católica e constituir uma coleção de CDs”.

E por fim a pesquisadora Rosângela Patriota Ramos (UFU, nível 1D do CNPq), que, entre 2001 e 2003, idealizou o projeto *O Brasil da Resistência Democrática: o espaço cênico, político e intelectual de Fernando Peixoto (1970-1981)*, e que, mesmo com poucas informações, deixa entender que tinha como objetivo “recolher, organizar e **digitalizar** a documentação relativa ao Projeto”.

A construção de *web-sites* e portais equivalem a 13%, todavia se aceitar que todo site é um sistema de informação, o número sobe para 17% , como por exemplo:

A pesquisadora Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro (UFF, nível 1A), com três projetos que fazem referência à produção de algum tipo de sistema de informação como site e portal, sendo o primeiro realizado entre 2007 e 2008, intitulado *Os Usos do Passado. Memória, Identidade e Tempo Presente*. Trata-se de um projeto articulado “em torno de dois Laboratórios/Núcleos de Pesquisa: o Laboratório de História Oral e Imagem/LABHOI e o Núcleo de Estudos Contemporâneos/NEC [...] gerando uma série de resultados [...] que permitiu a criação e gerenciamento dos **sites** dos núcleos, disponibilizando e socializando na *web* os resultados do trabalho integrado”. Os outros dois projetos, ambos iniciados em 2010, parecendo tratar-se, na realidade, de um único projeto, intitulado *Identidades do Rio de*

Janeiro: desafios de um patrimônio compartilhado, que recebeu financiamentos de editais diferentes, é um projeto voltado ao “Estudo de temas relevantes e estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro”, cuja proposta seria,

... empreender um amplo estudo sobre a constituição identitária do estado do Rio de Janeiro a partir de uma abordagem multidisciplinar voltada para intervenções no campo da produção e divulgação de conhecimento, da educação patrimonial e da formação de recursos humanos, em termos do ensino e da pesquisa [...] Propõe-se a refletir sobre a memória social e cultural do estado do Rio de Janeiro, considerando sua pluralidade, tomando a circulação e as trocas culturais, nas diferentes cidades e regiões, como questões-chave para pensar em novas bases a identidade estadual e para propor intervenções na área de preservação e educação patrimonial a partir da criação do **Memorial Virtual** do Rio de Janeiro. Neste **portal** disponibilizaremos instrumentos e acervos de pesquisa, informações e atividades para um público amplo que abrange pesquisadores, professores, educadores, alunos, agentes culturais e lideranças comunitárias. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Outra pesquisadora é Rachel Soihet (UFF, nível 1B), que, entre 2005 e 2006, participou do projeto *Cultura & Política: pesquisa e ensino de história*, que buscava

... ao mesmo tempo [...] tangenciar o conceito de Cultura Histórica [também adotara] procedimentos que integram atividades de ensino e pesquisa e, ao mesmo tempo, consubstanciam um trabalho coletivo de propagação de conhecimentos, com efeito multiplicador. [...] Tais conhecimentos são incorporados aos conteúdos disciplinares da graduação e da pós-graduação em História da UFF e difundidos para a comunidade universitária e para os profissionais da educação básica, através de seminários, cursos, publicação de livro e construção de **homepage**. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Da pesquisadora Lucilene Reginaldo (UEFS, nível 2 do CNPq), vem o projeto *Instalação da Biblioteca de Estudos Étnicos e Africanos e do Museu Digital da Memória Afro-brasileira*, realizado entre 2007 e 2010, cujo objetivo geral “é produzir conhecimento em nível de pós-graduação garantindo uma infraestrutura adequada para os estudos étnicos e africanos”.

Por fim, a pesquisadora Olival Freire Junior (UFBA, Nível 1ª do CNPq), voltada à história da ciência, mais especificamente a ciência quântica, o projeto, realizado entre 2008 e 2010, intitulado *Quântica o quê?!?!: O Universo quântico para novos exploradores*, tinha como objetivo “desenvolver uma abordagem lúdica” acerca da ciência quântica, focou na “realização de um cd-rom interativo e de uma **página** na internet de introdução aos aspectos fundamentais da mecânica quântica”.

Os dispositivos de armazenamento de dados representam 5% (6 casos), como por exemplo:

A pesquisadora Joana Maria Pedro (UFSC, nível 1B), que, entre 2006 e 2008, em seu projeto *Os feminismos e os movimentos sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1960-1980)*, além de “realizar um estudo comparativo de como os feminismos, nos vários países do Cone Sul, estabeleceram-se em relação aos diversos movimentos sociais que aconteceram, principalmente como resistências às ditaduras, no período de 1964 a 1989”. Também propôs “recuperar, organizar e disponibilizar as fontes coletadas, em forma de **CD**, para pesquisadoras/es interessadas na história dos diversos feminismos”.

Robert Wayne Andren Slenes (UNICAMP, nível 1A), que, entre 2006 e 2008, idealizou o projeto *Memória do Jongo: As Gravações Históricas de Stanley Stein*, teve como objetivo recuperar parte do acervo do historiador norte-americano Stanley J. Stein que, em 1948, passou pelo Brasil realizando algumas gravações de registros de gêneros musicais tradicionais, especialmente jongos.

Trata-se de um raríssimo exemplo de documentação sonora feita junto a escravos brasileiros e um documento único e insubstituível para a memória brasileira, especialmente para as comunidades afrodescendentes do Vale do Paraíba. Este projeto propõe a edição dessas gravações históricas em um **CD**, que será encartado em um livro contendo a transcrição integral das gravações. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Martha Campos Abreu (UFF, nível 1B), desde 2005, coordena, em parceria com Hebe Mattos, o projeto *Jongos, calangos e folias: memória e música negra em comunidades rurais do Estado do Rio de Janeiro*, que tem como “principal objetivo [...] construir uma reflexão sobre a História das expressões musicais negras do Estado do Rio de Janeiro (os jongs, calangos e folias), conceituadas hoje como patrimônios imateriais, e das comunidades que as protagonizam até hoje”, que teve como um dos resultados a idealização do “**DVD Jongos, Calangos e Folias: música negra, memória e poesia**”, e o acervo de entrevistas, também em **DVD**, disponibilizado em arquivo público (no LABHOI-UFF, www.historia.uff.br/jongos), com catálogo acessível na *Web*”.

Junto à categoria “Instrumentos de pesquisa e consulta” foram encontrados seis casos, por exemplo:

a) Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ, 1B), trabalha desde 2010 no *Projeto de Informatização do Catálogo da Biblioteca Joaquim de Carvalho*, que, como o próprio nome diz, busca criar um catálogo informatizado da dita biblioteca.

b) A pesquisadora Angelo Alves Carrara (UFSJ, nível 2) que realizou, entre 2006 e 2009, o projeto *Arquivo Histórico de Ponte Nova: organização, preservação e disponibilização do acervo documental (1863-1945)*, cujo um dos objetivos foi a “elaboração do **instrumento informatizado** de pesquisa que facilite o acesso ao acervo e disponibilização do acervo documental para a consulta pública”.

c) A pesquisadora Cecília da Silva Azevedo (UFF, nível 2), iniciou em 2011 o projeto *Cultura histórica e usos do passado: política, patrimônio e ensino da história*, que enumera uma série de “metas a serem alcançadas”, inclusive “produzir e disponibilizar fontes orais e visuais para consulta, com **catálogo** acessível *on-line*”.

Na categoria “documentos em formato digital”, ocorreram também cinco casos. Novamente o pesquisador Douglas Cole Libby, em seu projeto *Resgate dos acervos históricos das câmaras municipais de Tiradentes, Sabará e Caeté*, cujo resultado final foi “a unificação de todos os **documentos em meio eletrônico**” possibilitando assim “a organização e acessamento de acervos municipais para o Estado de Minas Gerais”.

O pesquisador Francisco César Alves Ferraz, que em sua pesquisa, *Banco de Dados de Experiências Didáticas do Ensino de História*, realizada entre 2003 e 2007,

...visa tornar acessível, para professores do ensino fundamental e médio, um acervo de experiências didáticas no ensino de História, coletado através de levantamento em bibliografia especializada e em entrevistas com professores de Londrina e região [sendo objetivos específicos] a) constituir de um banco de dados de experiências didáticas [e] b) produzir material de apoio didático, baseado no banco de dados, em meio impresso e **hipertexto**”. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

A pesquisadora Mônica Pimenta Velloso, com o projeto intitulado *Projeto Multimídia A Era Vargas - 1º tempo: Dos anos 20 a 1945*, realizado em 1996, que fazia parte do projeto de Multimídia idealizado pelo CPDOC da FGV.

As três últimas categorias, “*Software*”, “periódicos eletrônicos” e “ensino”, tiveram dois casos cada, abaixo representados respectivamente:

Ana Maria Koch (UFPI, 2), que idealizou dois projetos envolvendo o uso de software na História. Entre 2009 e 2010, idealizou o projeto *História em jogos: Brasil Colônia*, cujo objetivo era o de elaborar “**jogos educacionais interativos** ou exercícios que

funcionem em interface digital e que possam ser aplicados como parte de atividades didáticas em sala de aula ou por estudantes em computadores pessoais”. E desde 2010, participa do *LaTeX para templates acadêmicos*, onde, através do grupo de pesquisa “Rede com Literatura e História” (RELIH) e do “Laboratório de História em interface digital” (RELIH), busca “a elaboração de material de História, Literatura e Sistemas de informação para edição na rede mundial de computadores”. A proposta do projeto envolvendo a Tecnológica LaTeX para *templates* acadêmicos pretende criar um “*software* que possa ser utilizado para a edição dos trabalhos realizados pelos Estudantes apresentando um padrão definido”

A pesquisadora Kátia Rodrigues Paranhos (UFU, nível 2), que em seu projeto *A História na sala de aula a partir dos documentos visuais*, realizado entre 2006 e 2008, teve como objetivo “concretizar em formato de **publicação** impressa e/ou **digital**” o material desenvolvido “entre os anos de 2004, 2005 e início de 2006, como projeto PIBEG intitulada: História e imagem: textos visuais e práticas de leitura [...] um conjunto de 163 títulos bibliográficos abordados e 590 imagens capturadas”.

A pesquisadora Anita Waingort Novinsky (USP, 1A), que, desde 2005, coordena o projeto *(In)Tolerância*, que, fazendo parte do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, da Universidade de São Paulo, busca “em processo permanente de trabalho em rede” realizar uma série de ações como forma de construção de,

...espaço mais significativo de atuação dos pesquisadores do grupo, composto por Salas de Trabalho, Observatório sobre a Intolerância, Agência de Notícias, teleconferências, **cursos on-line** e alguns encontros presenciais, constituídos por simpósios, seminários, congressos nacionais e internacionais. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

Tal envolvimento do fazer e da produção histórica com a cultura digital, pelo menos através dos trabalhos bibliográficos que foram analisados para a elaboração do estado da questão no Brasil, podem ser observados desde fins da década de 1970, como por exemplo, o texto de Cardoso e Brignoli. Todavia, é no início da década de 1990 que se observa uma intensificação desse debate, fato observado tanto pelo aumento de produção bibliográfica, quando pela própria consolidação (naquele momento) do debate, com a criação da Associação Brasileira de História e Computação. Mas qual será o panorama se for observado os projetos de pesquisas? Supondo que todo debate e reflexões acerca de algum

tema só sejam iniciados em decorrência da existência de uma demanda, neste caso, será que se consegue observar nos projetos de pesquisa, tal demanda?²²

Tabela 7 _ Concentração por ano de início dos projetos com termos-chave por tipo de ação e pesquisadores de produtividade 1 e 2.

Ano	Fontes utilizadas		Produtos gerados		Outros*	
	PP1	PP2	PP1	PP2	PP1	PP2
1990			2			
1991						
1992						
1993				1		
1994				2		
1995						
1996			1	2		
1997			2	2		
1998			3	3	1	1
1999			1	4		
2000				1		
2001			2	3		
2002				3		
2003			1	6	1	3
2004	2	1	2	13		2
2005	1	3	4	6		1
2006			3	8		1
2007	2	2	4	13		
2008	3	3	1	7	1	2
2009	2	4		9		
2010	1	1	3	7	1	3
2011	1			1		
Total	12	14	29	91	4	13

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

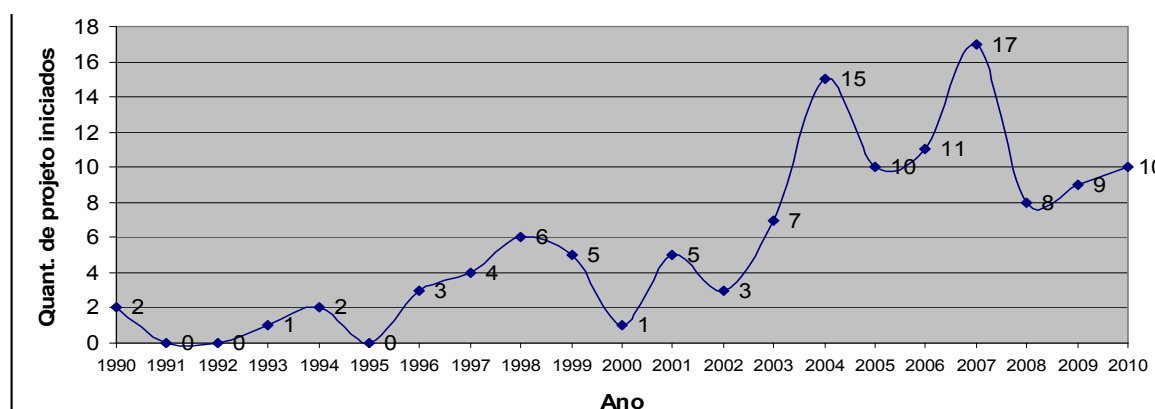
*Faz referência a alguma forma de digitalidade, mas sem estar ligada à ação de uso como fonte ou algum produto gerado na ação da pesquisa.

Baseado na análise dos projetos de pesquisa é possível dizer que desde o início da década de 1990 já havia casos de termos-chave em projetos de pesquisa, indicando a aproximação do fazer histórico à cultura digital. Outra constatação é que esse contato da cultura digital com os historiadores vem crescendo.

²² Entende-se a ideia de demanda como sendo resultado do processo de geração de dúvidas e questionamentos, que por sua vez só aparecem com a ação do historiador, neste caso, com a prática da pesquisa.

Observando o Gráfico 4, que analisa apenas os casos categorizados como “produtos gerados”, é nítido o crescimento do número de projetos de pesquisas com produtos tecnológicos gerados. Observa-se que, se em toda a década de 1990, foram 23 projetos, nos seis anos seguintes (2000 a 2005) cresceu para 41 produtos e, nos últimos cinco anos (2006 a 2010), chegou a 55 projetos. Um aumento de 140% em 20 anos.

Gráfico 4 – Projetos com termos-chave indicando a criação de produtos digitalizados.



Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

Os dois primeiros projetos de pesquisa datados da década de 1990, de acordo com a Tabela 7, que fazem referência a algum produto tecnológico gerado, pertencem ao mesmo pesquisador, Roberto de Andrade Martins (UNICAMP, nível 1B). O primeiro projeto, *Ciência e técnica em Portugal e Brasil, do Renascimento até 1900*, tinha como objetivo realizar “o levantamento de fontes documentais, impressas ou manuscritas, relativas ao desenvolvimento científico e técnico do Brasil, de Portugal e de suas colônias com a criação de um conjunto de **bancos de dados** sobre o assunto”. Já o segundo projeto, *Projeto Lusodat*, também iniciado em 1990,

...é um “subprojeto da linha de pesquisa Ciência e técnica em Portugal e Brasil, do Renascimento até 1900” cujo objetivo seria “a criação de um conjunto de **bases de dados** referentes à ciência, medicina e técnica em Portugal e Brasil, do Renascimento até 1900 [...] As **bases de dados** contêm informações sobre livros, mapas, manuscritos, artigos, periódicos, informações biográficas e outras, totalizando mais de 80.000 registros. (PLATAFORMA LATTES, 2011.)

É interessante observar que esse pesquisador já vinha pesquisando a história da ciência desde 1983, com o projeto *História conceitual da ciência internacional: estudo de*

casos, mas é apenas em 1990 que se observa, na descrição dos seus projetos, a sua aproximação a alguma forma de tecnologia (bases de dados). O interessante é que já neste período ele demonstra ter em mente duas possibilidades de uso para as bases de dados: a primeira envolvendo o seu uso como fontes de análise na “realização de estudos bibliométricos e estatísticos referentes à produção científica e técnica luso-brasileira”, e a segunda, que envolve a ideia de divulgação da informação através da disponibilização “dessas **bases de dados na Internet**”.

No caso da categoria “Fontes utilizadas”, não foi encontrado nenhum caso em toda década de 1990, todavia, nos últimos 10 anos (2001-2010), ocorreram 25 citações. Ainda assim, cabe ressaltar que, no caso desse campo, ocorre o fato de que a própria informação acaba não sendo confiável, já que dizer se a fonte usada é ou não advinda de um suporte digital, muitas vezes, não é um fator relevante para o pesquisador a ponto de tal informação ser descrita.

Porém, e mesmo que tal informação não seja plenamente confiável, junto dos outros dados já descritos até aqui, pelo menos contribui ao apontar para uma mudança de comportamento e mentalidade, embasando a argumentação de que está havendo um aumento constante acerca da relação da cultura digital com o fazer histórico.

Materializa-se então, nesses dados, aquilo que já se vinha observando, ou pelo menos supondo: que há de fato um aumento do uso e apropriação pelos historiadores das tecnologias digitais. Entretanto, esse crescimento ainda deve ser visto como acanhado diante do próprio tamanho da área. Outro fator relevante nesse ponto é observar se há alguma forma de concentração desses projetos.

Tabela 8. Pesquisadores e Projetos de pesquisas que fazem referência a criação de produtos tecnológicos divididos por PP1 e PP2.

Pesquisador de produtividade	Pesquisador		Projeto de pesquisa	
	#	%	#	%
1	18	24,6	29	24,2
2	55	73,4	91	75,8
Total	73	100	120	100

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

Tabela 9. Concentração de projetos de pesquisa com pelo menos 1 produto tecnológico por pesquisadores de produtividade 1 e 2.

Quant. de projetos por pesquisador	Total de pesquisadores		Total de projetos	
	#	%	#	%
1	44	60,3	44	36,7
2	18	24,7	36	30,0
3	7	9,7	21	17,5
4	2	2,7	8	6,7
5	1	1,3	5	4,1
6	1	1,3	6	5,0
Total	73	100	120	100

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

Como pode ser observado na Tabela 8, dentre os 73 pesquisadores de produtividade 1 e 2, foram encontrados 120 projetos de pesquisa, havendo, direta ou indiretamente, o objetivo de elaboração de um produto tecnológico. Já na Tabela 9, pode-se observar a concentração de tais projetos, pois 63% (76) de todos os 120 projetos pertencem a 40% (29) dos 73 pesquisadores, ficando os restantes dos 40 % dos projetos aos quase 60% dos pesquisadores.

Há outro tipo de concentração que esses números não mostram, mas que deve ser destacado. Trata-se do fato de haver alguns projetos envolvendo ações coletivas de pesquisa, envolvendo diferentes pesquisas, mas com algum envolvimento comum, ou envolvendo até mesmo uma mesma pesquisa com vários pesquisadores envolvidos.

Quadro 9 - Centros, grupos, laboratórios e outras formas coletivas de pesquisa, citadas nos projetos de pesquisa dos pesquisadores.

Nome	Pesquisadores envolvido **
1. Centro de documentação e Apoio à pesquisa (CEDAP)	1
2. Centro de Estudos Oitocentistas (CEO)	2
3. Centro de pesquisa em História social da cultura (CECULT)	1
4. Grupo de Pesquisa de Programa de Estudos Medievais	1
5. Grupo de Pesquisa Hagiografia e História: um estudo comparativo sobre a santidade	1
6. Grupo PET-História	1
7. Instituto de Estudos de Gênero	1
8. Instituto Multidisciplinar	1

9. Laboratório da Brasileira Digital	1
10. Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)	2
11. Laboratório de Ensino de História	1
12. Laboratório de Estudos Sobre Intolerância [ligado ao núcleo pela tolerância]	1
13. Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA)	2
14. Laboratório de História em Interface Digital (LHID)	1
15. Laboratório de História Oral (LABHOI):	4
16. Núcleo de Cultura e Política: pesquisa e ensino de história	1
17. Núcleo de Cultura Histórica e Usos do Passado: política, patrimônio e ensino da História	2
18. Núcleo de Documentação, História e Memória (NUMEM)	1
19. Núcleo de Estudo de Ciência & Tecnologia e Sociedade (NECSO)	1
20. Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC)	2
21. Núcleo de Pesquisa em Hipermídia (NUPH)	1
22. Núcleo de pesquisa Multidisciplinar (NUPEM)	1
23. Núcleo pela tolerância	1
24. Projeto da Fundação do Estado e da Nação Brasileira, 1780 a 1850 [participam outros 10 pesquisadores de diversas instituições]	1
25. Projeto Identidade do Rio de Janeiro: desafios de um patrimônio compartilhado [vários pesquisadores de varias instituições]	1
26. Rede Brasileira de Relações Internacionais (RelNet)	1
27. Rede História e Patrimônio Cultural da Saúde	1
28. Rede com Literatura e História (RELIH) [ligado ao LHID]	1

Fonte: O autor, a partir da Plataforma Lattes. Disponível <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acessado em fevereiro de 2011.

* Ficaram de fora os centros, arquivos e outras instituições identificadas como de documentação e memória;

** Apenas os pesquisadores com projetos de pesquisas selecionados com termos-chave (89).

Após um breve levantamento através das citações em projetos de pesquisas, foram encontrados 29 casos de ações coletivas (Quadro 9). Como por exemplo:

O Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT), que foi

...criado e começou suas atividades em agosto de 1995. Fruto de trabalhos desenvolvidos na graduação e na pós-graduação por um grupo de docentes do departamento de história da UNICAMP, tem como objetivo estimular e sustentar uma reflexão sobre as práticas e tradições das classes populares, a partir dos embates envolvidos nas relações culturais entre grupos diversos ao longo da história do Brasil. (DIRETÓRIOS DE GRUPOS DE PESQUISA, CNPQ,2011)

O grupo de Pesquisa Hagiográfica e História: um estudo comparativo sobre a santidade, que

... é um dos esforços que visa a organização de um núcleo de estudos sobre a hagiografia ocidental mediterrânica na Idade Média Central, no âmbito do Programa de Estudos Medievais e do Programa de Pós-graduação em História

Comparada da UFRJ, com o envolvimento de pesquisadores em diversos níveis de formação e diferentes instituições. (DIRETÓRIOS DE GRUPOS DE PESQUISA, CNPQ,2011)

O Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, criado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e que

...reuni pesquisadores interessados nos estudos sobre as intolerâncias religiosas, políticas e culturais, com vistas à estimulação de práticas de convivências interculturais que desenvolvam a solidariedade para uma cultura da paz. (DIRETÓRIOS DE GRUPOS DE PESQUISA, CNPQ,2011)

O Núcleo de Documentação, História e Memória,

Fundado quando da criação do curso de graduação em História da UNIRIO, em 2000, o NUMEM é um espaço de reflexão sobre a história, a memória e o documento e de desenvolvimento de atividades presentes no dia-a-dia do historiador. Seu objetivo é possibilitar o exercício da prática de organização de *corpus* de fontes e de reflexão sobre o documento, levando em conta as muitas questões teóricas que o tema levanta. (DIRETÓRIOS DE GRUPOS DE PESQUISA, CNPQ,2011)

Podem ser observadas também outras duas informações relevantes. A primeira é acerca da concentração de pesquisadores em um único projeto coletivo. São quatro pesquisadores que possuíam projetos de pesquisa envolvendo a produção de alguma tecnologia digital e que citavam o Laboratório de História Oral (LABHOI) como ambiente comum. Trata-se de um laboratório criado em 1982, que

...compõe o programa de atividades acadêmicas do Departamento de História da UFF, integrando ensino, pesquisa e extensão universitária. [...] Enquanto grupo de pesquisa, tem por objeto de estudo as relações entre História e Memória e se organiza em torno de quatro linhas de pesquisa: Memória e Escravidão; Memória e Cidade; Memória e Política; Memória e Mídia. (DIRETÓRIOS DE GRUPOS DE PESQUISA, CNPQ,2011)

A outra informação de relevo é referente à existência de três dessas ações coletivas de pesquisa com termos-chave envolvendo a tecnologia digital como foco principal de ação, sendo eles:

O laboratório da Brasileira Digital, citado pesquisador Pedro Luis Puntoni (USP, nível 2) em seu projeto *Acervo Histórico das Revistas Culturais Brasileiras*. Tal laboratório teve início em 2009, sendo um projeto

...desenvolvido pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin em parceria com a o KNOMA - Laboratório de Engenharia de Conhecimento do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Além disso, contamos com o apoio de outras unidades da USP, outras instituições, grupos de pesquisa e pesquisadores. (DIRETÓRIOS DE GRUPOS DE PESQUISA, CNPQ,2011)

O Laboratório de História em Interface Digital (LHID), que faz parte do Grupo de Pesquisa Rede com Literatura e História (RELIH), que foi citado pela pesquisadora Ana Maria Koch (UFPI, nível 2 do CNPq), junto a dois projetos de pesquisas: o *LaTeX para templates acadêmicos* e o projeto *História em jogos: Brasil Colônia* (já mencionado anteriormente). De acordo com informações da base de dados do CNPq, esse Grupo de Pesquisa tem como objetivos a

...elaboração de jogos educacionais interativos que funcionem em interface digital e que possam ser aplicados como parte de atividades didáticas em sala de aula ou por estudantes em computadores pessoais, paralelamente a outros exercícios que facilitem o entendimento do conteúdo da Disciplina História ministrada no ensino fundamental e no ensino médio, respeitados os níveis de aprendizado. (DIRETÓRIOS DE GRUPOS DE PESQUISA, CNPQ,2011)

O mesmo Grupo de pesquisa possui cinco pesquisadores de diferentes universidades e seis linhas de pesquisa:

- Editora para e-livros em templates do Latex: e-Publicação acadêmica;
- História com novas tecnologias: animação gráfica;
- História em interface digital;
- História em jogos: Brasil Colônia;
- Publicação eletrônica de e-livros;
- Template acadêmico para TCC em Latex: capacitação de estudantes.

Como podem ser observadas, todas as linhas de pesquisa envolvem o uso e apropriações de tecnologias em formato digital na produção de conhecimento científico dentro da ciência histórica.

Por fim, o Núcleo de Pesquisa em Hipermídia (NuPH), que foi citado pela pesquisadora Anita Waingort Novinsky (USP, nível 1A) no projeto (In)Tolerância. Trata-se de uma “Unidade de Investigação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC SP, formado em 2001 e certificado pelo CNPq, que faz pesquisa na área das Ciências Sociais Aplicadas e da Comunicação”. O envolvimento desse grupo com o projeto de pesquisa ajudou na organização do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância e do Portal Rumo à Tolerância, ambos ligados à USP e à pesquisadora Anita Novinsky.

Todos esses exemplos de grupos, núcleos e laboratórios contribuem no entendimento de que a concentração de pesquisadores em torno desse tipo de ação coletiva acaba contribuindo, como mecanismo de proliferação dos usos e apropriações da cultura digital ao fazer histórico. Trata-se da materialização dentro do fazer histórico da concepção de rede na produção do conhecimento científico.

Para além dessa concentração, que pode ser analisada tanto como positiva quanto como negativa, cria uma esperança, pois mesmo sendo poucos os pesquisadores que buscam se debruçar nesse caminho ainda pouco discutido pela historiografia, pelo menos se observa que há um interesse. Mesmo que esse movimento ainda não tenha força para criar seus próprios espaços de debates.

No capítulo três, foram categorizados três grupos, em que as obras bibliográficas, após sua leitura e análise, foram encaixadas de acordo com o objetivo do texto. Os grupos eram: Grupo 1: os trabalhos que fazem uma análise procedimental, de usos das TICs, tanto na produção histórica, quanto na transmissão desta produção; Grupo 2: os trabalhos envolvendo reflexões conceituais e epistemológicas sobre a influência da cultura digital na própria concepção paradigmática de ciência histórica; e Grupo 3: trabalhos que faziam das TICs e da Cultrua Digital seu objeto de pesquisa e análise histórica.

Como resultado, concluiu-se que, das 21 obras analisadas, a grande maioria realizava análise procedimental das próprias experiências desenvolvidas em pesquisas, principalmente os primeiros escritos nas décadas de 1970 e 1980, e que, só mais recentemente, as temáticas dos dois outros grupos, reflexões conceituais e epistemológicas e a cultura digital como objeto historiográfico, passaram a apresentar reflexões mais expressivas.

Busca-se agora, retornando a essas três categorias, mapeá-las dentre os historiadores de hoje. Em outras palavras, identificar de que maneira essas categorias, observadas no debate anterior, expressam-se (ou não) no debate contemporâneo.

Cabe ressaltar que, devido ao próprio foco principal da análise empírica deste capítulo, o mapeamento dos pesquisadores que tiveram em seus projetos a geração de algum produto tecnológico em formato digital, há uma tendência em tese de aproximação dos resultados da análise empírica com a categoria “usos das TICs”, mas observou-se que algumas informações ao longo dessa análise empírica conseguem também fornecer indícios que contribuam para este trabalho comparativo.

Em primeiro lugar, observando a Tabela 5, que buscou categorizar os termos-chave encontrados nos projetos de acordo com a ação a qual ele representa nos projetos, pode

observar a ausência das categorias ligadas a reflexão teórica e conceitual dos usos das TICs, assim como dos que fazem das TICs seu objeto de análise histórica, ficando restrita a duas categorizações: “fontes utilizadas” e “produtos gerados” que possuem ligação direta com a categoria “usos das TICs”, neste caso, envolvendo, tanto, a produção histórica, quanto a transmissão dessa produção.

No Quadro 8, há uma possibilidade de exemplificação da hipótese acima, onde os termos encontrados foram categorizados da seguinte forma: Repositórios digitais, Digitalização, *Web-site* e Portais, Dispositivos de armazenamento de dados, Instrumentos de pesquisa e consulta, Sistema de informação, Documentos digitais, *Softwares*, Periódicos eletrônicos e Ensino. Ou seja, sempre que as TICs eram mencionadas nos projetos, fazia-se referência às categorias citadas, que podem ser ligadas à categoria de “usos”, tanto na produção, quanto na transmissão dessa produção histórica.

Na análise dos currículos Lattes, em nenhum momento ficou explícito o envolvimento com a categoria de reflexões teóricas e epistemológicas ou as TICs como objeto de análise histórica. Todavia, devido à característica das fontes, não se pode afirmar que eles de fato não faziam tais análises. Mas o que se pode supor é que, se estes autores realizavam tais reflexões, estas não estão explicitadas com ênfase no Lattes.

Acerca das reflexões teóricas e epistemológicas, talvez a sua realização ocorresse de forma indireta, ou seja, não com o objetivo principal do pesquisador. Ao observar o Quadro 9, com as relações dos Centros, grupos, laboratórios e outras formas coletivas de pesquisa mencionados nos projetos de pesquisa, pode-se supor que em alguns destes grupos, havia uma discussão teórica e epistemológica, pois suas ações estão diretamente ligadas às tecnologias, como é o exemplo do Laboratório da Brasileira Digital, o Laboratório de História em Interface Digital (LHID), Núcleo de Pesquisa em Hiperídia (NUPH) e a Rede Brasileira de Relações Internacionais (ReINet). Seguindo a mesma linha de suposição, até mesmo em relação às TICs como objeto de análise histórica, pode-se supor que também seja feita, por exemplo, no Núcleo de Estudo de Ciência & Tecnologia e Sociedade (NECSO). Ainda assim, trata-se de hipóteses que precisarão de análises mais profundas para serem confirmadas ou não.

De certo apenas é que, diante dos resultados dessa análise empírica, pode-se concluir que, dos 239 pesquisadores “da elite” científica no Brasil, 109 tiveram termos-chave encontrados em algum campo de seus respectivos currículos, sendo que, 89 tiveram, em seus projetos de pesquisa, termos-chave relacionados com a tecnologia de comunicação e

informação em formato digital. Observando também os termos-chave encontrados no campo de produção bibliográfica, conclui-se que apenas 26 pesquisadores tiveram termos-chave em suas publicações. E que, já dentro desse pequeno universo de 109 selecionados, há uma concentração. Tanto de projetos (37% dos pesquisadores concentram 61,6% dos projetos) e de publicação (38,4% dos pesquisadores concentraram 65,2% das publicações). Por fim, pode-se observar que os que mais possuem termos em projetos de pesquisa não são necessariamente os que mais publicam, ocorrendo, nestes casos, uma divergência, já que, para haver publicação acerca de um determinado tema, teoricamente, este tema teria que estar dentro de um contexto de pesquisa, fato que, diante da metodologia baseada na busca de termos-chave, não foi constatado.

Por outro lado e de alguma forma, tais números, mesmo que baixos, podem demonstrar a existência, mesmo que incipiente, da relação do historiador e o fazer histórico com a cultura digital. Mas como se dariam tais influências? Em quais usos e apropriações estas influências resultam de fato em ações concretas no fazer histórico? Quais seriam esses produtos tecnológicos? E qual a importância de tal apropriação da cultura digital no fazer histórico?

Nos 146 projetos de pesquisa, foram encontrados 26 termos-chave ligados à categoria “Fontes utilizadas” enquanto fonte de pesquisa. A divisão dos 146 projetos de pesquisa nas três categorias, “Fontes utilizadas”, “Produto gerado” e “Outros”, demonstrou que 120 (75%) dos termos são referentes à ação de apropriação da cultura digital pelo historiador no que diz respeito à elaboração de algum produto tecnológico em meio digital. Sendo repositórios digitais os produtos mais criados em projetos de pesquisas, seguida pela “digitalização de documentos”, e os *Web-sites*.

Assim sendo, através da análise dos projetos de pesquisas, é possível dizer que desde o início da década de 1990 já havia indicativo da aproximação do fazer histórico com a cultura digital. Outra constatação é que tal contato da cultura digital com os historiadores vem crescendo, principalmente, os “produtos gerados”. Observa-se que se, em toda a década de 1990, foram 23 projetos, nos seis anos seguintes (2000 a 2005) cresceu para 41 produtos, e nos últimos cinco anos (2006 a 2010), chegou a 55 projetos. Um aumento de 140% em 20 anos. Esses dados contribuem ao apontar para uma mudança de comportamento e mentalidade, embasando a argumentação de que está havendo um aumento constante acerca da relação da cultura digital com o fazer histórico. Entretanto, esse crescimento ainda deve ser visto como acanhado diante do próprio tamanho da área.

Outro fator observado foi a concentração desses projetos, pois 63% (76) de todos os 120 projetos pertencem a 40% (29) dos 73 pesquisadores, ficando os restantes dos 37% dos projetos aos 60% restantes dos pesquisadores. Há outro tipo de concentração, trata-se do fato de haver alguns projetos envolvendo ações coletivas de pesquisa, como por exemplo, grupos, núcleos e laboratórios interinstitucionais que totalizam 29 casos de ações coletivas. Trata-se da materialização dentro do fazer histórico da concepção de rede na produção do conhecimento científico.

Para além dessa concentração, que pode ser analisada tanto como positiva quanto negativa, cria-se uma esperança, pois mesmo sendo poucos os pesquisadores que buscam se debruçar nesse caminho ainda pouco discutido pela historiografia, pelo menos se observa que há um interesse. Mesmo que esse interesse ainda não tenha força para criar seus próprios espaços de debates e ainda seja reduzido.

Por fim, realizando um retorno aos resultados obtidos no estado da questão realizado no capítulo três e se estes se expressam (ou não) no debate contemporâneo. As categorias criadas no capítulo 4 para organizar os termos encontrados, “fontes utilizadas” e “produtos gerados” possuem ligação direta com a categoria “usos das TICs”, neste caso, envolvendo, tanto a produção histórica, quanto a transmissão desta produção. Em nenhum momento, ficou explícito na análise dos currículos Lattes o envolvimento com a categoria de reflexões teóricas e epistemológicas ou as TICs como objeto de análise histórica. Todavia, devido à característica das fontes, não se pode afirmar que de fato não faziam tais análises. Mas, o que se pode supor é que, se esses autores realizavam tais reflexões, não as colocavam de modo explícitos no Lattes. Talvez sua realização ocorresse de forma indireta, ou seja, não como o objetivo principal do pesquisador. Contudo, trata-se de hipóteses que precisarão de análises mais profundas para serem confirmadas ou não.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou reconstruir no universo específico dos historiadores a apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação em formato digital. Como questão central, indaga as possibilidades que a escrita digital traz ao fazer historiográfico a partir da identificação e do mapeamento dos projetos de pesquisas que envolvem a produção e a apropriação de novas tecnologias de informação e comunicação naquele formato. A ideia base centrou-se na proposta de que este trabalho possa oferecer um panorama da presença da cultura digital na área da História, contribuindo, tanto na discussão acerca do assunto e na construção de um conhecimento coletivo desta temática, quanto na apropriação metodológica e epistemológica dessas tecnologias no fazer histórico.

Com o objetivo de identificar as relações socioculturais envolvendo a tecnologia digital no fazer historiográfico, deve-se compreender que a cultura digital afeta dois planos, tanto o domínio fenomênico de construção do objeto histórico, entende-se aí a cultura e a sociedade-objeto da ciência histórica, como também o domínio epistemológico da construção da própria escrita e do conhecimento histórico, sendo neste contexto, mais próximo da concepção de uma mudança na escrita historiográfica, que a Ciência da Informação se faz como aporte teórico e metodológico.

Dois recursos analíticos utilizados na Ciência da Informação serviram de aporte teórico para esta pesquisa. Primeiro foi o conceito de “regime de informação” proposto, entre outros autores, por Maria Nélide González de Gómez, pois possibilita compreender e contextualizar “macrocenários” em uma determinada formação social, referentes à produção informacional, em diferentes âmbitos e estruturas jurídicas em múltiplos interesses, como na política, na ciência e na cultura. O outro recurso foi o de convergência digital apresentada por Sandra Braman, especificamente a convergência tecnológica resultante da tecnologia da informação com a comunicação digital. Pode-se compreender assim a mudança de uma perspectiva analógica para a digital, de uma perspectiva tecnológica para uma perspectiva metatecnológica.

Com a leitura das obras que refletiram acerca dessa temática, foi possível estabelecer um estado da questão, identificando naquelas primeiras obras as principais temáticas discutidas, objetivos, expectativas e mudanças dos discursos ao longo do tempo. O início da leitura deu-se por duas obras entendidas como fundamentais ao tema, o texto de *O sonho de*

Comenius: o uso de micro-computadores na pesquisa de História Social (NEVES, 1990) e o texto *História e Informática: o uso do computador* (FIGUEIREDO, 1997).

Com auxílio da internet e decorrente da leitura dos dois textos iniciais, ocorreram as buscas dos trabalhos por eles referenciadas, e assim sucessivamente. Nesse primeiro momento de leitura e busca, foram encontradas 40 referências bibliográficas, dos quais, 21 tiveram seus textos encontrados para leitura, entre artigos de revistas acadêmicas, capítulos de livros, teses e comunicações de eventos. O corte cronológico desses trabalhos varia entre fins da década de 1970 até 2011, havendo uma concentração de 72% dessa produção nos últimos 10 anos (2011-2001).

Com a leitura dos trabalhos, observou-se que poderiam ser divididos em três grandes grupos: os que fazem uma análise procedimental dos usos das TICs, tanto na produção histórica, quanto na transmissão dessa produção; os trabalhos envolvendo reflexões conceituais e epistemológicas sobre a influência da cultura digital na própria concepção paradigmática de ciência histórica; e os que fazem da cultura digital seu objeto de pesquisa.

A grande maioria, principalmente os primeiros escritos, pode ser incluída no primeiro grupo, de análises procedimentais dos usos das TICs, ocorrendo muitas narrativas das próprias experiências dos autores no uso de algum recurso tecnológico no fazer histórico. Só mais recentemente é que as duas outras temáticas passaram a apresentar reflexões, mesmo que ainda de forma incipiente. Cabe ressaltar o papel deste trabalho dissertativo, que, ao estudar essa temática, busca contribuir às reflexões conceituais e epistemológicas envolvendo a cultura digital no fazer histórico.

Observou-se também a criação e consolidação de espaços institucionais e políticos de reflexões e debates dentro da História, principalmente as associações nacionais e internacionais de História & Computação. Chamou atenção o caso do Brasil, que iniciou um período de consolidação desse debate, com a criação em 1991 da Associação Brasileira de História e Computação e a realizações de congressos anuais, passando pelo declínio, com o fim desta mesma associação e de seus encontros, e uma tentativa de retorno, com a criação de espaços, como o Simpósio Temático proposto no Encontro da ANPUH de 2011.

Esses processos e períodos observáveis através de tais textos, organizações e eventos, que também possibilitam contextualizar e, de certo ponto, explicar os diferentes termos usados para representar tais temáticas. Começando com “História e computação”, passando por “História e Informática”, “historiografia digital”, “ciber-história” e, o termo que é usado neste trabalho, de “cultura digital”, que tenta sintetizar não apenas uma ou outra

forma de uso das tecnologias digitais, mas agregar de forma geral e ampla, a noção de apropriação cultural nos mais diferentes momentos do fazer historiográfico.

Por fim, através da análise empírica das fontes em seu universo de pesquisadores selecionados, respectivamente, os currículos Lattes dos pesquisadores de produtividade em História do CNPq, pode-se mapear os usos das TICs digitais nas pesquisas desses historiadores, logrando assim identificar exemplos atuais de apropriação da cultura digital no ofício do historiador brasileiro .

Dos 239 pesquisadores “da elite” científica no Brasil, 109 tiveram termos-chave encontrados em algum campo de seus respectivos currículos, e, destes, apenas 89 tiveram em seus projetos de pesquisa termos-chave relacionados com a tecnologia de comunicação e informação em formato digital. Principalmente, os “produtos gerados”, onde em toda a década de 1990 foram 23 projetos, passando para 41 entre 2000 a 2005 e chegando a 55 só entre 2006 e 2010.

Tais dados confirmam, não apenas, haver uma relação do historiador e o fazer histórico com a cultura digital, mas indo além, pois aponta para uma mudança de comportamento e mentalidade por parte deste historiador atual. Entretanto, esse crescimento ainda deve ser visto como acanhado diante do próprio tamanho da área.

Um questionamento que surge é acerca da importância dos núcleos de pesquisas interinstitucionais, devido ao fato de ser observada uma concentração, onde 29 pesquisas que fazem referência à aproximação com ações coletivas, como grupos, núcleos e laboratórios interinstitucionais, podendo até ser um exemplo da materialização e institucionalização desse debate dentro do fazer histórico da concepção de rede na produção do conhecimento científico.

Retornando aos dados observados com a construção do estado da questão através dos trabalhos bibliográficos, pode-se observar que as categorias criadas no capítulo 3 para organizar os termos encontrados, “fontes utilizadas” e “produtos gerados” possuem ligação direta com a categoria “usos das TICs” (capítulo 2), neste caso, envolvendo, tanto a produção histórica, quanto a transmissão desta produção. Ainda assim, não se pode afirmar que eles de fato não faziam tais análises, devido à característica das fontes, podendo supor que tais reflexões ocorrem-se de forma indireta, ou seja, não como objetivo principal do pesquisador.

Mesmo não ficando explícito na análise dos currículos Lattes o envolvimento com a categoria de reflexões teóricas e epistemológicas ou as TICs como objeto de análise

histórica, os resultados observados desde os primeiros trabalhos de reflexão na década de 1970 se expressam (pelo menos em parte) no debate contemporâneo.

Acredita-se que será interessante para um futuro próximo o desenvolvimento de estudos que contemplem análises com o intuito de aprofundar nestas questões mais teóricas e epistemológicas acerca da influência da cultura digital no fazer historiográfico. Como já fora falado anteriormente de forma introdutória, torna-se importante aprofundar questões como: Qual a influência da cultura digital na relação da história com a memória? Como fica a idéia de uma nova concepção da história total (universal ou global), assim como a própria mudança de concepção de tempo e espaço para a História?

Dentro dessa perspectiva, um importante exemplo de reflexão é observar qual a influência da cultura digital na própria concepção de informação histórica em formato digital, sua veracidade e confiabilidade, assim como os critérios que os pesquisadores utilizam para julgar e validar tais informações em formato digital.

Há também a possibilidades de dar continuidade em uma outra linha de reflexão. Sobre os espaços socioculturais constituídos (ou não) e já observados neste trabalho, como as associações de história e computação, tentando observar seu duplo papel, tanto de espaço de debate e suas tendências ao longo da história, quanto de um espaço resultante destes debates, neste caso, entendendo tal espaço como apropriado por um conjunto de atores, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Assim como pensar novos espaços constituídos no debate histórico, sempre relacionando tais possibilidades com as atuais dinâmicas informacionais e comunicacionais, dentro da perspectiva da cultura digital.

O desenvolvimento futuro dessas questões pode ser acompanhado de pesquisas empíricas de cunho comparativo, desses resultados encontrados no mapeamento e na reflexão acerca da cultura digital e do fazer do historiador brasileiro contemporâneo com outros contextos socioculturais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p. 9-16, set./dez. 2004.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Novas condições de circulação e apropriação da informação e do conhecimento: questões no debate contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009, João Pessoa. *Anais*. Disponível em < <http://handle.net123456789/438.pdf>>. Acesso em: abr. 2011.

ALBAGLI, Sarita. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. In: ALBAGLI, Sarita; LASTRES, Helena Maria Martins (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 290-313.

ALBAGLI, Sarita; LASTRES, Helena Maria Martins (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ALBAGLI, Sarita; LASTRES, Helena Maria Martins. Chaves para o terceiro milênio na era do conhecimento. In: ALBAGLI, Sarita; LASTRES, Helena Maria Martins. (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 7-26.

AMERICAN ASSOCIATION FOR HISTORY AND COMPUTING – AAHC. Página de apresentação da instituição. Disponível em: < <http://theaahc.org/>>. Acesso em: fev. 2011.

AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION – AHA. Página da 125th *Annual Meeting*. Boston, 2011. Disponível em: < <http://www.historians.org/annual/2011/index.cfm>>. Acesso em: dez. 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Página da XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH 50 anos. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: < <http://www.snh2011.anpuh.org/>>. Acesso em: fev. 2011.

ASSOCIATION FOR HISTORY AND COMPUTING – AHC. Página inicial. Disponível em: < <http://odur.let.rug.nl/ahc/confer/index.html>>. Acesso em: fev. 2011.

ASSOCIATION FOR HISTORY AND COMPUTING UK – AHC UK. Página inicial. Disponível em: < <http://www.ahc.ac.uk/>> . Acesso em: fev. 2011.

BARROS, Carlos. Para um novo paradigma historiográfico. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 205-221, 2001.

BARROS, Fernando Antônio Ferreira. A concentração da produção do conhecimento. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: UNESCO; IBICT, 2007. p. 297-316.

BAUMMGARTEN, Maíra. C&T na semiperiferia e inovação social: desigualdades, excelências e competitividade. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.).

Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília: UNESCO; IBICT, 2007. p. 271-296.

BRAMAN, Sandra. The meta-technologies. In: BRAMAN, Sandra (ed.). **Biotechnology and communication:** the meta-technologies of information. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004. p. 3-36.

BRIGGS, Asa; BURKE, P. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à Internet. Tradução de Maria Carmelita. 2 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALDEIRA NETO, Odilon. Breves reflexões sobre o uso da internet em pesquisa historiográfica. **Revista Eletrônica Boletim Tempo**, Rio de Janeiro, a. 4, n. 20, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7-30, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História.** Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrum. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do Tempo.** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

CONTI, Fátima: História do computador e da internet. Disponível em: <<http://www.cultura.ufpa.br/dicas/net1/int-his.htm>>. Acesso em: jan. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. Plataforma Lattes – Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: jan. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. Plataforma Lattes – Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: jan. 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Produção técnica: memória da Pós-Graduação Sistema de Avaliação Relações Nominais, ano base 1999. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/estudos/dados/1999/32006012/040/1999_040_32006012012P0_Prod_Tec.pdf. Acesso em: jun. 2010.

DANTAS, Camila G. O passado em bits: questões sobre a re-elaboração da memória social na internet. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 6, 2005, Salvador. Anais. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/CamilaDantas.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

DARNTON, Robert. **A questão do livro: passado, presente e futuro**. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERREIRA, Carlos Augusto L. **A formação e a prática dos professores de História: enfoque inovador, mudanças de atitudes e incorporação das novas tecnologias nas escolas públicas e privadas do estado da Bahia, Brasil**. 2004. (Tese em Educação) - Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha, 2009.

FIGUEIREDO, Luciano. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 419-441.

FINQUELIEVICH, Susana. Transformações nas culturas e políticas institucionais: as universidades na sociedade da informação e do conhecimento. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: UNESCO; IBICT, 2007. p. 89-120.

FLÓREZ, Jairo Antonio. Da escassez à abundância. **História Digital**. Disponível em: <<http://www.dihitt.com.br/barra/da-escassez-a-abundancia>>. Acesso em: ago. 2011.

FLORIDI, Luciano. On de ning library and information science as applied philosophy of information. **Social Epistemology**, v. 16, n. 1, p. 37-49, 2002.

GARCIA MARCO, Francisco Javier. “Los sistemas de informacion histórica: una nueva frontera em la construccion científica de la Historia”. Zaragoza, Espanha: **Revista Aragon em lá Edad Média**, n. 19, p. 213-233, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide ; LIMA, Clóvis Ricardo Monteiro de Lima (orgs.). **Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política**. Brasília: IBICT, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. E-topia. **Revista Inclusão Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 3-9, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília. v. 31, n. 1, p. 27-40, jan. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Ciência da informação, economia e tecnologias de informação e comunicação: a informação nos entremeios. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: UNESCO; IBICT, 2007. p. 149-184.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Informação, conhecimento e poder: mudanças tecnológicas e inovações sociais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011[a].

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Questões éticas da informação. aportes de Habermas. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; LIMA, Clóvis R. M. **Informação e**

democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: IBICT, 2011. p. 55-76.

GORZ, André. **O imaterial:** conhecimento, valor e capitalismo. Tradução de Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.

GUINZBURG, Carlo. **A era Google** (Conferência em vídeo). In: Seminário Internacional Fronteiras do Pensamento. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Vídeo. Disponível em: <http://www.frenteirasdopensamento.com.br/portal/noticias/2011/10/05/seminario-afrontar-fronteiras-carlo-ginzburg>. Acesso em: jul. 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HISTÓRIA A DEBATE – HAD. IV Congresso Internacional de História a Debate. Compostela, Espanha, 2010. Disponível em: <<http://www.h-debate.com/>>. Acesso em: fev. 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado.** Contribuições à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científica.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão ... [et. al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMOS, Cristina. Inovação na era do conhecimento. In: ALBAGLI, Sarita; LASTRES, Helena Maria Martins. (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro; Campus, 1999. p. 122-144.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. 15. reimp. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

MALDONADO, José. Tecno-globalismo e acesso ao conhecimento. In: ALBAGLI, Sarita; LASTRES, Helena Maria Martins. (orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 105-121.

MARCONDES, Marli. História e informática: o uso da hipermídia no resgate da história da Estrada de Ferro Funilense (1899-1924). **Revista Resgate**, São Paulo. n. 11, p. 109-114, 2002.

MATTELART, Armand. **História da utopia planetária.** Tradução de Caroline Chang. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORGUIA, Eduardo Ismael; RIBEIRO, Raimundo. Memória, História e novas Tecnologias. **Revista Impulso**, São Paulo. n. 28, p. 179-188, 2001.

MUSEU DA COMPUTAÇÃO E A INFORMÁTICA. Linha do Tempo. Disponível em: <<http://www.mci.org.br/linhatempo/index.html>>. Acesso em: jan. 2011.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 235-290.

NEVES, Guilherme Pereira das. O sonho de Comenius: o uso de micro-computadores na pesquisa de História Social. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. Anais. 1990, p. 208-214.

OLIVEIRA, José Cláudio A. de. Ciberhistória. **Revista Eletrônica Diálogos Possíveis**, Salvador, a. 4, n 2, p. 24-30, 2005.

POSTER, Mark. History in the Digital Domain. **Historein**, v. 4, p. 17-32, 2003.

QUEVEDO, Luis Alberto. Conhecer para participar da sociedade do conhecimento. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: UNESCO; IBICT, 2007. p. 55-70.

SÁ, Antonio Fernando Araújo. Admirável campo novo: o profissional de história e a internet. **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Rio de Janeiro, a. 3, n. 7, 2008. Disponível em: <<http://historiografianarede.wordpress.com/2010/12/11/admiravel-campo-novo-o-profissional-de-historia-e-a-internet/>>. Acesso em: jan. 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2010.

SASSEN, Saskia. A construção do objeto de estudo digitalizado. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: UNESCO; IBICT, 2007. p. 35-54.

SCHILLER, Dan. O capitalismo digital em crise. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Informação, conhecimento e poder: mudanças tecnológicas e inovações sociais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 133-150.

SILVA, Edson Armando. Banco de dados e pesquisa qualitativa em história: reflexões acerca de uma experiência. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n 2, p. 167-176, 1998.

SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES–SUCESU. Disponível em: <http://www.sucesu.org.br/sucesu40anos/?meio=finalistas.html>. Acesso em: nov. 2011.

SUAIDEN, Emir. Prefácio. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; LIMA, Clóvis R. M (orgs.). **Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política**. Brasília: IBICT, 2011. p. 9-10.

TIGRE, Paulo Bastos. Comércio Eletrônico e globalização: desafios para o Brasil. In: ALBAGLI, Sarita; LASTRES, Helena Maria Martins (orgs.). **Informação e globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 84-104.

WINOCUR, Rosalía. A apropriação das tecnologias da informação e comunicação: mitos e realidades. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia (orgS.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: UNESCO; IBICT, 2007. p. 71-88.

Ziman, Jonh Michel. **Conhecimento público**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

ANEXO

Anexo I – Quadro Cronológico²³

1917	A IBM inicia sua operação no Brasil – Empresa American Computing Tabulating Recording Company.
1939	Inauguração no Brasil da primeira fábrica da IBM fora dos EUA (Benfica, RJ).
1951	UNIVAC I, primeiro computador produzido comercialmente, para uso civil.
1952	IBM 701, primeiros computadores da IBM com memória através do programa armazenado com fita plástica.
1958	Estados Unidos estabelecem a Arpa (Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas)
1960	Instalação do primeiro computador de grande porte na América Latina na PUC-Rio.
1963	Venda do DEC PDP-1, minicomputador de William Olsen.
1966	Criação da Arpanet, uma rede informáticas centrado no Pentágono com várias Universidades Americanas
1966	<u>Criação nos EUA da Association for Computer and Humanities (ACH).</u>
1968	Demonstração de Sistema oNLine (NSL) em São Francisco (EUA)
1968	<u>Criação do primeiro Departamento de Informática em Universidade (PUC-Rio).</u>
1968	I CNI – Congresso Nacional de Informática.
1971	<u>Publicação nos EUA do livro “The Historian and the computer”, Edward Shorte.</u>
1971	Lançamento dos Microprocessadores.
1972	Construção do primeiro computador no Brasil “patinho feio” (USP).
1972	Desenvolvimento do sistema de e-mail dentro da Arpa.

²³ Produzido pelo próprio autor utilizando como fontes: CONTI, Fátima, 2011; MUSEU DA COMPUTAÇÃO E DA INFORMÁTICA, 2011; SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES – SUCEU; BRIGGS e BURKE, 2006.

Legenda: Azul: Preto: acontecimentos gerais no Brasil e internacionais. Sublinhado: acontecimentos envolvendo a academia e a historiografia.

1973	<u>Realização em Moscou do I Conferência sobre História e Computação (1973).</u>
1973	<u>Publicação no Brasil do artigo “Emprego de Computadores na História”, Altiva P. Balhana (Revista de História da USP, vol. 46).</u>
1974	Fundação da Cobra – Computadores e Sistemas Brasileiros Ltda.
1975	Lançamento no Brasil da Revista Dados & Idéias, sobre tecnologia do país.
1975	Primeira loja de computadores (Los angeles, EUA).
1976	Primeiros computadores portáteis.
1976	<u>Criação na Inglaterra da <i>Association for History and Computing (AHC)</i>.</u>
1978	Computador pessoal Apple II.
1978	Início da comercialização da internet.
1978	<u>Fundação da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) na UFRJ.</u>
1979	<u>Publicação no Brasil do capítulo “O uso da computação em História”, Cardoso e Brignoli (Livro “<i>Os métodos da história</i>”).</u>
1980	<i>Osborne I</i> , primeiro computador portátil criado por Adam Osborne.
1980	Mappin da Praça Ramos, primeira grande loja com venda de microcomputadores no Brasil.
1980	Lei de software computacional nos Estados Unidos.
1981	MS-DOS 1.0, software básico da <i>Microsoft</i> para o IBM 5150.
1981	primeiros micro-computador do Brasil, D-8000 da Dismac e o C-300 da Cobra.
1981	IBM 5150, primeiro computador pessoal da IBM.
1981	<u>Inaugurado o 1º laboratório de microinformática no Brasil aberto aos alunos (USP).</u>
1981	Revista MicroSistemas, primeira publicação brasileira sobre microcomputadores.
1982	A Disney lançou o filme " <i>Tron</i> ", melhorando o uso de gráficos gerados em computadores para filmes.
1982	Foi escrito o primeiro código malicioso, o vírus <i>Elk Cloner</i> .
1982	<u>Fundado o IBIP – Instituto Brasileiro de Pesquisa em informática (RJ)</u>
1983	A <i>Microsoft</i> anunciou a primeira versão do sistema operacional <i>Windows 1.0</i> e o processador de textos <i>Word 1.0</i> .

1983	Publicado no Brasil do trabalho "Microcomputadores e pesquisa histórica: algumas reflexões teóricas e metodológicas", Ernesto Ruiz.
1984	William Gibson inventou o termo "Cyberspace" no livro "Neuromancer".
1984	O governo brasileiro aprovou a "Política Nacional de Informática".
1984	Lançamento dos discos compactos (CDs) nos Estados Unidos.
1986	A Arpanet começou a ser chamada de "Internet".
1986	Guide . Primeiro hipertexto para microcomputadores.
1988	O Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) estabeleceu o primeiro contato do país com a rede acadêmica, com uma conexão feita com a Universidade de Maryland nos EUA.
1988	Criação da base de dados <i>Medieval and Early Modern Data Bank</i> (MEMDB).
1988	Rede Internacional de Serviços Digitais (ISDN) lançada no Japão.
1989	Lançamento do <i>Microsoft Office</i> .
1990	Surgimento do primeiro provedor de acesso à Internet por ligação telefônica (EUA).
1990	Instalação de redes paralelas para permitir o tráfego comercial. Surgiram as redes ALTERNET, a internacional PSINet, CERFNet, e NEARNet.
1990	O Brasil (.br) se conectou à NSFNET.
1991	Efetuada no Brasil a primeira conexão à internet.
1991	Cave (Meio Ambiente Virtual Cave).
1991	Liberado o primeiro programa navegador, denominado <i>WorldWideWeb</i> .
1991	Publicado no Brasil do trabalho "O sonho de Comenius: o uso de micro-computador na Pesquisa de História social", Guilherme Pereira das Neves.
1991	Realização no Brasil do I Encontro Internacional de História e Computação.
1991	Criação no Brasil da Associação Brasileira de História e Computação (ABHC).
1992	O Ministério da Ciência e Tecnologia criou a <i>Rede Nacional de Ensino e Pesquisa</i> (RNP) para construir a infra-estrutura necessária e facilitar o acesso acadêmico à rede.
1993	Criado o programa <i>Mosaic</i> , o primeiro "browser" (visualizador para a Internet) que tinha uma interface simplificada.

1993	<u>Rede História a Debate, fórum on-line de debate historiográfico.</u>
1994	<u>Navigator 1.0, primeiro programa de navegação da Netscape.</u>
1994	Criação do Site de Busca da Yahoo!.
1996	<u>Criação nos EUA da <i>American Association for History and Computing (AAHC)</i>.</u>
1996	Estabelecido na Alemanha o Grupo de Trabalho sobre Conteúdo na Internet.
1996	Comissão Européia; Comunicado sobre a Informação Ilegal e Prejudicial na Internet.
1998	Fundada "Internet Corporation for Assigned Names and Numbers" (<i>ICANN</i>).
1998	A Justiça americana abriu processo contra a <i>Microsoft</i> para impedir a prática de cartel.
1998	É criado o Google.
1999	<u>IX Encontro da Associação Brasileira de História e Informática</u>
1999	A população usuária de internet no mundo ultrapassava 250 milhões de pessoas e o <i>Brasil</i> já tinha 2,2 milhões de usuários.
1999	<u>O governo brasileiro lançou o programa Sociedade da Informação, para combater a exclusão digital.</u>
2001	Conselho da Europa: Convenção sobre Crime Cibernético
2003	Fórum Mundial sobre Mídia Eletrônica
2007	Um estudo da "comScore" concluiu que o número de usuários que acessam a internet no planeta passou dos 694 milhões de pessoas, 14% da população mundial, estimada em 6,5 bilhões de habitantes.
2007	Pesquisa divulgada pelo Ibope/NetRatings, o número de internautas residenciais ativos no Brasil atingiu a marca de 16,3 milhões
2010	<u>Realização na Espanha do IV Congresso Internacional de História a Debate, com transmissão on-line.</u>

Anexo 2 – Pesquisadores de Produtividade 1 e 2 na área de História – Triênio 2011 – 2013.

Nome	Nível	Instituição
1. Adalberto de Paula Paranhos	PQ-2	UFU
2. Adalgisa Arantes Campos	PQ-2	UFMG
3. Adone Agnolin	PQ-2	USP
4. Adriana Pereira Campos	PQ-2	UFES
5. Adriana Romeiro	PQ-2	UFMG
6. Adriano Luiz Duarte	PQ-2	UFSC
7. Afonso de Alencastro Graça Filho	PQ-2	UFSJ
8. Alcides Freire Ramos	PQ-2	UFU
9. Aldrin Moura de Figueiredo	PQ-2	UFPA
10. Álvaro Pereira do Nascimento	PQ-2	UFRRJ
11. Amado Luiz Cervo	PQ-SR	UNB
12. Américo Oscar Guichard Freire	PQ-2	FGV-RJ
13. Ana Maria Alfonso-Goldfarb	PQ-1D	PUC/SP
14. Ana Maria Koch	PQ-2	UFPI
15. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus	PQ-1C	UFF
16. Ana Raquel Marques da Cunha Martins Portugal	PQ-2	UNESP
17. Ana Teresa Marques Gonçalves	PQ-2	UFG
18. Andrea Daher	PQ-2	UFRJ
19. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva	PQ-2	UFRJ
20. Angela Maria de Castro Gomes	PQ-1A	FGV-RJ
21. Angelo Alves Carrara	PQ-2	UFJF
22. Anita Leocadia Prestes	PQ-1C	PPGHC/UFRJ
23. Anita Waingort Novinsky	PQ-1A	USP
24. Anny Jackeline Torres Silveira	PQ-2	UFMG
25. Antonio Augusto Passos Videira	PQ-2	UERJ
26. Antonio Carlos Jucá de Sampaio	PQ-2	UFRJ
27. Antônio Carlos Moraes Lessa	PQ-2	UNB
28. Antônio de Pádua Bosi	PQ-2	UNIOESTE
29. Antonio Luigi Negro	PQ-2	UFBA
30. Antonio Torres Montenegro	PQ-1B	UFPE
31. Arnaldo Daraya Contier	PQ-SR	USP

32. Artur Cesar Isaia	PQ-2	UFSC
33. Beatriz Gallotti Mamigonian	PQ-2	UFSC
34. Benito Bisso Schmidt	PQ-2	UFRGS
35. Betania Gonçalves Figueiredo	PQ-2	UFMG
36. Bruno Guilherme Feitler	PQ-2	UNIFESP
37. Cândida Graciela Chamorro Argüello	PQ-2	UFGD
38. Carla Maria Carvalho de Almeida	PQ-2	UFJF
39. Carla Maria Junho Anastasia	PQ-2	UNIMONTES
40. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron	PQ-2	USP
41. Carlos Eugenio Libano Soares	PQ-2	UFBA
42. Carlos Fico da Silva Júnior	PQ-2	UFRJ
43. Carlos Gabriel Guimarães	PQ-2	UFF
44. Cecília da Silva Azevedo	PQ-2	UFF
45. Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira	PQ-2	USP
46. Celso Corrêa Pinto de Castro	PQ-2	FGV-RJ
47. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli	PQ-2	UFRGS
48. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi	PQ-2	UFJF
49. Claudia Wasserman	PQ-2	UFRGS
50. Claudio Henrique de Moraes Batalha	PQ-1C	UNICAMP
51. Cristina Scheibe Wolff	PQ-1D	UFSC
52. Daniel Aarão Reis Filho	PQ-1B	UFF
53. Daniela Buono Calainho	PQ-2	UERJ
54. Denise Bernuzzi de Sant'Anna	PQ-1D	PUC/SP
55. Denise Rollemberg Cruz	PQ-2	UFF
56. Douglas Cole Libby	PQ-1D	UFMG
57. Dulce Oliveira Amarante dos Santos	PQ-1D	UFG
58. Durval Muniz de Albuquerque Júnior	PQ-1A	UFRN
59. Edgar Salvadori de Decca	PQ-1B	UNICAMP
60. Eduardo França Paiva	PQ-2	UFMG
61. Eduardo Silva	PQ-2	FCRB
62. Edwar de Alencar Castelo Branco	PQ-2	UFPI
63. Eliana Regina de Freitas Dutra	PQ-1A	UFMG
64. Eliane Cristina Deckmann Fleck	PQ-2	UNISINOS
65. Elias Thome Saliba	PQ-1B	USP
66. Elio Cantalicio Serpa	PQ-2	UFG
67. Elio Chaves Flores	PQ-2	UFPB
68. Elizabeth Cancelli	PQ-1C	USP
69. Eni de Mesquita Samara	PQ-1A	USP
70. Estevao Chaves de Rezende Martins	PQ-1D	UNB

71. Eugênio Rezende de Carvalho	PQ-2	UFG
72. Eunice Sueli Nodari	PQ-2	UFSC
73. Fabiana de Souza Fredrigo	PQ-2	UFG
74. Fábio Henrique Lopes	PQ-2	UFRRJ
75. Fatima Regina Fernandes	PQ-2	UFPR
76. Fernando Teixeira da Silva	PQ-2	UNICAMP
77. Fernando Torres Londoño	PQ-2	PUC/SP
78. Flávio dos Santos Gomes	PQ-1C	UFRJ
79. Francisco Alcides do Nascimento	PQ-2	UFPI
80. Francisco Cabral Alambert Junior	PQ-2	USP
81. Francisco Carlos Palomanes Martinho	PQ-2	USP
82. Francisco Carlos Teixeira da Silva	PQ-2	UFRJ
83. Francisco César Alves Ferraz	PQ-2	UEL
84. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto	PQ-2	UNB
85. Frederico de Castro Neves	PQ-2	UFC
86. Gabriela dos Reis Sampaio	PQ-2	UFBA
87. Gabriela Pellegrino Soares	PQ-2	USP
88. George Evergton Sales Souza	PQ-2	UFBA
89. Georgina Silva dos Santos	PQ-2	UFF
90. Gilmar Arruda	PQ-2	UEL
91. Gilvan Ventura da Silva	PQ-2	UFES
92. Gizlene Neder	PQ-2	UFF
93. Gladys Sabina Ribeiro	PQ-1D	UFF
94. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves	PQ-2	UFF
95. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro	PQ-1A	UFF
96. Heloísa Maria Murgel Starling	PQ-2	UFMG
97. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho	PQ-2	UFSC
98. Iranilson Buriti de Oliveira	PQ-2	UFCEG
99. Iris Kantor	PQ-2	USP
100. Isabel Cristina Martins Guillen	PQ-2	UFPE
101. Ivan de Andrade Vellasco	PQ-2	UFSJ
102. Ivana Stolze Lima	PQ-2	FCRB
103. Izabel Andrade Marson	PQ-1D	UNICAMP
104. Jacqueline Hermann	PQ-2	UFRJ
105. Jaime de Almeida	PQ-1D	UNB
106. Jean Marcel Carvalho França	PQ-2	UNESP
107. Joana Maria Pedro	PQ-1B	UFSC
108. João Fábio Bertonha	PQ-2	UEM
109. João José Reis	PQ-1A	UFBA

110. Joao Luis Ribeiro Fragoso	PQ-1C	UFRJ
111. John Manuel Monteiro	PQ-1C	UNICAMP
112. Jorge Luiz Ferreira	PQ-1B	UFF
113. José Alves de Freitas Neto	PQ-2	UNICAMP
114. Jose Carlos Barreiro	PQ-2	UNESP
115. Jose Carlos dos Santos	PQ-2	UNIOESTE
116. Jose Flavio Sombra Saraiva	PQ-1C	UNB
117. José Jobson de Andrade Arruda	PQ-1A	UNICAMP
118. José Luiz de Andrade Franco	PQ-2	UNB
119. Jose Rivair Macedo	PQ-2	UFRGS
120. Juliana Beatriz Almeida de Souza	PQ-2	UFRJ
121. Júnia Ferreira Furtado	PQ-1A	UFMG
122. Jurandir Malerba	PQ-2	PUCRS
123. Kátia Rodrigues Paranhos	PQ-2	UFU
124. Keila Grinberg	PQ-2	UNIRIO
125. Laura de Mello e Souza	PQ-1A	USP
126. Leila Mezan Algranti	PQ-1D	UNICAMP
127. Lená Medeiros de Menezes	PQ-2	UERJ
128. Leonardo Affonso de Miranda Pereira	PQ-2	PUC-Rio
129. Lidia Maria Vianna Possas	PQ-2	UNESP
130. Ligia Bellini	PQ-1C	UFBA
131. Lilian Al-Chueyr Pereira Martins	PQ-2	PUC/SP
132. Lorelai Brilhante Kury	PQ-2	FIOCRUZ/RJ
133. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves	PQ-1B	UERJ
134. Lucia Maria Paschoal Guimaraes	PQ-1B	UERJ
135. Lucilene Reginaldo	PQ-2	UEFS
136. Luis Balkar Sa Peixoto Pinheiro	PQ-2	UFAM
137. Luis Filipe Silverio Lima	PQ-2	UNIFESP
138. Luiz Carlos Soares	PQ-1B	UFF
139. Luiz Carlos Villalta	PQ-2	UFMG
140. Luiz Geraldo Santos da Silva	PQ-2	UFPR
141. Luzia Margareth Rago	PQ-1A	UNICAMP
142. Magali Gouveia Engel	PQ-2	UERJ
143. Magali Romero Sa	PQ-2	FIOCRUZ/RJ
144. Magnus Roberto de Mello Pereira	PQ-2	UFPR
145. Manolo Garcia Florentino	PQ-1A	UFRJ
146. Marcelo Badaró Mattos	PQ-2	UFF
147. Marcelo Bittencourt Ivair Pinto	PQ-2	UFF
148. Marcelo Cândido da Silva	PQ-2	USP

149. Marcelo Rede	PQ-2	USP
150. Márcia Maria Menendes Motta	PQ-1D	UFF
151. Márcia Regina Barros da Silva	PQ-2	UNIFESP
152. Márcia Regina Capelari Naxara	PQ-2	UNESP
153. Marcio de Sousa Soares	PQ-2	UFF
154. Marco Antonio Silveira	PQ-2	UFOP
155. Marco Antonio Villela Pamplona	PQ-2	PUC-Rio
156. Marco Morel	PQ-2	UERJ
157. Marcos Antônio Lopes	PQ-2	UEL
158. Marcos Ferreira de Andrade	PQ-2	UFSJ
159. Marcos Francisco Napolitano de Eugenio	PQ-2	USP
160. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho	PQ-1A	UFPE
161. Margaret Marchiori Bakos	PQ-2	PUCRS
162. Maria Bernardete Ramos Flores	PQ-1C	UFSC
163. Maria Cristina Bohn Martins	PQ-2	UNISINOS
164. Maria Cristina Cortez Wissenbach	PQ-2	USP
165. Maria de Fátima Gomes Costa	PQ-2	UFMT
166. Maria Fernanda Baptista Bicalho	PQ-2	UFF
167. Maria Helena Pereira Toledo Machado	PQ-1D	USP
168. Maria Helena Rolim Capelato	PQ-1B	USP
169. Maria Izilda Santos de Matos	PQ-1B	PUC/SP
170. Maria Leônia Chaves de Resende	PQ-2	UFSJ
171. Maria Luiza Tucci Carneiro	PQ-2	USP
172. Maria Luiza Ugarte Pinheiro	PQ-2	UFAM
173. Maria Paula Nascimento Araujo	PQ-2	UFRJ
174. Maria Regina Celestino de Almeida	PQ-2	UFF
175. Maria Stella Martins Bresciani	PQ-1A	UNICAMP
176. Marieta de Moraes Ferreira	PQ-1D	UFRJ
177. Marina Haizenreder Ertzogue	PQ-2	UFT
178. Marionilde Dias Brepohl de Magalhaes	PQ-1C	UFPR
179. Mariza de Carvalho Soares	PQ-1D	UFF
180. Martha Campos Abreu	PQ-1B	UFF
181. Monica Pimenta Velloso	PQ-2	FCRB
182. Noé Freire Sandes	PQ-2	UFG
183. Norberto Luiz Guarinello	PQ-2	USP
184. Norberto Osvaldo Ferreras	PQ-2	UFF
185. Nuncia Maria Santoro de Constantino	PQ-2	PUCRS
186. Olival Freire Junior	PQ-1C	UFBA
187. Oscar João Abdounur	PQ-2	USP

188. Patricia Maria Melo Sampaio	PQ-2	UFAM
189. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini	PQ-1C	UFRGS
190. Paulo Pinheiro Machado	PQ-2	UFSC
191. Paulo Roberto Ribeiro Fontes	PQ-2	FGV-RJ
192. Paulo Roberto Staudt Moreira	PQ-2	UNISINOS
193. Pedro Luis Puntoni	PQ-2	USP
194. Pedro Paulo Abreu Funari	PQ-1D	UNICAMP
195. Pedro Spinola Pereira Caldas	PQ-2	UFU
196. Pio Penna Filho	PQ-2	USP
197. Rachel Soihet	PQ-1B	UFF
198. Rafael de Bivar Marquese	PQ-2	USP
199. Rafael Ivan Chambouleyron	PQ-2	UFPA
200. Raquel Glezer	PQ-1D	USP
201. Regina Beatriz Guimarães Neto	PQ-2	UFMT
202. Regina Horta Duarte	PQ-1D	UFMG
203. Renan Friguetto	PQ-1D	UFPR
204. Renato Lopes Leite	PQ-2	UFPR
205. Renato Pinto Venancio	PQ-2	UFMG
206. Ricardo Henrique Salles	PQ-2	UNIRIO
207. Robert Wayne Andrew Slenes	PQ-1A	UNICAMP
208. Roberto de Andrade Martins	PQ-1B	UNICAMP
209. Roberto Guedes Ferreira	PQ-2	UFRRJ
210. Rodrigo Nunes Bentes Monteiro	PQ-2	UFF
211. Rodrigo Patto Sá Motta	PQ-2	UFMG
212. Ronald Jose Raminelli	PQ-1C	UFF
213. Ronaldo Vainfas	PQ-1A	UFF
214. Rosangela Patriota Ramos	PQ-1D	UFU
215. Sandra Noemi Cucurullo de Caponi	PQ-2	UFSC
216. Sergio Odilon Nadalin	PQ-1A	UFPR
217. Sheila Siqueira de Castro Faria	PQ-2	UFF
218. Sidnei José Munhoz	PQ-2	UEM
219. Sidney Chalhoub	PQ-1A	UNICAMP
220. Silvia Cristina Martins de Souza	PQ-2	UEL
221. Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa	PQ-1D	UNICAMP
222. Silvia Hunold Lara	PQ-1A	UNICAMP
223. Silvia Regina Ferraz Petersen	PQ-1B	UFRGS
224. Sílvio Marcus de Souza Correa	PQ-2	UFSC
225. Sonia Regina de Mendonça	PQ-1B	UFF
226. Susana Bleil de Souza	PQ-2	UFRGS

227. Tania Maria Dias Fernandes	PQ-2	FIOCRUZ/RJ
228. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira	PQ-1C	UERJ
229. Tania Regina de Luca	PQ-1C	UNESP
230. Tarcisio Rodrigues Botelho	PQ-2	UFMG
231. Temis Gomes Parente	PQ-2	UFT
232. Temístocles Américo Corrêa Cezar	PQ-2	UFRGS
233. Valdeci Rezende Borges	PQ-2	UFG
234. Valdei Lopes de Araujo	PQ-2	UFOP
235. Valdemir Donizette Zamparoni	PQ-2	UFBA
236. Vera Lucia Amaral Ferlini	PQ-1B	USP
237. Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes	PQ-2	UFF
238. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque	PQ-2	UFBA
239. Yonissa Marmitt Wadi	PQ-2	UNIOESTE

Anexo 3 – Lista das 40 referências bibliográficas encontradas e referenciados sobre o tema de pesquisa produzida no Brasil.

Obra	Situação
<p>ARAÚJO SÁ, Antonio Fernando de. Admirável campo novo: o profissional de história e a Internet. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 3, n. 07, Rio, 2008. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=3620&Itemid=147 (Acessado em 05 Jun. de 2009).</p>	Encontrado
<p>BALHANA, Ativa P. “Emprego de computadores em História”. In: Revista de História. São Paulo: USP, vol. 46 (94), abril/junho, 1973, pp. 641-644.</p>	Não
<p>BARROS, Carlos. “Para um novo paradigma historiográfico”. <i>Revista Tempo</i>. Rio de Janeiro: UFRJ, n 11, 2001, p. 205-221.</p>	Encontrado
<p>BRIGGS, Asa; BURKE, P. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. - trad. Maria Carmelita, 2º ed. rev, amp. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.</p>	Encontrado
<p>CALDEIRA NETO, ODILON. “Breves reflexões sobre o uso da Internet em pesquisas historiográficas”. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº20, Rio, 2009.</p>	Encontrado
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da História. Trad. João Maia. Rio de Janeiro Graal, 1979. (part. “O uso da computação em História”, pp. 503-510).</p>	Encontrado
<p>CARDOSO, Ciro Flamarion. “No limiar do século XXI”. In Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol 1 n. 2, 1996, p. 7-30, no qual ele defende a idéia de que as novas tecnologias ameaçam o registro escrito e erudito da linguagem.</p>	Encontrado
<p>CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. – 2º edição – Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.</p>	Encontrado
<p>COHEN, Daniel J. ROSENZWEING, Roy. Digital history: a guide to gathering, preservig, and presentating the past on the web. Pennsylvania: University of Pensylvania press, 2005.</p>	Não
<p>DANTAS, Camila G. O Passado em bits: questões sobre a re-elaboração da memória social na Internet. In: Anais do VI CINFOM (Encontro Nacional de Ciência da Informação). Salvador – Bahia, 2005. Capturado no endereço eletrônico: http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/CamilaDantas.pdf em 1 de fevereiro de 2006.</p>	Encontrado
<p>DENLEY, Peter & HOPKIN, Deian. "History and Computing." IN: TURK, Christopher (Ed.). Humanities Research Using Computers. London, Chapman & Hall, 1991.</p>	Não

DENLEY, Peter. "The Computer Revolution and Redefining the Humanities." IN: FAJARDO, Carlos Fajardo. Cibercultura y tecnovirtualización de la historia. In: Especulo. Revista de estudios literários. Madrid: Universidad Complutense de Madri, 2001. Capturado no endereço eletrônico: http://www.ucm.es/info/especulo/numero18/cibercul.html em 19/01/2006.	Não
FIGUEIREDO, Luciano R. "História e Informática: o uso do computador". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.	Encontrado
GARCIA MARCO, Francisco Javier. "Los sistemas de informacion histórica: una nueva fronteira em la construccion científica de la Historia". Zaragoza, Espanha: Revista Aragon em lá Edad Média . Nº 19, 2006, p. 213-233.	Encontrado
LE GOFF, Jacques. História e Memória . – Trad. Bernardo leitão ... [et. al.], 5º ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.	Encontrado
MARCONDES, Marli. "História e informática: o uso da hipermídia no resgate da história da Estrada de Ferro Funilense (1899-1924)". São Paulo: Revista Resgate . Nº 11, 2002, p. 109-114.	Encontrado
MATTA, Alfredo Eurico R. da. "Relato de experiência projeto, discussão e implantação da disciplina Introdução ao uso do computador em história – ICH do bacharelado de história da Univ. Católica da Bahia". In: Perspectivas – Jornal eletrônico da ABHC , nº experimental, 1992. Ver também na Conferência apresentada no IV Encontro Internacional de H&C (SP, 1994).	Não
McCRANCK, Lawrence. "Historical information science: review and preview". In Conferência no IV Encontro Internacional de H&C (SP, 1994).	Não
MIALL, David S. (Ed.). Humanities and the Computer: New Directions . Oxford, Clarendon Press, 1990.	Não
MORGUIA, Eduardo Ismael. RIBEIRO, Raimundo. "Memória, História e novas Tecnologias". São Paulo: Revista Impulso . Nº 28, 2001, P. 179-188.	Encontrado
MORRIS, R. J. "História e informática; O ponto da situação". In: Ler História , Lisboa, n.4, 1993, p. 93.	Não
MORRIS. History and Computing . Department of Economic and Social History, William Robertson Building, George Square, Edinburgh EH8 9JY,	Não
NAPOLITANO, Marcos. "A história depois do papel". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas . – 2º ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 235-290.	Encontrado
NEVES, Guilherme Pereira das. "A organização de bancos de dados e os procedimentos tradicionais do historiador: um estudo prosopográfico do clero no Brasil, 1808-1828". Conferência apresentada no I Encontro Internacional de H&C (SC, 1991)	Não

NEVES, Guilherme Pereira das. "O sonho de Comenius: o uso de micro-computadores em uma pesquisa de História social". In: História Hoje: balanços e perspectivas (Anais do IV Encontro da ANPUH RJ). Rio de Janeiro; Taurus/ Timbre, 1990, pp. 208-214.	Encontrado
OLIVEIRA, Jose Cláudio A. de. "Ciberhistória". Salvador: Revista Eletrônica Diálogos Possíveis . Ano 4, nº 2, 2005. p. 24-30.	Encontrado
OLIVEIRA, José Nuno. "HITEX: Um sistema em desenvolvimento para historiadores e arquivistas". In: Ler História . Lisboa, n. 23, 1992, pp. 135-136.	Não
PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. "Reconstrução de famílias no microcomputador: o SYGAP". In Revista Brasileira de Estudos de População . Campinas, vol 12 n. 1-2, jan/dez 1995, p.193-200.	Não
ROSENZWEIG, Roy. Scarcity or Abundance? Preserving the Past in a Digital Era. In: <i>American Historical Review</i> 108, 3 (June 2003): 735-762. Capturado em março de 2005 no endereço eletrônico: http://chnm.gmu.edu/resources/essays/essay.php?id=6 .	Não
RUIZ, Ernesto A. "microcomputadores e Pesquisa Histórica: Algumas Reflexões Teórica e Metodológicas." Anais da II Reunião, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica . Sao Paulo, 1983, pp. 71-74.	Não
RUIZ, Ernesto. Informática e História: uma perspectiva de sua evolução . Conferencia apresentada no 1º encontro internacional de H&C. (SC, 1991).	Não
SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia. História & documento e metodologia de pesquisa . 2010. p. 128-142 ("A construção e o uso de bancos de dados")	Encontrado
SHORTER, Edward. The Historian and the Computer - A practical guide . Prentice Hall, Nova Jersey, 1971.	Não
SILVA, Edson Armando. "Banco de dados e pesquisa qualitativa em história: reflexões acerca de uma experiência". Ponta Grossa, PR: Revista de História Regional , nº 3 (2), 1998, p. 167-176.	Encontrado
THALLER, Manfred. "Tendências futuras dos softwares aplicadas à pesquisa e ao ensino da história" In: Conferência no IV Encontro Internacional de H&C (SP, 1994).	Não
THALLER, Manfred. What is 'source oriented data processing' e "What is a 'historical computer science? In: Historical informatics; an assential tool for historians? In: Meeting of the social science history association, XIX(Atlanta, 1994).	não
ZYSBERG, André. "Bases de donnés relationeles appliquées á des fichiers biographiques". Conferência apresentada no IV Encontro Internacional de H&C (SP, 1994).	não